

revista **PILARES DA**
historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 12 - número 13 - maio de 2013

ISSN 1983-0963

NESTA EDIÇÃO:

A Construção Espacial de Nova Iguaçu

Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense (FEFB/UERJ)

São João de Meriti e sua
Questão Demográfica

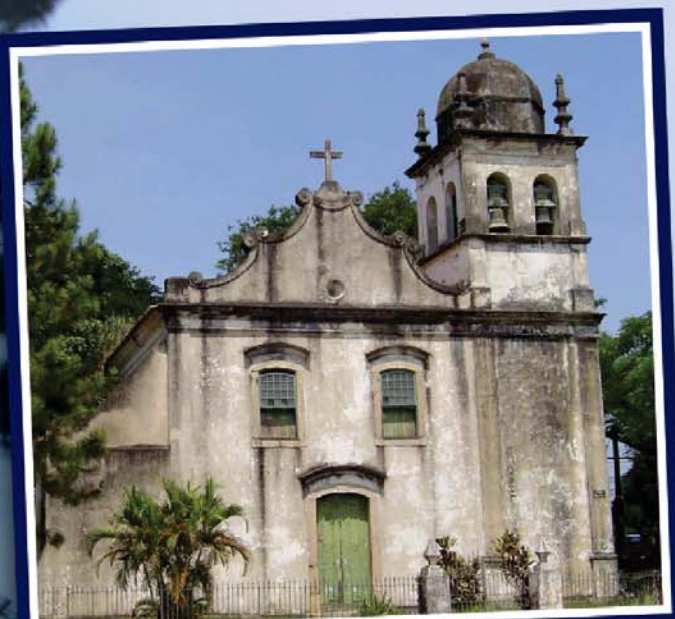
A Origem da Favela Vila Operária
em Duque de Caxias

A Fábrica Nacional de Motores
(FNM) e as Transformações
Espaciais Ocorridas em Xerém

Cemitério de Escravos
em Nilópolis

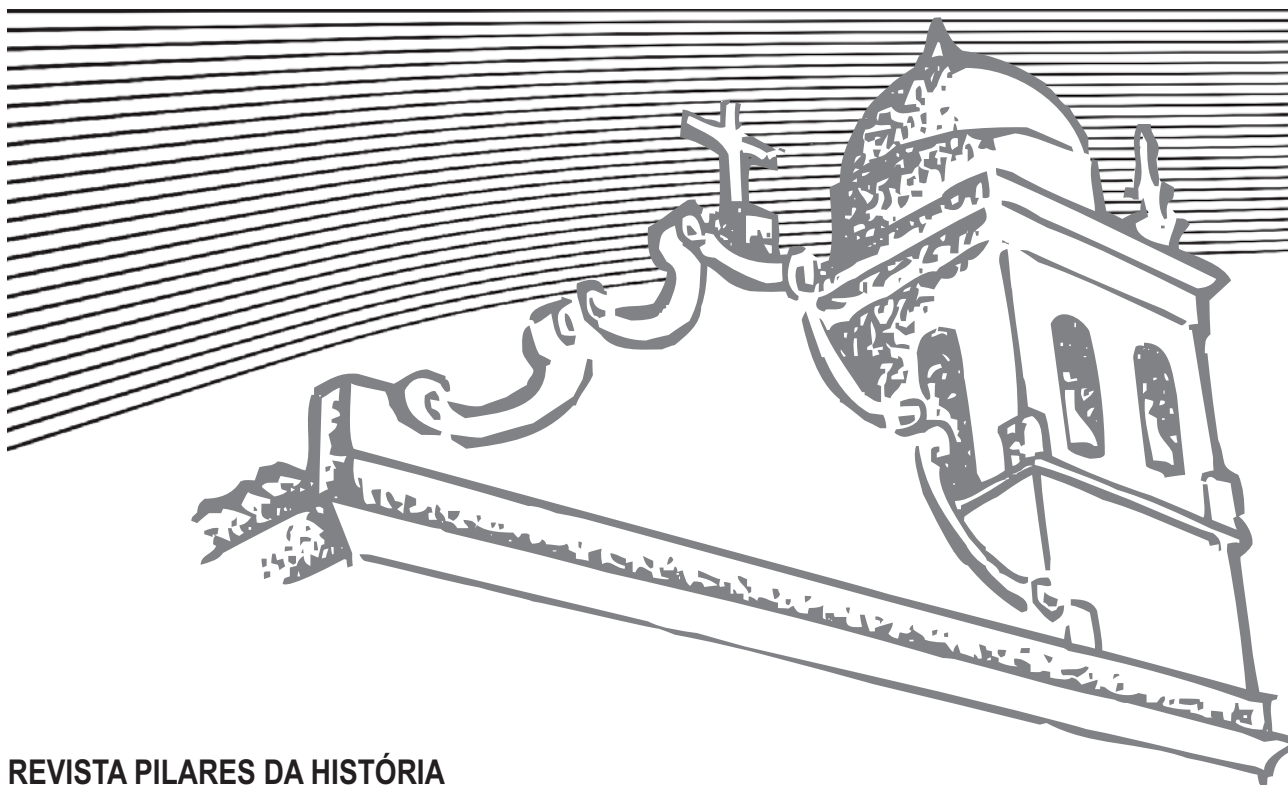
Sarapuí, ouvindo o Mundo e
Falando para as Estrelas

Duque de Caxias:
Patrimônio Histórico e Cultura
Material como Política para
um Turismo Sustentável



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico.





REVISTA PILARES DA HISTÓRIA
ISSN 1983-0963

Edição conjunta:
 INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ SIQUEIRA BARRETO/
 CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS e
 ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
 Eduardo Moreira da Silva

DIRETOR GERAL DA CMDC:
 Laurecy de Souza Villar

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
 Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
 Paulo Christiano Mainhard

CONSELHO EDITORIAL:
 Alexandre dos Santos Marques
 Antonio Augusto Braz
 André Santos da Rocha
 Carlos Sá Bezerra
 José Cláudio Souza Alves
 Nielson Rosa Bezerra
 Marluvia Santos de Souza
 Rogério Torres da Cunha
 Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:
 Alda Regina Siqueira Assumpção / Dayane Loureiro da Silva /
 Elisangela Cortes Braga / Diego Thiele Canuto /
 Gabriel Salles de Melo / Tais Fernanda Noronha
 Roselena Braz Veillard / Suely Alves Silva

LOGOMARCA:
 Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:
 Newton Menezes

DIAGRAMADOR:
 André Júnior

IMPRESSÃO:
 LKL Artes Gráficas

FOTOS / CAPA:
 Igreja Nossa Senhora do Pilar
 – fachada e interior – 2005
 Igreja Nossa Senhora do Pilar – 2007
 Fotos: Tania Amaro
 Acervo iconográfico sob a guarda
 do Instituto Histórico/CMDC.

CORRESPONDÊNCIA:
 Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto
 Duque de Caxias - RJ
 CEP: 25071-140
 Telefone: (21) 2784-6947
 e-mail: institutohistoricocmdc@gmail.com
 site: www.cmdc.rj.gov.br/

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”,
da Câmara Municipal de Duque de Caxais e a
Associação dos Amigos do Instituto Histórico
agradecem o apoio:

Dos Autores

CRPH

Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias

CEPEMHEd

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais
da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ

Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense

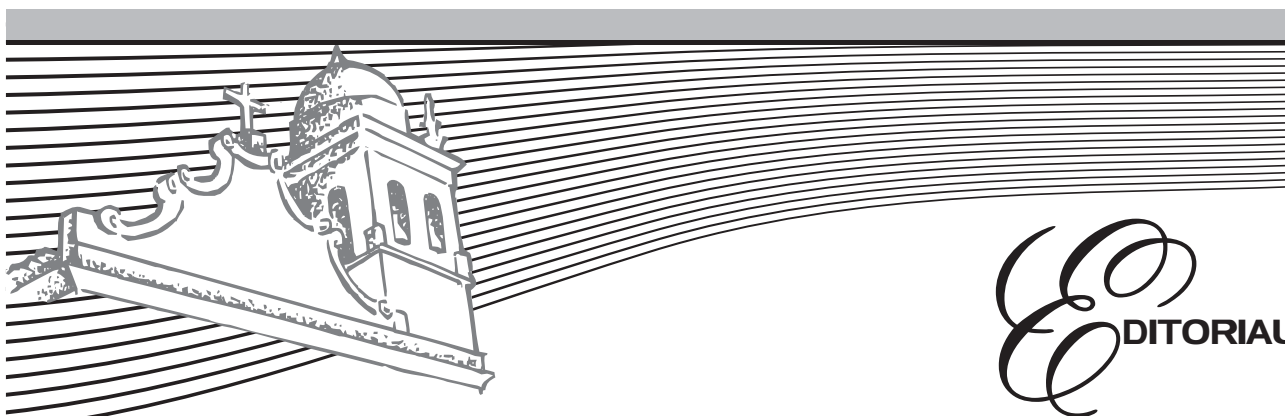
Fórum Cultural da Baixada Fluminense

Amigos do Patrimônio

De todos que participaram direta ou indiretamente
da produção deste trabalho e daqueles que se
empenham no difícil processo da permanente construção e
reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento
de artigos para possível publicação.

**As ideias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão
destes são da responsabilidade dos autores.**



Em 2002, lançamos nossa primeira edição e hoje, alcançamos nossa décima quinta publicação, o que nos transforma em um dos periódicos mais regulares da cidade, da região e do estado. Isso ocorre porque, sem dúvida, nós da ASAMIH somos insistentemente apaixonados pela temática local e regional, o que explica a regularidade da nossa Revista Pilares da História. Mas, será que só o “desejo de realizar” pode explicar a continuidade que alcançamos? Na verdade, nós sabemos que não. Acreditamos mesmo que não. De fato, sem um público ávido pelo tema e sem um conjunto de pesquisadores dispostos a alimentar as páginas da Revista com suas abordagens tão diversas quanto profundas, nenhum esforço unilateral, por mais apaixonado que seja, alcançaria essa regularidade.

O que permite a longevidade da Pilares, sem desprezar a “potência da paixão”, é a expectativa de um público cada vez mais amplo e disposto a discutir as questões da História local e regional e seus desdobramentos culturais, políticos e patrimoniais. Esse dado conjuntural da formação desse público nos leva a afirmar como a verdadeira vitória que alcançamos nesses anos de publicação.

Esse processo é de longa data. A formação desse público vem dos anos 1970, com as iniciativas pioneiras de poucos e apaixonados pesquisadores, boa parte deles membros da ASAMIH, o que muito nos honra. Nos anos 1980, com ações de caráter mais institucional, como a inclusão, na Lei Orgânica do Município, da obrigatoriedade do ensino da História Local e Regional, bandeira empunhada pelo SEPE- CAXIAS, um novo e decisivo passo foi dado nessa direção.

Nos anos 1990 e início do século XXI, com a ação protagonista e militante das associações de pesquisa criadas na época e voltadas para o tema - particularmente a APPH-CLIO, esta que patrocinou cinco grandes Congressos regionais e inaugurou a política de visibilidade das pesquisas com cursos de formação e a criação da Revista Hidra de Igoassu, irmã mais velha da Pilares, e a própria ASAMIH que se mostrou fundamental na modernização do Instituto Histórico transformando-o, com o apoio decisivo do Legislativo Municipal, no mais organizado e acessível arquivo da cidade e da região e em um estratégico polo difusor de ações e eventos sobre a Baixada Fluminense – ainda mais se consolidou a formação desse público.

Mas esses esforços, promovidos por indivíduos e instituições, talvez não prosperassem como prosperaram se uma inflexão decisiva não houvesse sido tomada por duas das mais importantes instituições de ensino da Baixada Fluminense. Nos últimos anos, a FEUDUC e a UNIGRANRIO, nessa ordem, assumiram o importante papel de formadores de quadros qualificados sobre a temática regional ao incluírem, em seus Cursos de Graduação de História, disciplinas sobre a História da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro, estendendo o tema de forma pioneira ao nível de Pós-Graduação *lato sensu*. Ainda, a Faculdade Flama, conta na grade do curso de Serviço Social, com a referida disciplina. Assim, de forma decisiva, cada vez mais gerações e gerações de professores apropriaram-se do tema, levando-o às salas de aula e, como pesquisadores, desbravaram novos nichos de pesquisa, levando-os, inclusive, aos programas de Mestrado e Doutorado país a fora.

Essa corajosa decisão estratégica promovida por essas instituições de ensino superior colocou nosso município como protagonista dos estudos locais e regionais a nível nacional e os desdobramentos dessa posição nos permitiram alguns avanços significativos como a aprovação de uma legislação de Defesa do Patrimônio; a revitalização e a criação de Museus na cidade (Taquara/Duque de Caxias; Ciência e Vida; Museu Vivo do São Bento) e o aprofundamento de políticas públicas na área que culminaram com a criação em 2005, no âmbito da Secretaria de Educação, de dois institutos públicos voltados para a pesquisa e para a formação, o CRPH e o CEMPEHED.

Ao celebrarmos esse novo número, queremos festejar essa que de certo é a grande conquista da ASAMIH, do Instituto Histórico e da Revista Pilares da História, que é a consolidação desse público e dessa militância patrimonial. E, nesse novo tempo, com a chegada de uma nova gestão municipal, particularmente, na Secretaria de Educação, com a professora Marluce Gomes, e na Secretaria de Cultura, com o cineasta Jesus Chediak, assim como o presidente da Câmara Municipal, Eduardo Moreira, e o próprio prefeito recém eleito Alexandre Cardoso, aproveitamos para nos convocar, novamente, a continuar as lutas que ainda temos que travar, nas quais podemos citar como urgente, a criação do Conselho Municipal de Patrimônio da Cidade. Os artigos que apresentamos nesta edição representam o que defendemos e celebramos nossa diversidade. Aproveitemos então estas novas lições sobre o nosso lugar e aguardemos os próximos números que, com certeza, trarão novas lições e novos prazeres derivados dessas descobertas.



O dia 30 de abril é para celebrar os valores da Baixada Fluminense. Esta data, instituída em dezembro de 2000, pelo Fórum Cultural da Baixada Fluminense, lembra a inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil, instalada na nossa região ainda em 1854. Contudo, a intenção da criação deste dia, para além de homenagens, é a de que a discussão sobre as problemáticas atuais da Baixada também fosse realizada com a participação consciente de toda a sociedade.

Mais uma vez, o Poder Legislativo de Duque de Caxias, comemorando esse Dia e incentivando a preservação da história desta região importantíssima, apoia a publicação da Revista Pilares da História. Revista esta que, ao longo de 12 anos, é um marco na publicação de pesquisas sobre História Local e Regional, pois vem se destacando no registro, discussão e divulgação da nossa memória histórica e cultural.

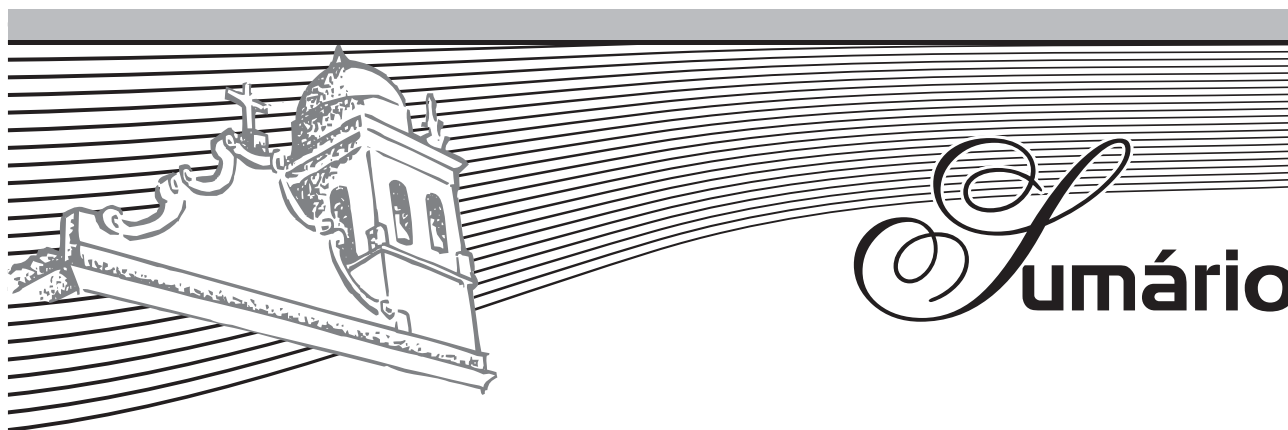
Como vereador, em meu segundo mandato, venho notando as atividades de nosso Instituto Histórico e de sua Associação dos Amigos há alguns anos. Com seus projetos, o Instituto Histórico reconhece e valoriza os elementos que formam o nosso patrimônio cultural e a nossa identidade.

Arte, cultura e história perpassam as ações do Instituto Histórico. E eu, como Presidente desta Casa Legislativa, não poderia deixar de incentivar as atividades de um espaço que, no dia 31 de janeiro de 2013, completou quarenta anos de existência.

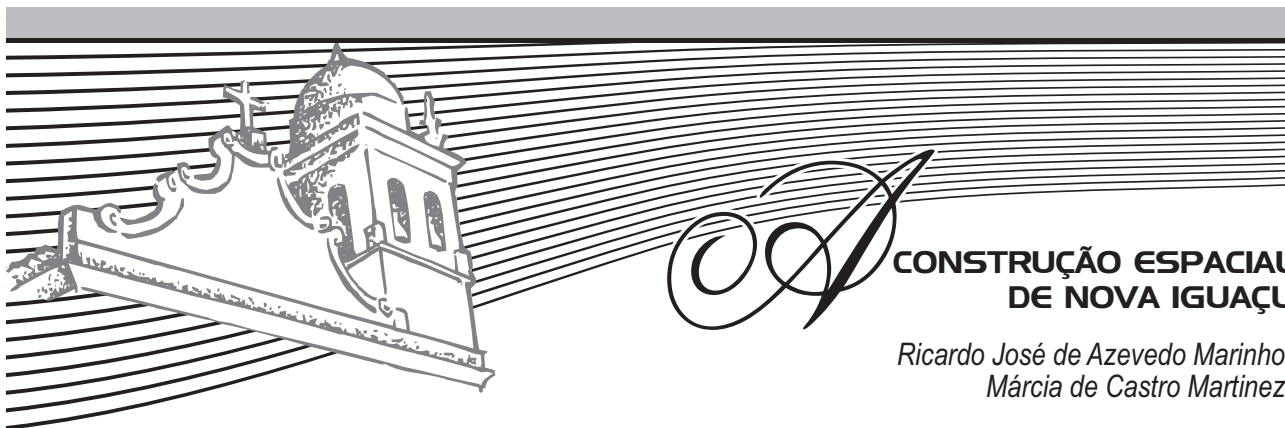
Preservar o acervo documental que integra o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e incentivar ações que recuperem o nosso patrimônio histórico e cultural também são atribuições do poder público. Para além disto, apoiar as ações daqueles que se esforçam para resgatar e propagar a história e cultura de uma rica região, como a Baixada Fluminense, é de significativa importância para a valorização de nossa identidade e para que as futuras gerações possam se reconhecer como cidadãos participativos e conscientes.

Minhas congratulações àqueles que se dedicam a preservar e propagar a história de nossa região. Parabéns Instituto Histórico e comemoremos juntos a Baixada Fluminense!

Eduardo Moreira da Silva



A CONSTRUÇÃO ESPACIAL DE NOVA IGUAÇU.....	8
<i>Ricardo José de Azevedo Marinho / Márcia de Castro Martinez</i>	
FACULDADE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE (FEBF/UERJ)	
“Uma História, Várias Lutas”	18
<i>Icléa Lages de Melo / Hugo Moreira Lima</i>	
SÃO JOÃO DE MERITI E SUA QUESTÃO DEMOGRÁFICA.....	27
<i>Bruno Luiz Laport</i>	
A ORIGEM DA FAVELA VILA OPERÁRIA EM DUQUE DE CAXIAS:	
“Minha Terra”	34
<i>Denize Ramos Ferreira</i>	
A FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES (FNM) E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS	
OCORRIDAS EM XERÉM	44
<i>Thiago Coutinho Rodrigues</i>	
CEMITÉRIO DE ESCRAVOS EM NILÓPOLIS.....	52
<i>Guilherme Peres</i>	
SARAPUÍ, OUVINDO O MUNDO E FALANDO PARA AS ESTRELAS	56
<i>Rogério Torres</i>	
DUQUE DE CAXIAS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURA MATERIAL COMO	
POLÍTICA PARA UM TURISMO SUSTENTÁVEL.....	61
<i>Fábio Silva Gonçalves</i>	
SEÇÃO TRANSCRIÇÃO	69
SEÇÃO MEMÓRIA VIVA	75
SEÇÃO ICONOGRAFIA.....	81
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO.....	93
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS / 17ª LEGISLATURA.....	99

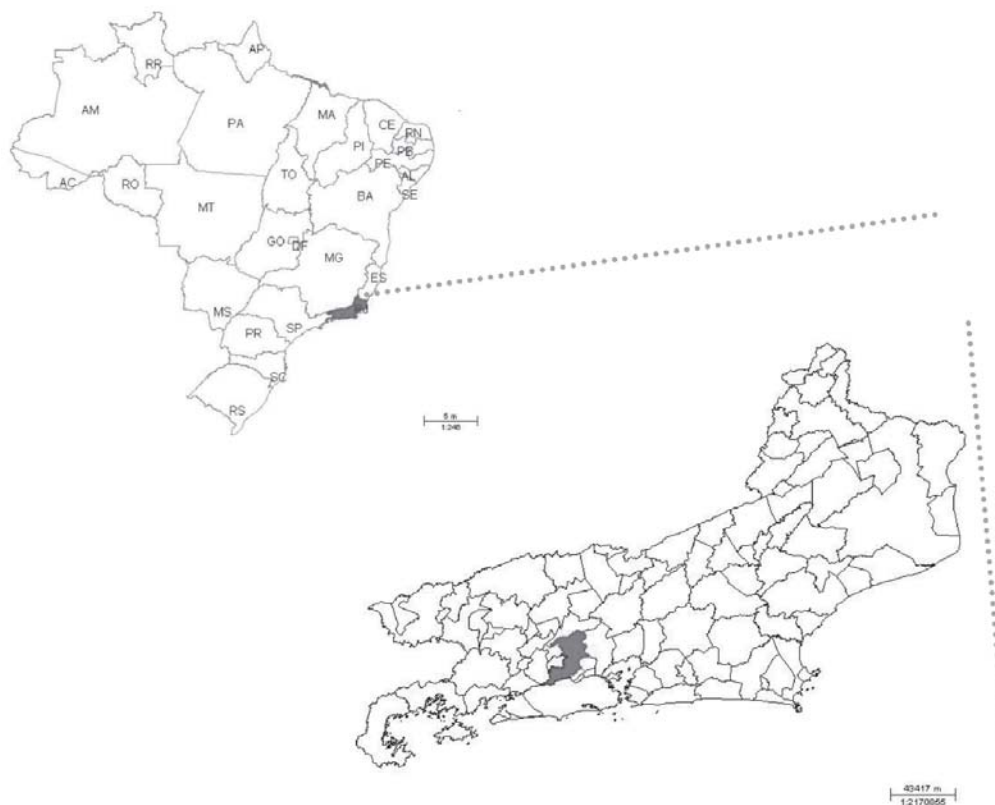


A Memória de Benito Martinez Durán

O presente estudo tem como propósito delinear a construção espacial do município de Nova Iguaçu. Qual a sua configuração? Onde fica? Como se organiza? Sua inspiração advém das análises que Caio Prado Jr. desenvolveu com o entrelaçamento da perspectiva histórica com a geográfica.

Nova Iguaçu é um município brasileiro (figura 1) localizado na área centro-oeste do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Posição do Estado do Rio de Janeiro em relação ao Brasil e posição do município de Nova Iguaçu em relação ao Estado do Rio de Janeiro no ano de 2001



¹Ricardo José de Azevedo Marinho é Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É Assessor da Presidência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e Professor da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO).

²Márcia de Castro Martinez é Bacharela em Matemática pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado do Rio de Janeiro é subdividido política e administrativamente em 8 (oito) regiões de governo. São elas: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, das Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense, da Costa Verde.

Nova Iguaçu pertence à Região Metropolitana. Ela está representada geograficamente na figura 2, junto com outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, a saber: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Figura 2 - Região Metropolitana³



Nova Iguaçu é um dos Municípios que compõe a Baixada Fluminense⁴

A figura 3 representa a área geográfica da Baixada Fluminense definida a época pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana (SEDEBREM). É composta pelos municípios de: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Figura 3 - Baixada Fluminense⁵



³Destaca-se em cinza escuro o município de Nova Iguaçu

⁴Há outras composições da Baixada Fluminense pelo enfoque histórico-cultural, onde delas não fazem parte os municípios de: Guapimirim, Itaguaí, Magé, Paracambi e Seropédica.

⁵Destaca-se em cinza escuro o município de Nova Iguaçu

Nova Iguaçu limita-se ao Norte com o município de Miguel Pereira; ao sul com o Rio de Janeiro; a leste com Duque de Caxias, Belford Roxo e Mesquita; e ao oeste com Japeri, Queimados, e Seropédica. A figura 4 apresenta Nova Iguaçu com seus municípios limítrofes.

Figura 4 - Nova Iguaçu e seus municípios limítrofes



As áreas limítrofes são sempre áreas de influência de um município e, por isso, importantes que sejam bem conhecidas.

A figura 4 mostra ainda a configuração atual do município de Nova Iguaçu. A área em branco abaixo de Mesquita é São João de Meriti que não foi qualificada no cartograma por não ser limítrofe de Nova Iguaçu, mas deve ser tratada em temas que envolvam área de influência.

Nova Iguaçu encontra-se na latitude $22^{\circ} 45' 33''$ e longitude $43^{\circ} 27' 04''$, ou ainda, nas coordenadas geográficas (UTM) 657792,5 e 7491705.

A área ocupada hoje é de $523,9 \text{ km}^2$, apresentando uma extensão longitudinal (leste-oeste) de 27 km e vertical (norte-sul) de 36 km.

Por encontrar-se em região de baixada a altitude não é elevada. Nova Iguaçu encontra-se a 25 metros do nível do mar. Possui uma temperatura média anual⁶ de $21,8^{\circ} \text{ C}$ e precipitação pluviométrica média anual de 2.105 mm.

⁶Dado obtido na Prefeitura de Nova Iguaçu.

1.1 Antecedentes

Agora vamos relacionar a história geográfica do município de Nova Iguaçu com fatos significativos do processo de municipalização brasileira, que possibilitem um conhecimento básico sobre a origem do território em seus mais importantes aspectos sócio-culturais e econômicos.

O Sistema de Capitânicas Hereditárias, inaugurou no Brasil o processo de divisão de suas terras. Faixas horizontais que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas foram a primeira forma de demarcação do território brasileiro e o primeiro sistema administrativo a ser implantado no país. A grande extensão territorial recém descoberta, a necessidade de povoamento, de defesa do território e de exploração das novas terras foram as principais razões para a adoção deste sistema. Enormes faixas de terra eram doadas, de forma hereditária⁷, a nobres e/ou pessoas de confiança do rei de Portugal – D. João III. A principal atribuição dos novos donatários, como eram chamados, era a de proteger e manter as novas terras, tanto das invasões estrangeiras de piratas que vinham saquear as riquezas do novo território, quanto dos índios que ali viviam e que tentavam resistir à ocupação lusitana. Em contra-partida, além das terras, lhes era permitida a exploração das riquezas minerais e vegetais ali encontradas.

A herança deste sistema talvez explique em parte a desigualdade social existente até hoje no Brasil.

A capitania de São Vicente, recebida por Martim Afonso de Souza em 1531, ocupava parte do território que hoje denominamos de Estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, o território de Nova Iguaçu fez parte integrante desta Capitania.

Em 1549, em função das diversas dificuldades na administração das capitânicas, principalmente a falta de recursos, a grande extensão territorial, à distância de Portugal e os freqüentes ataques ao novo território, o rei de Portugal resolveu criar um novo sistema administrativo denominado de Governo-Geral.

Até a elevação em 1565 do Rio de Janeiro a categoria de cidade, as terras pertencentes à Nova Iguaçu permaneceram abandonadas.

A partir desta época, foram concedidas sesmarias⁸, desencadeando o início da colonização dessas terras ao longo dos rios que cortavam o território, em especial, o Meriti, o Sarapuí, o Pilar e, principalmente o rio Iguaçu.

Segundo documentos históricos, um dos primeiros grandes proprietários das terras de Nova Iguaçu foi Brás Cubas que recebeu do Governador em 1558: 3.000 braças de terras de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos pelo Rio Meriti.

As terras que constituem o território de Nova Iguaçu caracterizavam-se por terrenos alagadiços e pântanos e por diversas serras responsáveis pelas nascentes de vários rios.

A área era originalmente habitada pelos índios que iam sendo interiorizados, quando não dizimados pelo homem branco. A partir da formação de grupamentos populacionais na região foram surgindo freguesias⁹. No território de Nova Iguaçu as principais foram: Nossa Senhora do Pilar (1637), São João de Meriti (1647), Santo Antônio de Jacutinga (1657), Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu (1719) e Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (1759).

A freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu era, à época, a que mais se destacava face sua localização estratégica no caminho para as Minas Gerais.

Durante aproximadamente 200 anos a prosperidade econômica da região foi mantida em função da atividade agrícola, principalmente o cultivo do arroz, feijão, mandioca e, com destaque, a cana de

⁷ A transmissão hereditária é aquela que passa de pai para filho, explicando assim, a origem do nome do sistema - "Capitânicas hereditárias".

⁸ Sesmaria: terreno abandonado ou inculto que os reis de Portugal cediam a quem as requeresse e apresentasse condições de explorá-las. Medida agrária - a légua de sesmaria equivale a 6.600 metros.

⁹ Freguesia: agrupamento, povoação paroquiana. Nas províncias e cidades de Portugal era considerada a menor divisão administrativa.

açúcar. A fertilidade do solo e a facilidade do escoamento da produção rumo ao Rio de Janeiro propiciada pelos rios da região foram os principais fatores do desenvolvimento de Nova Iguaçu.

A presença do negro escravo foi decisiva neste desenvolvimento e no enriquecimento dos proprietários de terras.

O notável progresso da região foi reconhecido no dia 15 de janeiro de 1833, quando foi criada, através de decreto por ordem do Imperador Dom Pedro II, a Vila do Iguassú, instalada nas margens do rio que lhe deu o nome no dia 27 de julho do mesmo ano.

Em 13 de abril de 1835 por força da Lei Provincial nº 14, Nova Iguaçu perde sua autonomia. A luta dos habitantes da região, entretanto, resultou em êxito com a restauração do município em 10 de dezembro de 1836 através da Lei Provincial nº 14, passando então a denominar-se Iguassu.

Sua localização estratégica à margem direita do Rio Iguaçu facilitava o escoamento da produção tanto da região quanto dos produtos que vinham de Minas Gerais por via terrestre. Porém, a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, ao invés de ajudar o crescimento de Nova Iguaçu provocou efeito contrário, dando início a uma fase de decadência.

Povoações foram surgindo ao longo da via férrea e o tráfego fluvial foi sendo substituído pelo férreo. Como decorrência, a via fluvial foi sendo abandonada e obstruída, conseqüência da devastação das matas, principalmente as ciliares. Além disso, pântanos e alagadiços iam se formando provocando o aparecimento de mosquitos e doenças na região.

Em 1862, a matriz da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga é transferida para Moxambomba, uma das localidades que mais cresceu à margem da via férrea.

Em 1º de maio de 1891 a sede do município é transferida para Maxambomba, que passa a ser elevada a categoria de vila através do Decreto nº 263 de 19 de junho de 1891.

A construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu que impedia a navegação; as doenças - epidemias de cólera, varíola e malária e; o desenvolvimento do transporte ferroviário - com parada em Maxambomba - foram as principais razões desta transferência.

Em 1911 a divisão político administrativa do município de Nova Iguaçu era composta por seis distritos: Jacutinga, Queimados, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, Meriti, Palmeiras e Pilar.

A Lei Estadual N.º 1.331, de 9 de novembro de 1916, altera o nome da Vila de Maxambomba para Nova Iguassú.

Nova Iguaçu não sofreu muitas modificações em relação ao seu topônimo. As reformas ortográficas da língua portuguesa fizeram a alteração da grafia da palavra Iguassú para Iguaçu como conhecemos hoje.

Como visto, a história deste município retrata alguns aspectos relevantes da história do Brasil. Ocupada originalmente pelos índios Jacutingas e Tupinambás, foi utilizada como território de passagem para escoamento da produção de ouro, café e cana de açúcar por portugueses e franceses. O porto de Iguassú, localizado na margem do Rio Iguaçu foi, de 1830 a 1860, o 2º porto fluvial mais importante da região. A economia sustentava-se na agricultura da cana de açúcar, além do milho, feijão, mandioca, café e arroz. A cultura africana, em função da escravidão, foi outra marca na região.

Nova Iguaçu cumpriu um papel estratégico para o império como um território de passagem de grandes fluxos comerciais rumo a corte.

Nos anos 1930, quando completava 100 anos de fundação, suas características pedológicas¹⁰ foram as responsáveis por seu período áureo que durou uma década.

Os terrenos molhados caracterizavam um solo rico em argila, com excelente plasticidade, o que propiciou o desenvolvimento de olarias para a produção de tijolos e telhas. Já os terrenos mais elevados, com solo rico em nutrientes, permitiram o desenvolvimento agrícola com a cultura de diversos cítricos, principalmente a laranja, tornando Nova Iguaçu um dos grandes exportadores da fruta na época. O perfume que pairava na cidade era um atrativo à parte.

¹⁰ Pedologia: estudo do solo.

A 2ª Guerra Mundial provocou a interrupção do transporte marítimo impedindo assim, a exportação da laranja. Com isso, a predominante atividade agrícola dá lugar à atividade industrial.

A construção de rodovias que cruzavam o município, em especial a BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) aliada à existência de extensas áreas (latifúndios) a custos reduzidos e a mão-de-obra barata foram os grandes atrativos para a instalação de indústrias.

O ciclo de industrialização transforma Nova Iguaçu de cidade dormitório e dedicada a citricultura em uma das principais cidades do Estado, tanto em geração de renda quanto em população, propiciando, conseqüentemente, o desenvolvimento de sua infra-estrutura urbana.

1.2 Construção espacial

Recuperar a história dos desmembramentos político-administrativos ocorridos no Município de Nova Iguaçu permite entender a dinâmica espacial do território e, principalmente, compreender a estrutura da sociedade que ali habita e/ou habitou!¹¹

Desde a sua fundação em 1833 até a presente data, o município foi marcado por diversos desmembramentos.

O primeiro ocorreu em 31 de dezembro de 1943 quando foram desmembradas as áreas hoje ocupadas pelos municípios de Duque de Caxias (464,6 km²) e São João de Meriti (34,8 km²) formando o então, município de Duque de Caxias. Esta emancipação representou uma perda territorial de 38% de sua área original.

Em 1947, no dia 20 de junho, emancipa-se Nilópolis,¹² levando consigo 19,2 km² representando 1% de redução no território original de Nova Iguaçu.

Em 1950, o município contava com uma população de 145.649 habitantes.

Porém, a década de 90, em especial os anos de 1990 e 1991 foi a que mais marcou o município em termos de desmembramentos.

Em 3 de abril de 1990, através da Lei N.º 1.640, é criado Belford Roxo. Nova Iguaçu perde outra porção territorial - 79,8 km² de sua área, correspondendo a 6% do território original e aproximadamente 31% de sua população.

No final no mesmo ano, a Lei N.º 1.773 de 21 de dezembro de 1990 emancipa o município de Queimados. Desta vez, Nova Iguaçu perde mais 76,9 km² de sua área territorial, 6% do total original, e aproximadamente 8 % de sua população.

No ano seguinte, chega à vez de Japeri, que tem sua emancipação decretada no dia 02 de dezembro. São perdidos mais 6% do território original, ou ainda, 82,8 km² de extensão territorial e, em torno de 6 % da população de Nova Iguaçu.

Em 1999 ocorre a última emancipação, Mesquita. A Lei N.º 3.253, promulgada em 25 de setembro concretiza a perda de mais 34,8 km² de território, 3% do total original de Nova Iguaçu e, outros 18 % da população.

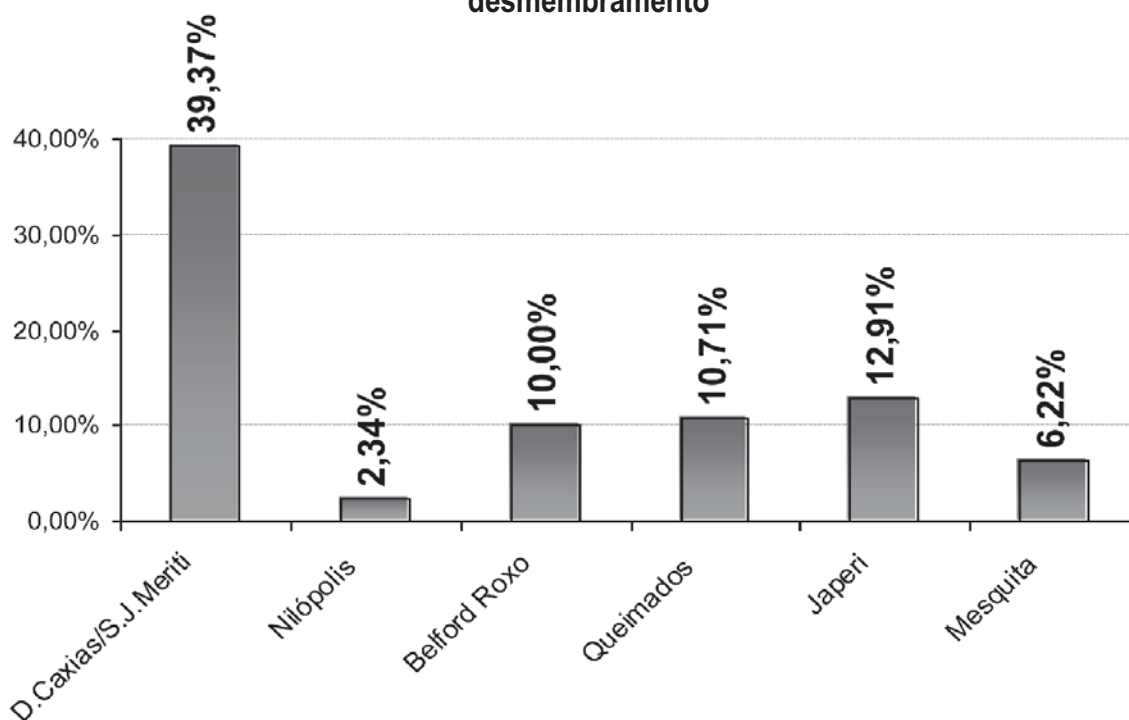
Desde sua criação até 2001, a área territorial de Nova Iguaçu foi gradativamente reduzida, totalizando uma perda de 60,21 % até 2001, ou seja, a área de Nova Iguaçu atualmente representa apenas 39,79 % da sua área original à época da fundação.

¹¹ Num outro artigo pretendemos narrar a história do processo dos desmembramentos sobre a ótica das emancipações.

¹² Na mesma data, 20 de junho de 1947, São João de Meriti emancipa-se de Duque de Caxias.

A figura 5 é uma forma de se analisar a história territorial de Nova Iguaçu. Nela é apresentada o percentual de perda territorial, não em função do território original, mas em relação à área territorial vigente na data de cada desmembramento.

Figura 5 - Percentual de perdas territoriais de Nova Iguaçu considerando a área na data do desmembramento

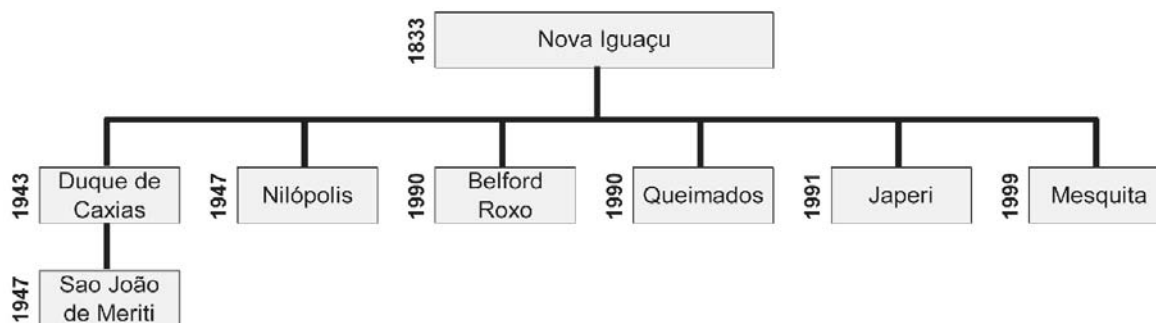


O impacto populacional foi ainda maior. Em relação à população de 2000, Nova Iguaçu teve com essas emancipações, uma redução populacional de 74 %, ou seja, a população em 2000 representa apenas 26 % do que seria sem os processos de desmembramento de seu território.

A genealogia de um município é de fundamental importância, tanto para o conhecimento do processo geo-histórico, quanto para a compreensão e obtenção de dados que representem, com precisão e fidelidade, a área territorial - representativa do município, na referência do tempo do dado obtido. Exemplificando, quando obtemos uma informação de Nova Iguaçu referente ao ano de 1980 é importante que se saiba que, naquela época, faziam parte do município de Nova Iguaçu os atuais municípios de Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

A figura 6 apresenta a árvore genealógica da criação de municípios originários de Nova Iguaçu. Nela podemos observar, não só os municípios desmembrados de seu território como a época de criação de cada um deles.

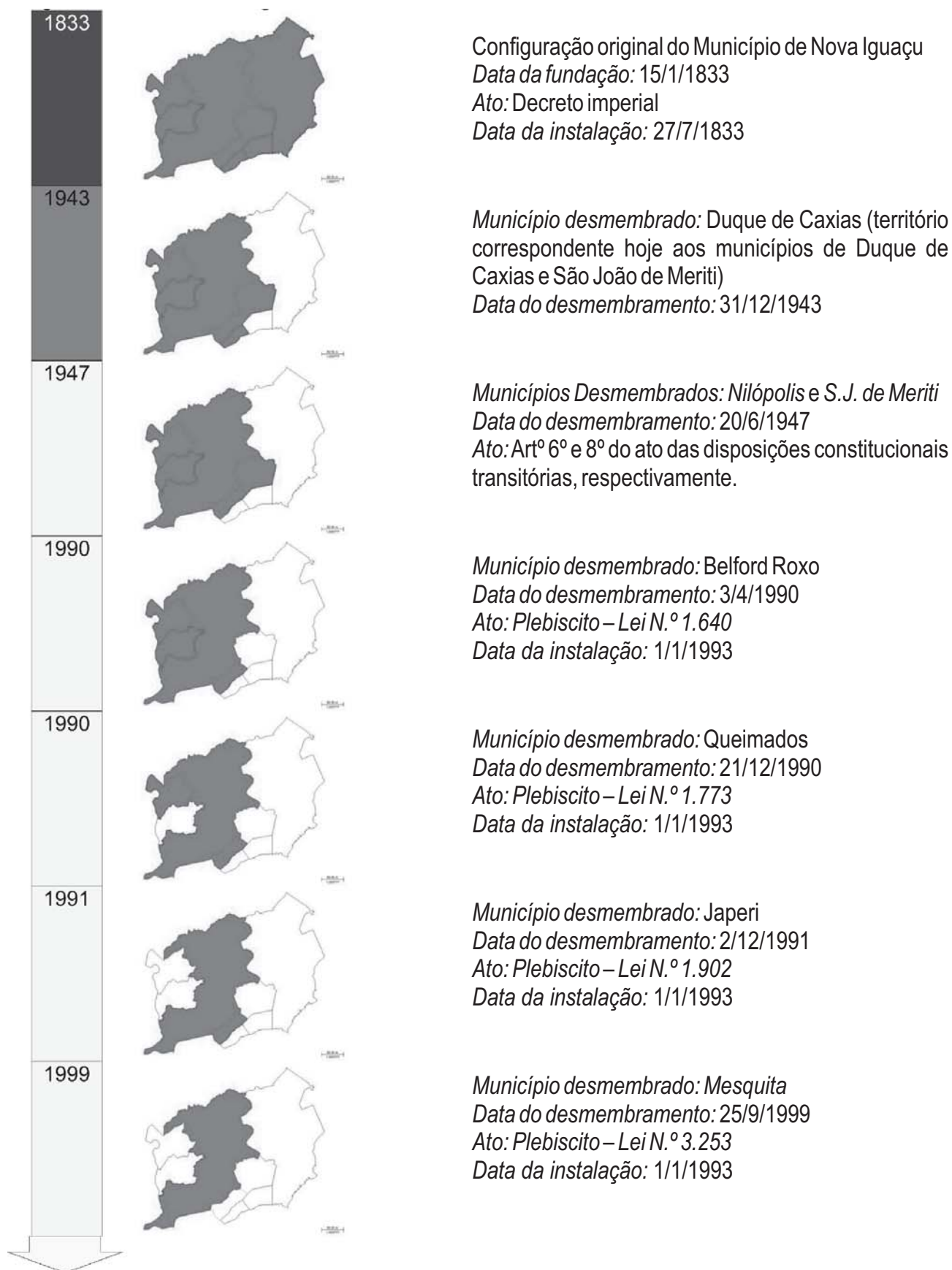
Figura 6 - Cadeia sucessória de Nova Iguaçu



Levando-se em conta o formato atual do Estado do Rio de Janeiro, a figura 7 resume cartograficamente, em escala temporal, a dinâmica territorial de Nova Iguaçu (NI) de 1833, quando foi fundada, até 2001, quando ocorreu a última alteração nos limites territoriais, ou seja, apresentaremos cartograficamente a genealogia anterior. O entendimento da dinâmica espaço-temporal de um município

garantirá a eficácia das informações a serem analisadas e, conseqüentemente, sua utilização no planejamento urbano de um município.

Figura 7 - Dinâmica cartográfica de NI no tempo em função dos desmembramentos



Conclusão

Nesse breve exposição de como se conformou o espaço de Nova Iguaçu deve ter ficado claro que o controle do tempo é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço como um todo, ou seja: sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer, entre tantas outras esferas e dimensões sociais. Não podendo atuar diretamente sobre o tempo, os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo. Daí decorrer a grande disputa social em torno da produção do espaço.

Daí decorre também a segregação como um mecanismo espacial de controle dos tempos. É assim que é produzido o espaço que, por sua vez, produz os pontos de origem e destino das populações cidadinas.

Este texto apresentou não só uma visão mais ampla da segregação socioespacial que acabou por se configurar em Nova Iguaçu ao longo de sua experiência histórica, mas também uma visão que mostra como o espaço se integra à desigualdade socioeconômica e o seu papel na subalternização social.

A obscena desigualdade que existe na sociedade brasileira se manifesta na enorme segregação que se observa em nossas cidades. Essa segregação cria um ônus e excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos.

Ao contrário do pensa o senso comum, tal como a mídia o registra, o tempo e o espaço não são obras da natureza, mas produtos da ação humana. Na história da construção espacial de Nova Iguaçu, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos cidadãos em seus deslocamentos. Como se vê, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço produzido. Assim, tanto quanto o clima em Nova Iguaçu ou seu espaço, também o tempo não é produto da natureza. No espaço, como em outras esferas sociais, a subalternização social se faz mediante a desigual distribuição, entre as classes sociais, do tempo. Assim, ter em mente essas variáveis implica em desenvolvermos um outro olhar para a história da Baixada Fluminense.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni (1937), **O longo século XX**. São Paulo: Editora UNESP.
- BADIE, Bertrand (1995), *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BECKER, Bertha K. (1991), "*Geografia Política e Gestão do Território no Limiar do Século XXI. Uma Representação a partir do Brasil*". **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 53, N.º 3.
- BLACK, Jeremy (2005), **Mapas e história: construindo imagens do passado**. São Paulo: Editora EDUSC
- CÂMARA, Ibsen G. (1991), "Gestão do Território - Uma Visão Conservacionista". **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 53, N.º 3.
- CASTRO, Iná Elias (2005), *Geografia e Política - Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DAVIDOVICH, Fany. (1991), "Gestão do Território, um tema em questão?". *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 53, N.º 3.
- ENCICLOPÉDIADOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro, 1959.
- GOMES, Gustavo Maia & MacDOWELL, Maria Cristina. (2000), **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios**. Brasília, Ipea, (Texto para Discussão N.º 706).
- IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. (2001), **Evolução do quadro municipal brasileiro no período entre 1980 e 2001**. Rio de Janeiro: IBAM, (Série Estudos Especiais, N.º 20).
- NASCIMENTO, Arlindo Mello do (2001), *Meio ambiente e qualidade de vida nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo o acesso aos serviços básicos de utilidade pública, no período 1991/2000*. Monografia. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE.

- PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1933].
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1942].
- _____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976 [1945].
- _____. *Emenda sobre recenseamento geral do Estado*. In: **Anais da Assembléia Constituinte**. Vol. IV. São Paulo, 17ª Sessão Extraordinária em 23 de junho, 1947, p. 236-237.
- PUTNAM, Robert D. (1996), **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SANTOS, Milton. (1999), **Os deficientes físicos**. Folha de São Paulo, Domingo, 24 de janeiro, Mais!
- _____. (1999), **O chão contra o cifrão**. Folha de São Paulo, Domingo, 28 de fevereiro, Mais!
- _____. (1999), **Guerra dos Lugares**. Folha de São Paulo, Domingo, 8 de agosto, Mais!
- _____. (2002), **Por uma geografia nova**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.



Introdução

Icléa Lages de Melo²

Hugo Moreira Lima³

É melhor tentar, ao invés de sentar-se e nada fazer. É melhor falhar, mas não deixar a vida passar. Prefiro na chuva caminhar do que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, do que viver infeliz em são conformismo.

Martin Luther King

Falar sobre a FEBF/UERJ, Instituição Superior de Ensino Público, remete à dívida social que o poder público e a sociedade civil têm com a região da Baixada Fluminense. É no âmbito desse pensamento que este texto inicia o estudo/escrita da história desta instituição, que tem como desafio cotidiano desenvolver papel relevante na construção dos profissionais da educação, pois trata-se de um espaço formador de educadores. Para consolidar o nível de excelência desta formação, a FEBF/UERJ encerra na sua trajetória uma história de muita luta e superação transitando pela conquista da autonomia universitária, pela incorporação do quadro de professores e pelo prédio próprio.

A primeira escrita oficial sobre a história da FEBF é a dissertação de mestrado do ex-professor dessa casa, Gelson Pereira Dalvi (2002), na qual faz um trabalho de pesquisa documental cotejado com entrevistas, artigos, livros, revistas e acervo da FEBF. Este trabalho significou um despertar para a monografia de graduação de Lilian de Oliveira Machado (2010), do curso de Pedagogia, onde há a abordagem, como caminho metodológico, do uso da história oral para o registro de memória desta Faculdade.

Tendo como referencial os princípios básicos da universidade - ensino, pesquisa e extensão- a FEBF, no seu processo educativo, possui o olhar voltado para uma formação crítica e nessa caminhada desenvolve diferentes projetos, programas e atividades, incluindo pesquisa e extensão, estágio de docência e gestão, monitoria, iniciação científica, biblioteca aberta à comunidade, diferentes modalidades de bolsas e muitas outras formas de participação na busca de interlocução com a comunidade. Oferece cursos de Licenciatura em Pedagogia, Geografia e Matemática; dois cursos de pós-graduação (especialização): Organização Curricular e Prática docente na Educação Básica; o recém aprovado: Gestão dos Processos Educativos na Escola e ainda o Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação.

¹ Este artigo é dedicado ao quadro de Professores Concursados do Estado, que atuaram nesse espaço de formação desde a década de 1960 e incorporados à UERJ em 1997. Deixamos público, através do PINBA, o respeito pela história de luta e superação, tendo sido esta o marco inicial para o que a FEBF representa hoje na região da Baixada Fluminense.

² Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ)

³ Graduando no curso de Pedagogia da FEBF/UERJ e Bolsista do PINBA.

Consolidando esse princípio da extensão como espaço de interlocução e articulação entre os diferentes setores e atores da sociedade, a FEBF, comprometida com as demandas e necessidades da população dessa região, desenvolve o Programa de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA). Este foi criado em 1992, como programa institucional da UERJ, baseando-se nas linhas estratégicas do documento “políticas de interiorização” dessa universidade. Nessa busca contempla várias atividades, como a “Cartilha Sócio-Espacial Histórica da Baixada” que tem por finalidade reunir informações históricas, geográficas, humanas e sociais de todos os municípios da Baixada, para utilização nas escolas de ensino fundamental. Outra atividade que se encontra em fase de elaboração é a escrita do “Registro de Memória da FEBF.” Há ainda em seu programa projetos de extensão, de pesquisa, tendo a Baixada Fluminense como foco de estudo. É formado por um colegiado interdisciplinar, composto por professores e bolsistas dos cursos de Pedagogia, Matemática e Geografia.

Registraram-se parcerias com o SEPE/Caxias; o Fórum Cultural da Baixada Fluminense; o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd); o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) e o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ).

Dentre as metas propostas no Programa, destaca-se a elaboração do Registro de Memória da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), que tem como objetivo resgatar a sua história. Para organização das ideias, este artigo trata da origem até a conquista da unidade universitária e desta à posse do prédio próprio.

FEBF/UERJ enquanto lugar de memória

A FEBF, como Instituição do Ensino Superior na Baixada Fluminense, tem um valor simbólico inestimável como lugar de memória. Najjar contribui com esse pensamento afirmando que: “lato sensu, tudo que homens e mulheres fizeram e fazem em nosso país faz parte da nossa cultura (...) a questão é que algumas dessas coisas são eleitas como pertinentes a nosso patrimônio cultural e outras não”. (2010, p. 144)

Nesse sentido, pensar essa Instituição, sem antes refletir sobre os atores que a construíram é praticamente negar toda a sua trajetória histórica. Deve-se tê-la não só como patrimônio cultural, mas também educacional, social e político, com relevância tanto para a região em que se situa quanto para as pessoas que nela transitam.

O grande desafio encontrado, de modo geral, nas sociedades contemporâneas, é suscitar o interesse para a importância da memória como peça fundamental na construção e valorização do patrimônio. Por patrimônio entende-se que “(...) é algo definido socialmente. Não é qualquer objeto que é visto como pertencente a nossa herança cultural, mas aqueles que socialmente ganham valor simbólico.” (NAJJAR, 2010, p. 143).

Dialogando com Pierre Nora, a FEBF seria o que ele chama de um “lugar de memória,” isto é, o resultado da relação dinâmica entre história e memória. Dessa forma, a história, enquanto ciência, é quem cristaliza os objetos simbólicos, dando-lhes a forma mais acabada como um lugar de memória. Em suma, eles seriam os lugares que possuem sua aura simbólica mantidos através da memória e que foram, de forma geral, imortalizados pela história. Entende-se também que nem sempre eles são imortalizados pela história, e que podem ser quaisquer coisas no subjetivo das pessoas. Neste caso, fala-se de um lugar específico, a FEBF.

Portanto, lugares de memória são onde se encontram lembranças. Para tal, segundo Pollak (1992), são necessários 3 critérios: os acontecimentos, os personagens e os lugares. No objetivo

estudo, respectivamente, luta, sujeitos envolvidos e FEBF. A partir desse esclarecimento, surge uma inquietação: por que a FEBF torna-se um lugar de memória? A resposta para tal deveria ser respondida com o desenrolar do estudo. Antes mesmo de iniciar qualquer atividade na busca desta resposta busca-se sólidos fundamentos para prosseguir-se num terreno seguro, onde se estivesse preparado para qualquer adversidade. Com base em Alberti (2005) tem-se o reconhecimento de que para dar início a qualquer estudo necessita-se de um conhecimento prévio do objeto.

Delimitando-se o estudo, com base na memória, buscam-se os sujeitos que participaram desse processo histórico para a realização das entrevistas. Com relação a esta investigação, pode-se dizer, a partir de Alberti (2005), que ela se inicia pré dada, mas com o desenrolar da pesquisa, devido às constatações e até mesmo às indicações dos próprios entrevistados, ela vai se reformulando, tornando-se flexível. Ainda a autora diz que os critérios devem basear-se em aspectos qualitativos e no grau de representatividade que tiveram no tema investigado. Inicialmente, vieram ex-docentes, ex-alunos e movimento social, posteriormente virão ex-reitores, ex-diretores e funcionários. Dessa forma, teve-se a cautela de selecionar os sujeitos que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema.

Nessa abordagem metodológica, fez-se a seleção dos grupos, estruturando-se o roteiro da entrevista de cada segmento a ser entrevistado. Optou-se por um roteiro que, embora semiestruturado, fosse ao mesmo tempo aberto. Na elaboração da lista de possíveis sujeitos, diferentes nomes foram surgindo, assim como no decorrer das entrevistas outros eram indicados pelos entrevistados.

FEBF/UERJ – entre a história oficial e a oral: o que os documentos não dizem

Na busca de referencial que traduzisse a história da FEBF através de seus sujeitos, encontrou-se em Thompson uma contribuição, ao considerar que "(...) a evidência oral pode expor, com muito mais clareza do que documentos". (1992, p.107). Em um depoimento oral pode-se conhecer de fato todo o contexto histórico do momento. Ainda em Pollak: "o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização" (1983, p. 9).

Ao realizar entrevistas para coleta de dados sobre a memória da Faculdade, observa-se um dos objetivos do PINBA que preconiza formar um banco de dados sobre a região da Baixada Fluminense. Este procura preservar e divulgar sua história através de escritos, fotos, vídeos, fitas, objetos e documentos para consulta de todos que se interessem pelo tema. A história oral é a oportunidade de trazer à tona o que é menosprezado e ignorado como elemento fundamental para a compreensão da verdadeira história. Nessa perspectiva é importante frisar que as entrevistas são, antes de tudo, feitas com o intuito de resgatar o passado desta Faculdade, muitas vezes negligenciado pelo poder público, documentos escritos e autoridades.

Legalmente, este Curso de Pedagogia, posteriormente denominado Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), inicia sua caminhada existencial com a criação do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), através do Decreto Estadual nº8.272/1962, numa trajetória de resistência no cenário educacional e político do município de Duque de Caxias.

No ano de 1965, surge o Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN) que posteriormente, em 1971, foi transformado em Curso de Pedagogia oferecendo as habilitações Magistério das matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. No período de 1971 a 1981 funcionou como curso de Pedagogia, com professores concursados do Estado.

Nessa evolução foram realizadas, inicialmente, entrevistas com quatro ex-docentes, três ex-alunos e um representante do movimento social (2010) e, posteriormente, mais quatro ex-docentes e uma ex-aluna (2011), todos colocados, segundo Thompsom (1992), como elementos fundamentais para a compreensão da história. É a partir destas entrevistas que se fortalece a elaboração do Registro de Memória do Curso de Pedagogia da FEBF, assunto deste artigo.

Não se pode pensar na história desta instituição dissociada da história do Rio de Janeiro. Com a fusão, em 1975, do Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, este passa a contar com a sua própria Universidade, a UERJ, que antes era chamada Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Portanto, a mantenedora desse curso era a Universidade Federal Fluminense (UFF). Para maior esclarecimento sobre essa questão Dalvi contribui dizendo que:

Alterações produzidas em decorrência da Lei 5.540/68 - Art. 27, parágrafo 1º determinam que diplomas expedidos por unidades isoladas de ensino, isto é, faculdades não vinculadas formalmente à determinada instituição universitária, sejam reconhecidos por Unidade Pública. Desse modo, os diplomas expedidos pelo curso de Pedagogia do IEGRS, por estar ele localizado no antigo Estado do Rio de Janeiro, são reconhecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), procedimento que se estende até 1981, quando o curso é incorporado à UERJ. (2002, p.95)

A partir do momento em que a UFF fica desobrigada a emitir os diplomas, a UERJ, “obrigatoriamente”, incorpora o curso de Pedagogia. É a partir desse fato que se inicia uma longa, conflituosa e significativa história de luta.

Após muitos debates e reivindicações, em 1981, o Governo do Estado na época, emite um documento elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, encaminhado para a Assembléia Legislativa que decretava a incorporação do curso à UERJ (Lei nº472 /1982). Assim encontramos na publicação comemorativa dos 60 anos da UERJ, um breve resumo dessa história:

(...) Em 1981, ocorre a incorporação definitiva à Universidade, com a sua vinculação ao curso de Pedagogia (campus) Maracanã. Ainda em 1985 ocorre o primeiro concurso para professores da FEBF. Em 1986 tem início o movimento liderado por professores, que reivindicam a criação da unidade universitária em Caxias. A criação efetiva da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense ocorre em 8 de novembro de 1988 em sessão do Conselho Universitário realizado em Duque de Caxias. Conquistada a autonomia, a FEBF conseguiu espaço próprio nas instalações de um CIEP, que possibilitou a abertura de novos cursos de licenciatura e pós-graduação. (2010)

No processo de incorporação à UERJ surge um impasse que se desdobra em alguns conflitos, pois há incorporação do curso e não dos docentes que lá atuavam. Na época havia um quadro de professores concursados do Estado devidamente habilitados que desde a criação do curso formavam pedagogos. Apesar do trabalho, dedicação e compromisso destes professores no processo da formação daqueles profissionais que lá se graduaram, não foi impedimento para que, em 1991, houvesse a emissão de um

¹As entrevistas com referência ao ano 2011, foram realizadas pelo atual Bolsista Hugo Moreira Lima com o apoio do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.

documento pela reitoria que anunciava a devolução desses professores às suas respectivas origens, esta situação se reverteria, em 1997 quando acontece a incorporação dos mesmos.

Ainda em relação a não incorporação do quadro que lá atuava, foi dito por um ex-docente que "(...) na verdade a UERJ não demonstrou interesse. Porque não era só incorporar o curso, tinha o corpo docente, os discentes e o próprio prédio." (MACHADO, 2010, p. 27) e ainda : "Realizamos várias passeatas, fomos várias vezes à Reitoria para reclamar isto. Houve mobilização de várias entidades de Caxias, Associações de Bairro, Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM), SINDIQUIMICA de Caxias, SEPE, dentre outros." (MACHADO, 2010, p. 32)

É importante ressaltar que nessa história, embora aparentemente exista sempre uma luta comum, seria ilusório acreditar no pragmatismo da mesma. Como todo movimento construído por pessoas, este apresenta embates, perspectivas e contradições. Toda esta mobilização se dá em torno de um objetivo inicial: a transformação desta Faculdade como Unidade Universitária da UERJ. Esta conquista vem a ser adquirida na gestão do reitor Ivo Barbieri (1988-1992). Por outro lado, foi também nesta gestão que houve a devolução do quadro docente concursado do Estado, alegando não precisar mais de seus serviços prestados. Sobre este momento assim se manifesta um docente: "Quando soubemos dessa devolução ilegal, buscamos a garantia recorrendo à justiça. Na oportunidade contamos com alguns professores da UERJ que entendia de legislação, e eles ficavam conosco no Instituto até tarde da noite nos ajudando a redigir documentos para garantir a legalidade do movimento." (MACHADO, 2010, p. 32)

Esses docentes encontravam em alguns alunos um significativo apoio, como constata-se a seguir: "Fizemos parte do Centro Acadêmico Henfil e as principais lutas eram: O prédio próprio, a incorporação dos professores do Estado à UERJ e a questão da autonomia da Faculdade, para desenvolver projetos e pesquisas." (MACHADO, 2010, p. 32)

Pode-se inferir através desses depoimentos, tendo por base Pollak (1983), que aquele docente e os demais, tinham para além de laços profissionais e acadêmicos, sentimentos de pertencimento, pois já haviam formado inúmeros pedagogos ao longo dos anos. Sobre isto o referido autor ressalta que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...) (1983,p. 9)

A situação se reverteria a partir da gestão do reitor Antonio Celso (1996-2000), considerado pelos docentes como "benfeitor", pois sendo da área do Direito observou ser injusta a questão, indicando um advogado, também professor da UERJ, para trabalhar nessa causa. Esta foi vitoriosa, pois em 1997, o quadro docente concursado do Estado foi incorporado como quadro excepcional que se extinguiria à medida que as pessoas fossem aposentando ou morrendo. Corroborando com esta admissão do quadro de professores, soma-se o SEPE que, segundo um representante do segmento movimento social, "lutava pela isonomia, não poderia existir dois profissionais que realizavam a mesma função ganhando salários diferentes." (MACHADO,2011) Destaca-se ainda que os diplomas e currículos desse quadro de professores já haviam sido reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e publicado em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro datado de 25 de Novembro de 1994. Um ex-docente relata que "antigamente professor da UERJ não era concursado, era indicado (...) o concurso foi instituído não sei quanto tempo depois. Mas a gente era concursado do Estado (...) tinha aprovação do CEE,(...) foi uma luta vitoriosa (...)." (2011)

Buscou-se, em dois setores, informações sobre o primeiro concurso para docente na UERJ. Um deles não tinha esse registro e o outro, a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) relatou

que encontrou no seu Banco de dados informações sobre o primeiro concurso coordenado por este setor em 1995. Em nosso registro, o primeiro concurso para a FEBF foi em 1985.

Observou-se que cada sujeito entrevistado “tende a guardar datas e fatos significativos para si ou para o grupo. Cada sujeito tende a se prender a um tema de seu campo de luta que melhor lhe fortalece e lhe dá conforto ao falar” (POLLAK, 1989, p. 204). Assim a história é construída e as falas que se seguem revelam o seu significado. O ex-docente verbaliza que “Tinha professor que embora viesse da UERJ, articulava muito bem com a gente e não tinha nenhum preconceito, mas outros nos engoliam” (2011). Na concepção dos ex-alunos:

Na época existia uma divisão clara entre professores do Estado e os professores da UERJ. A minha época foi a dos primeiros concursos, que foi inclusive uma das grandes reivindicações de nossa militância no Centro Acadêmico. Uma boa parte dos professores do Estado considerava que nós éramos contrários a eles quando, na verdade, a nossa luta era pela ampliação do espaço universitário, e a gente considerava que para ampliar e a unidade ser de fato reconhecida, era necessário um maior investimento em concurso para Caxias. E a gente teve nesse período um embate muito sério entre os professores do Estado e os professores da UERJ. E assim em nível de desenvolvimento do trabalho, nós tínhamos professores muito bons em ambos os grupos. Então éramos a favor do concurso para reafirmar a UERJ-Caxias como, de fato, uma Unidade da UERJ. (MACHADO, 2010, P. 37)

Nós não assumimos essa bandeira (no Centro Acadêmico), e isso era um problema porque os professores do Estado se mostravam magoadíssimos com a postura do Centro Acadêmico, mas não lutamos, pelo menos nos anos em que estive no Centro Acadêmico, porque nós considerávamos que por princípio isso era um equívoco, à medida que considerávamos que deveria existir concurso público como princípio para regularização da vida funcional de todo e qualquer professor da Unidade. Nós considerávamos que não deveria existir esta incorporação. Agora também nós nunca nos posicionamos, em nenhuma instância, de maneira a prejudicar o andamento disto. Ou seja, nós nunca colocamos isto como bandeira de luta do movimento estudantil. (MACHADO, 2010, P. 37)

Fizemos parte do Centro Acadêmico Henfil e as principais reivindicações eram o prédio próprio, a luta pela incorporação dos professores do Estado à UERJ e a questão da autonomia da Faculdade, para desenvolver projetos e pesquisas. (MACHADO, 2010, P. 37)

No contexto das diferentes lutas, destaca-se a mobilização para a transformação do Curso de Pedagogia em Unidade Universitária. Entre 01 a 05 de outubro de 1984 acontece o I Congresso Interno da UERJ que em sessão plenária aprovou a Resolução nº 43, propondo essa transformação. Em 1988, em sessão ordinária do Conselho Universitário realizada no auditório do IEGRS, fica legitimada a criação da Faculdade De Educação da Baixada Fluminense (FEBF).

O grande significado para a transformação em uma unidade universitária se concretizaria na conquista da autonomia dessa faculdade. Os fatores que justificavam essa luta e busca eram a dependência e subordinação do curso à Faculdade de Educação do campus Maracanã e o impedimento de uma estrutura departamental própria. Além desses fatores, soma-se a necessidade de se levar em consideração a realidade sócio-econômica da região da Baixada Fluminense.

Muitas foram as motivações para as lutas que se travaram na história da FEBF, como também muitos foram os sujeitos dessa construção.

É importante dizer que na dinâmica do movimento estudantil destaca-se a participação do Centro Acadêmico (CA) Henfil do curso de Pedagogia, considerado histórico, pois todas as conquistas da FEBF, à época, devem-se a esse movimento, pelo qual os docentes tinham muito apreço e respeito, o que é corroborado pela fala de ex-aluno:

O Centro Acadêmico da época tinha um peso importante para a cidade e também para as políticas internas da Universidade. Este Centro Acadêmico Henfil construiu uma mobilização que conseguiu ter uma credibilidade muito grande diante dos alunos, então nós nos tornamos uma referência da discussão política em relação à Unidade Universitária. Não que os professores não se mobilizaram, pelo contrário, houve uma mobilização muito forte, mas a ponta de discussão passava pelo Centro Acadêmico. Tínhamos uma boa relação com DCE. Então nós conseguimos este espaço como unidade Universitária com muito custo, muita mobilização, porque se fosse pela UERJ, nós não teríamos esta Unidade Acadêmica. Então foi muita luta dos estudantes, dos professores e da própria comunidade Caxias, que naquele momento entendia que era importante ter uma Instituição Pública. Então as reivindicações eram estas: O status da UERJ Caxias como Unidade e em segundo o espaço Físico. (MACHADO, 2010, p. 33)

Percorrendo este processo de luta, após a incorporação dos professores e transformação em unidade acadêmica, as forças foram concentradas noutra bandeira antiga, a conquista do espaço físico próprio, pois a FEBF, conforme já dito, funcionava no prédio do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira ocupando apenas um corredor de salas o que impossibilitava a efetivação das atividades acadêmicas, como considerado por ex-alunos:

A relação da escola com a UERJ era uma relação muito frágil, muito difícil, porque a gente só tinha, na verdade, direito ao acesso às salas de aula no horário noturno e isso inviabilizava a existência de qualquer programa de extensão e pesquisa na unidade. A gente ficava limitado ao ensino, e ainda assim um ensino restrito a um determinado horário. A biblioteca era outro grande problema, porque era dividida entre o Instituto de Educação e a Universidade. (MACHADO, 2010, p. 32)

Nessa luta pelo prédio nós mobilizamos os alunos do curso, fizemos uma passeata fechando a Rua Brigadeiro Lima e Silva. Denunciamos, fizemos panfletagem, conseguimos uma audiência com o prefeito de Caxias em parceria com o SEPE. A Prefeitura chegou a viabilizar alguns espaços, mas na verdade nada se concretizou na época, e aí terminamos o curso deixando essas lutas para outros. (MACHADO, 2010, p. 32)

Para tal - como disse numa entrevista uma ex-aluna do CA - a prefeitura disponibilizou vários espaços, como: um campo de futebol no Parque Lafayette, o próprio espaço localizado no Instituto de Educação, onde encontra-se a torre da Rádio Caxiense e ainda um local:

(...) tipo uma fábrica depredada, na beira da Washington Luiz, que depois veio a se transformar naquela área da Peugeot. Só que ali já era uma pequena ocupação, com alguns moradores e nós, do Centro Acadêmico, não aceitamos, pois significaria despejar famílias (...) que já estavam ali. (...)" (MACHADO, 2010, p. 33)

Por fim, analisando as condições, opta-se pelo atual prédio onde está situada a FEBF hoje, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) no Bairro da Vila São Luis, desde 1998. Essa conquista foi polêmica, pois a população da Vila São Luis e a Associação de Moradores local se posicionaram contrariamente. Assim se manifesta o representante do segmento movimento social: "A diretora [do CIEP] não queria abrir mão desse colégio, abriu processo contra. A diretora e os pais das crianças que aqui estudavam, protestaram muito para não liberar este espaço para a UERJ." sob alegação de que "Depois de instalado, já com alguns anos de funcionamento e com crianças matriculadas chegam e querem tirar os alunos, os distribuindo em outras escolas, para colocarem os alunos da UERJ." (MACHADO, 2010, p. 39)

Ainda segundo a representação do movimento social, "na época não interessava para a maioria da população ter uma Universidade, já que a maioria deles eram trabalhadores e não tinham tempo para estudar, o que interessava era a escola para seus filhos. Então o SEPE e as Associações eram contra essa forma que o Governo escolheu para solucionar o problema da FEBF, mas não contra a Universidade na Baixada". (2010 p. 40)

Embora diante de tantas polêmicas, a conquista desse espaço foi considerada pela comunidade acadêmica como a possibilidade de "viver uma universidade", conforme afirma uma ex-docente.

(...) depois que a gente veio para cá as coisas melhoraram consideravelmente, passamos a ter um trabalho melhor organizado, (...) independente da luta as pessoas eram muito responsáveis (...) eram envolvidas com seu trabalho (...) depois que a gente veio para cá tudo ficou mais fácil(...). tinha espaço, podia desenvolver outras atividades.

Considerações Finais

No processo vivido por seus sujeitos e elaborado por documentos oficiais, construiu-se uma história de consensos, de contradições, de justiça e injustiça, de erros e acertos.

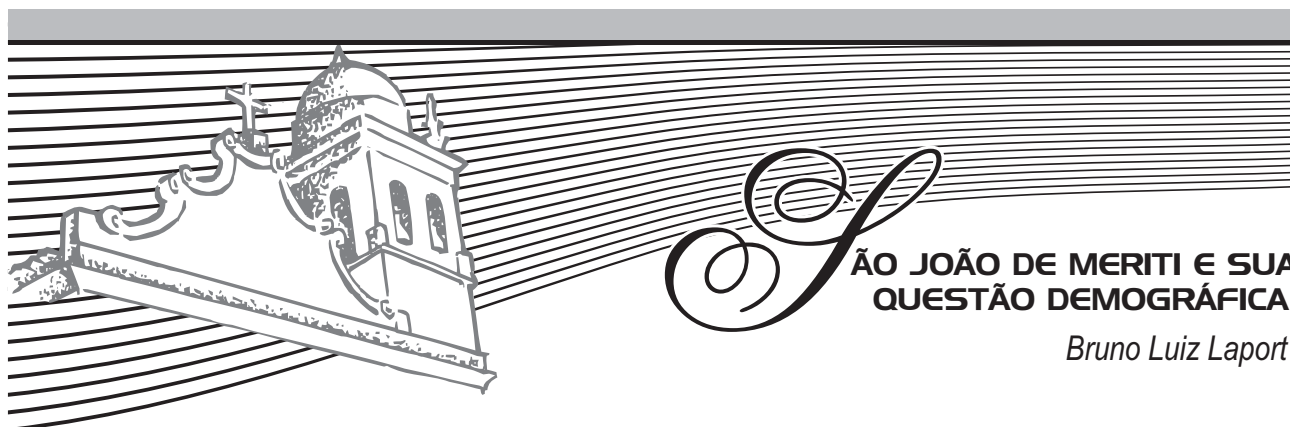
Refletindo-se sobre as limitações e as possibilidades, a FEBF tenta consolidar hoje o verdadeiro sentido de uma Universidade Pública. Ela está presente na região da Baixada Fluminense como espaço de excelência, contribuindo para a formação de um pedagogo/docente crítico e coerente. Tem uma história que foi construída por segmentos da sociedade que acreditaram e acreditam na educação pública e na luta como possibilidade de conquistas.

É grande a tradição da FEBF quanto à qualidade na formação de profissionais nessa região. Em toda a parte, encontram-se pedagogos em atuação, sejam como docentes, como gestores ou em outros diferentes cargos. Essa constatação remete à reflexão sobre a responsabilidade e os desafios que aí estão: Que projeto de Universidade é defendido pela sociedade? Em qual concepção de Educação acredita-se? Qual é hoje o papel da FEBF como formadora de pedagogos/docentes na Baixada Fluminense? Como tem sido a relação com a Educação nessa região? O que sabe e o que pensa a sociedade sobre esses pedagogos?

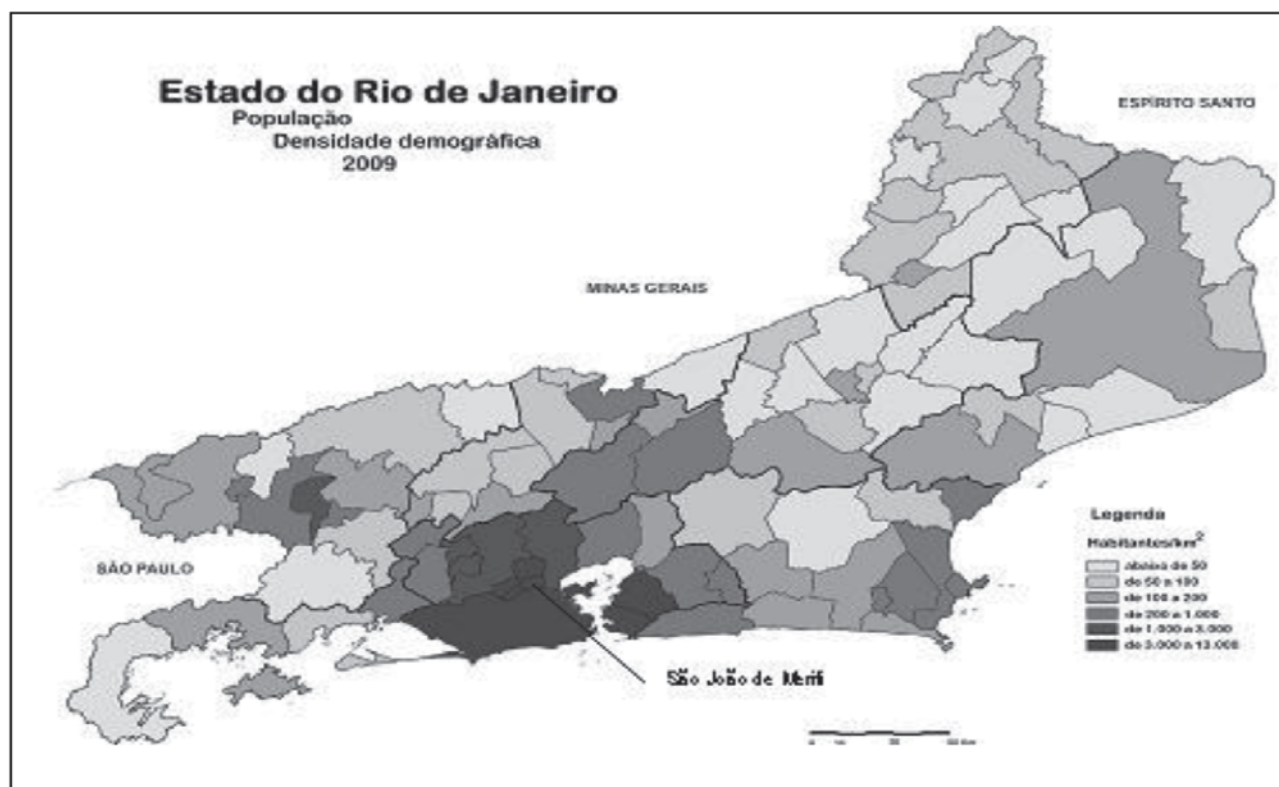
É nessa corrente de permanente luta de formação crítica que se fortalece a história desta Faculdade. É fato que a sociedade vive um constante processo histórico de amnésia, é nesse enfrentamento que busca-se resgatar a história da Nossa FEBF.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: 3ª Ed. Editora FGV, 2005.
- DALVI, Gelson Pereira. **Novos Atores na Cena Universitária da UERJ:(re) construindo a história da FEBF**. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, Dissertação de Mestrado, 2002.
- FREITAS, Sônia Maria; **História Oral: Possibilidades e Procedimentos; São Paulo: Humanitas; 2006.**
- MACHADO, Lilian de Oliveira. **História e Memória da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF): De sua origem à conquista da autonomia como Unidade Universitária da UERJ**. Monografia de graduação. FEBF/UERJ, 2010.
- NAJJAR, Jorge. *“Educação patrimonial e identidade: algumas questões em debate.”* In: CARNEIRO, Valdeck (et al.) (Orgs.). **Movimentos instituintes em educação: políticas e práticas**. Niterói: Intertexto, 2010.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989.
- THOMPSON, Paul. (1935-). **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BARAO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. MELO, Iclea Lages de. *“Faculdade de Educação da Baixada Fluminense: ações, desafios extensionistas e suas articulações com a pesquisa e o ensino.”* In: **Revista Advir**. UERJ, Junho de 2011.



São João de Meriti, município que compõe a Baixada Fluminense que é parte constituinte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Comporta o maior número de habitantes por quilômetro quadrado da América Latina e o segundo maior do mundo. No Censo Demográfico 2010 os números chegam à casa dos 458.653 habitantes, o que se torna problema dentro de um espaço territorial com um pouco mais de 35km². Este fato resulta à cidade uma densidade demográfica de 13.024,56 habitantes/km². (ver Mapa 1).



Mapa 1 - Densidade Demográfica no Estado do Rio de Janeiro com destaque para São João de Meriti.

Fonte: SIMÕES (2010) [Adaptado pelo autor]

De acordo com o Censo, em 2000, São João de Meriti tinha uma população de 449.476 habitantes, correspondentes a 4,2% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 92,5 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 13.116 habitantes por km², contra 2.380 habitantes por km² de sua região.

¹Artigo baseado no trabalho de conclusão de curso apresentado à Fundação Educacional de Duque de Caxias para obtenção do título de especialista em geografia do Brasil, orientador André Bezerra da Silva e Edson Sendin.

²Especialista em Geografia do Brasil pela Fundação Educacional de Duque de Caxias e Professor da SEEDUC-RJ.

O jornalista Pedro Dantas, da Folha Online do Rio de Janeiro, relata que o adensamento em São João Meriti ultrapassa o de Singapura na Ásia, uma das cidades mais densamente povoadas do mundo, onde possui 5.460 habitantes/Km². Hoje, São João de Meriti é um dos núcleos mais densamente povoados do Brasil, cortado pela Rodovia Presidente Dutra, que põe o Município em fácil comunicação com os dois maiores centros econômicos do país - Rio de Janeiro e São Paulo³.

Mas por que isso ocorreu? Que processos promoveram esta alta concentração demográfica no município? “Formigueiro das Américas”, de que forma este adjetivo se constrói diante de sua realidade geográfica? Por exemplo, faz parte do senso comum que São João de Meriti possui uma elevada demografia, porém não se sabe a razão disso. Por isso nos perguntamos: quais são os fatores que possibilitaram essa característica demográfica singular?

Na tentativa de responder ao nosso questionamento principal tomamos como ponto de análise uma avaliação da formação territorial de São João de Meriti associada com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Centro de Informações e dados do Rio de Janeiro – CIDE [atualmente chamado de CEPERJ]. Também, valorizamos como fontes de informações a leitura de geógrafos e historiadores que, de alguma forma, esboçam em seus trabalhos dados sobre a questão demográfica de São João de Meriti.

A área que atualmente pertence município à São João de Meriti, sempre esteve ligada à Nova Iguaçu e após 1943 à Duque de Caxias, quando esta se emancipou, a cidade de São João de Meriti se tornou seu segundo distrito. Meriti chega se torna município no ano de 1947, mesmo ano que Nilópolis se desvincula de Nova Iguaçu.

A ocupação colonizadora destas áreas data dos séculos XVI e XVII, contudo é no século XVIII que São João viveu a prosperidade econômica. A localidade de Meriti contava com engenhos e olarias que produziam cana-de-açúcar, feijão, mandioca, arroz, milho, legumes e aguardente. Por este fato, é possível compreender que a região onde se localiza o município era responsável pelo abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e também, de produtos que eram exportados para Europa. O transporte da produção era realizado por vias fluviais, com isso, destacam-se dois rios: o Meriti e o Sarapuí. Acrescida da nova função, a região, passou a receber escravos para trabalharem em suas lavouras. Segundo Genesis Torres (2010, p. 171) “Para aqui também vieram escravos para ajudar, surgindo assim, uma população mestiça que caracteriza em muito a nossa sociedade”.

Para entendermos as funções do espaço e os processos de povoamento e crescimento populacional do município é necessário fazer um resgate à história da cidade do Rio de Janeiro.

O Rio passou por diversas e profundas transformações desde que foi elevada a capital do Estado do Brasil (1763). Este fato se deu devido à descoberta de ouro nas Minas Gerais, que foi responsável pela mudança do eixo econômico e substituição do decadente ciclo anterior, o açúcar. A Bahia deixou de ser a capital e a cidade do Rio de Janeiro desponta a partir de então. Com isso, a área que hoje forma Meriti passou a ganhar um dinamismo através de caminhos que foram de fundamental importância ao escoamento mineral. Conforme sublinha Torres (Ibdem, p.171):

Meriti nunca esteve isolado do contexto histórico regional, muito pelo contrário, era passagem obrigatória para se chegar às regiões mineradoras por terra firme. Abriam aqui inúmeros caminhos, que saindo do Rio de Janeiro, passando por Inhaúma, Irajá, Pavuna, atravessando o rio Meriti no seu ponto mais raso, atingindo assim a baixada. Daí em diante ramificavam-se em vários outros caminhos com destino à serra

Com o desmatamento da mata primária, promovido pelo cultivo das lavouras, os rios assorearam dificultando cada vez mais a navegação. O transporte fluvial entra em decadência e, com ele, a economia agrícola. Outro fator que levou a região de Meriti à decadência, devido ao processo de desmatamento, foi o

³Dados presentes no IBGE Cidades. Online. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 10 SET, 2012.

surgimento da epidemia de malária e a cólera morbus que atingiu os portos fluviais ocasionando a estagnação e o esvaziamento da região. Sobre este fato, Manoel Simões (2007, p.108) destaca que “a decadência do núcleo de São João inicia-se tal como os demais portos da região, com o assoreamento dos rios, as dificuldades de navegação e a existência de brejos e alagados. A epidemia de cólera de 1855 se espalha rapidamente pela região e leva ao esvaziamento”.

A construção da Estrada de Ferro Rio D`Ouro, que se iniciou no ano de 1876, levou à região de Meriti certa recuperação, pois no ano de 1886 foi reservada para o transporte de passageiros, logo a estação de embarque e desembarque de Meriti se tornou uma centralidade, fomentando, assim, ocupações ao seu redor. A função da Estrada de Ferro era auxiliar o transporte e o assentamento dos dutos de água que ligavam os mananciais da Serra de Tinguá à cidade do Rio de Janeiro. Para solucionar o problema de abastecimento da capital, que assolava desde a época do início do império no Rio de Janeiro.

Neste período, a Estrada de Ferro desenvolveu a ocupação na região de contato da *Periferia Imediata*⁵ com a *Periferia Intermediária*⁶, ou seja, os subúrbios de Inhaúma, Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Coelho Neto; sem grandes adventos para a região Meriti que era assolada pela febre. Assim, a recuperação de Meriti se deu somente na era Vargas com a criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, que controlou os focos de malária e proporcionando de fato a efetiva ocupação destas terras.

As obras de saneamento somadas aos eixos de circulação ferroviária e rodoviária promoveram a contínua incorporação urbana de áreas pertencentes a antiga Nova Iguaçu (SEGADA SOARES, 1965), possibilitando adensamentos populacionais em torno destes eixos.

O saneamento teve a função de incorporar estas áreas ao traçado metropolitano que se formara e a Estrada de Ferro teve papel indutor que permitia que o trabalhador ocupasse estas terras e se deslocasse para o trabalho na Capital. Segundo Maurício Abreu (2006, p.111) “São João de Meriti, por exemplo, apesar de ter apresentado um número menor de lotes aprovados na década de 1930 (quando comparado ao período anterior), passou por novo surto imobiliário nos anos quarenta, sem dúvida decorrente do saneamento de grande parte do seu território, e da eletrificação da EFCB”

Neste sentido, sobre a ocupação e espacialidade da vida social de São João Gênesis Torres (2004, p.173) aponta:

Assim podemos entender que a outra razão para o ressurgimento da vida social no distrito de São João de Meriti foram as obras de saneamento, mandadas executar e que levou a cidade a ser ocupada por inúmeros loteamentos, em principal nas margens das ferrovias, definindo assim as primeiras áreas de ocupação do centro em direção a São Mateus e Éden, localidades que historicamente sempre definiram a vida social, econômica e política do município.

“Em 1883 foi aberta ao tráfego, em caráter provisório, a Estrada de Ferro Rio D`Ouro, ligando a Quinta Imperial do Caju à represa do Rio D`Ouro, na Baixada Fluminense. Atravessando as freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, essa ferrovia foi construída com a finalidade de transportar material para as obras de construção da nova rede abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro captada nos mananciais da Serra do Mar, em Tinguá Xerém” (ABREU, 2006 p.50).

⁵ Compreende a Zona Suburbana II: R.A. Bangu e R.A. Anchieta; Zona “Rural”: R.A. Campo Grande e R.A. Santa Cruz; Subúrbios Periféricos I: Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu e Subúrbios Periféricos II: São Gonçalo. Fonte: Brasil, Ministério do Interior, Representação no Rio de Janeiro, Coordenadoria Técnica. Relatório Estatístico sobre Migrações Internas, vol. 1, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. MINTER, 1976, Tabela 23. In ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2006.p.14.

⁶ Idem. Ibidem, p.14.

Em análise às informações do CIDE sobre São João de Meriti, verifica-se que entre as décadas de 1940 e 1950, houve um grande crescimento populacional, efetivada pelo controle dos focos de malária. Neste período tivemos um crescimento de 96,59%, e ainda nota-se que Meriti, na década de 1950, se tornara totalmente urbano, conforme tabela:

Crescimento populacional no município de São João de Meriti 1940-50

Ano	1940	1950
Pop. Rural	1.375	-
Pop. Urbana	38.194	76.462

Tabela 1 – Crescimento populacional no Município de São João de Meriti 1940-50.

Fonte: Fundação CIDE, 2002. [Adaptado pelo autor].

No plano regional, o município de Duque de Caxias se desvinculou de Nova Iguaçu e vinha desde antes de sua emancipação, recebendo grande infraestrutura de modernização urbana e industrial, o que fez com que esta cidade promovesse uma hinterlândia com seus distritos, como é o caso de São João de Meriti, que em 1943 (ano de emancipação de D. Caxias), era o segundo distrito desta então nascente cidade.

Os investimentos recebidos por Caxias foram de fundamental importância para Meriti. São João torna-se então periferia intermediária desta cidade. A instalação de indústrias e o crescimento do centro comercial foram pontos importantes da consolidação do município. Lembrando que ainda os anos de 1950 e 1970 grande parte do território meritiense foi marcado pela função de abrigar as grandes camadas trabalhadoras da metrópole. Desse modo, o movimento pendular em direção à cidade do Rio de Janeiro é um dos “símbolos” dos fluxos que constituíram o município de São João de Meriti.

Em São João de Meriti, a Rodovia Presidente Dutra teve um papel indutor de população na cidade. As indústrias se instalaram em suas margens promovendo a circulação e atraindo quantitativos populacionais expressivos. Entretanto, Stelio (2004, p.165) destaca a contradição entre a emancipação e a situação econômica e social de São João naquele período:

Por si só, a autonomia municipal não alterou a condição de subúrbio dormitório vivida por Duque de Caxias [e São João] dos anos 40. Sua acelerada expansão demográfica decorrida – além do crescimento vegetativo – do movimento migratório, de levas de migrantes atraídos pela metrópole carioca, especialmente do Nordeste do país e do interior fluminense, capixaba e mineiro [adaptação nossa].

Esse motor do desenvolvimento trouxe grande fluxo migratório para as terras da Baixada Fluminense. A atração promovida nesta região atraiu pessoas vindas de toda a parte do Brasil e do mundo que aqui vieram estabelecer moradia e trabalho. São João de Meriti se emancipa de Duque de Caxias no ano de 1947, com isso não há uma lei municipal que regulamentasse a ocupação desordenada das construções. Três anos após a sua desvinculação territorial, Meriti se encontrava em condição totalmente urbana, sem nenhuma área rural. Isto demonstra a rápida incorporação do solo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A rápida transformação da população rural em população urbana é parte da realidade de muitos países subdesenvolvidos, conforme destaca Milton Santos (1989, p.36):

Se o conjunto de países subdesenvolvidos conhece um aumento demográfico notável, qualificado como “explosão demográfica”, a população urbana tem uma taxa de crescimento bem superior à do conjunto da população. A razão desta diferença é simples: enquanto a população não urbana cresce quase unicamente devido ao

excedente dos nascimentos sobre as mortes, a população das cidades recebe um contingente migratório maciço que é, por sua amplitude, um fenômeno característico dos países subdesenvolvidos

Assim, a desestruturação política e social do urbano no país (SANTOS, 2005) refletiu sobre os processos de construção territorial de São João de Meriti, que abrigou demandas migratórias que colocavam esse espaço como aquele que abrigaria os fluxos populacionais que se destinavam ao Rio de Janeiro, sobretudo oriundo da Região Nordeste.

O adensamento populacional no município de São João de Meriti não foi um caso a parte, pois esta era integrante da Periferia Intermediária que estava em processo de acelerada expansão. Meriti, já se encontrava 100% urbana no ano de 1950. Nos vinte anos seguintes o solo sofreu retalhamento para implantação de lotes que aumentaram consideravelmente a densidade demográfica dentro da cidade. O crescimento horizontal, o processo de migração e a área da cidade foram os principais responsáveis pelo adensamento populacional em São João que sucederam às décadas após a sua emancipação.

Com isso, conclui-se que a função espacial de São João de Meriti, no contexto da metrópole fluminense, foi atender ao enorme demanda habitacional do contingente de população de baixa renda. Os loteamentos somados ao valor baixo da terra expressaram significativas densidades demográficas ao longo dos anos. O adensamento também é favorecido pela própria legislação municipal, que permitiu a construção de lotes com área mínima de 200 metros quadrados⁷.

Neste sentido, percebe-se que o Estado atuou como um fomentador deste “ordenamento territorial”. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2005), o Estado é um agente complexo, ou seja, se articula com os donos dos meios de produção, com os proprietários imobiliários, com os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, quando há a ausência dele, os grupos sociais modelam o espaço.

Como agente produtor do espaço urbano, o Estado, “organizou” territorialmente São João de Meriti. Sem grandes espaços para a expansão industrial, e a grande tendência de áreas ocupadas para moradias no contexto metropolitano na década de 1950 e 1960, se consolidou a imagem de cidade com característica de dormitório. Entretanto, hoje o município apresenta um setor de serviços formado ao entorno da estação da via férrea local que exerce uma centralidade que erradia sobre sua malha municipal e bairros de municípios vizinhos. A construção do Shopping Grande Rio referência na Baixada revela o tendência sobre o setor de serviços bem como o aproveitamento de áreas próximas a Rodovia presidente Dutra. Outrossim, não se pode desconsiderar a demanda por serviços que promoveu a consolidações de sub-centralidades comerciais, como ocorreu nos anos de 1980 com o bairro de Vilar dos Teles⁸.

Atualmente devemos considerar a consolidação de uma rede de transporte ferroviária, metroviária e rodoviária que recorta a malha municipal. Na tabela 2, nota-se o crescimento populacional, após a sua emancipação no decorrer das décadas.

⁷Segundo dados da FUNDREM(1979) as Habitações destinadas às populações de baixa renda constituem parcela do conjunto formado pelas unidades residenciais no município. Alguns dispositivos legais foram criados guardando em si a intenção a ter um grande alcance social. O mais importante deles é de deliberação número 140, de 19/12/1972, que diz respeito às licenças para construção de casas de caráter econômico (de 50 a 80m²), colocando à disposição dos interessados projetos tipos A, B e C, adquiríveis na prefeitura. Da tradicional falta de controle do mercado de construções do município resultou a prática, que até hoje persiste, da dispensa do cumprimento das exigências legais no que toca às novas edificações, por parte dos proprietários.

⁸Segundo Rodine (2004) esse bairro foi conhecido como um importante ponto de revenda de Jeans, contudo passou por um processo de decadência. Destacamos, também, que hoje as antigas galerias que marcam a espacialidade do bairro são reapropriadas para o comércio varejista de forma diversificada, contando, inclusive, com a oferta de serviços médicos instituições e de ensino de diferentes níveis.

Crescimento populacional no município de São João de Meriti 1950-2010

Ano	População	Demografia (hab./Km ²)
1950*	76.462	2.185
1960*	191.734	5.478
1970*	302.394	8.640
1980*	398.826	11.395
1991*	425.772	12.165
1996*	434.323	12.409
2000*	449.229	12.835
2007**	464.282	13.265
2010***	459.356	13.124

Tabela 2 - **Crescimento populacional no município de São João de Meriti 1950-2010**

Fonte: Fundação CIDE, 2002; ** adaptado pelo autor e ***IBGE - Censo Demográfico 2010

O elevado adensamento ocorreu nas décadas de 50, 60 e 70 e foi se estabilizando na de 80, assim restando para as demais um acréscimo não tão significativo como as décadas anteriores. A concentração populacional a qual o município foi acometido está com base na história do processo de Urbanização e Industrialização do Brasil.

Segundo dados da FUNDREM (1979) Entre 1950 e 1960, o município de São João de Meriti apresentou uma das expansões populacionais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo sua taxa geométrica média anual de crescimento de 9,6% apenas inferior à apresentada pelo município de Duque de Caxias. Entre 1960 e 1970, embora a taxa de crescimento do município tenha baixado para 4,6% ao ano, o crescimento absoluto da sua população total foi significativo, uma vez que sua população total da Região Metropolitana é cada vez maior.

Os processos que possibilitaram o adensamento demográfico no município de São João de Meriti são verificados através da ocupação territorial a qual foi promovido neste espaço. O Estado e os demais atores citados são os agentes da produção. Assim como, a decadência agrícola regional, a eletrificação da estrada de ferro, as obras do DNOS, a industrialização, a proximidade com capital do Brasil, a ocupação desordenada das construções denominada por Corrêa de autoconstruções, a legislação municipal, o crescimento natural elevado, a migração e, principalmente, um espaço político-administrativo com pouco mais de 35 quilômetros quadrados.

Assim, pensamos se de um lado se a densidade demográfica é uma questão para São João de Meriti, cabe a partir de agora refletir e buscar caminho que possibilitem o exercício pleno de direitos aqueles que fazem desta a segunda maior densidade demográfica do planeta.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPURJ, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2005.

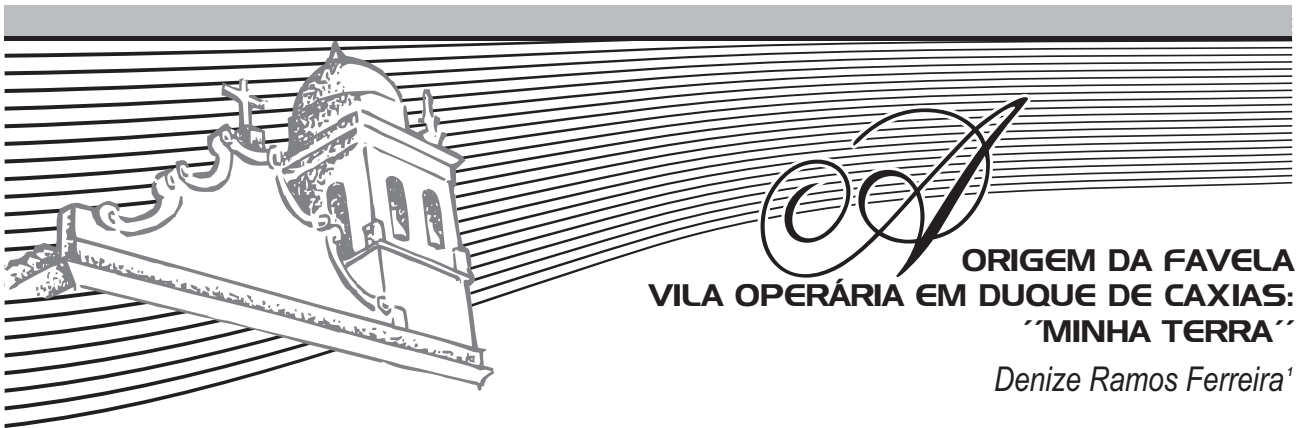
Emater. Online. Disponível em: www.emater.rj.gov.br/sjmmmeriti. Acesso em: 13 OUT de 2010.

Fundação CIDE. Online. Disponível em: www.cide.rj.gov.br. Acesso em 26 ABRIL, 2007.

FUNDREM. Plano Diretor das Unidades Urbanas Integradas de Oeste. Rio de Janeiro: FUNDREM, 1979.

IBGE Cidades. Online. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em 13 OUT, 2010.

- RODINE, Simone Côrtes. "*Baixada Fluminense: Novos estudos e desafios*" In: OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). **Baixada Fluminense: Novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1989..
- SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. *Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro*. **Revista Brasileira de Geografia**. 27(3), 1965.
- SEGADA SOARES, Maria Therezinha. *Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro*. **Revista Brasileira de Geografia**. 27(3), 1965.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **Atlas Geográfico do Estado do Rio de Janeiro [CD ROM]**. Mesquita: Entorno, 2010.
- STÉLIO, Lacerda. "*Baixada Fluminense A construção de uma história*." São João de Meriti: IPAHB, 2004. P.165. In: TÔRRES, Gênesis (org.). **Baixada Fluminense A construção de uma história**. São João de Meriti: IPAHB, 2004.
- TÔRRES, Gênesis (org.). **Baixada Fluminense A construção de uma história**. São João de Meriti: IPAHB, 2004.
- TÔRRES, Rogério. "*Baixada Fluminense A construção de uma história*." São João de Meriti: IPAHB, 2004. P.162. In: TÔRRES, Gênesis (org.). **Baixada Fluminense A construção de uma história**. São João de Meriti: IPAHB, 2004.



**ORIGEM DA FAVELA
VILA OPERÁRIA EM DUQUE DE CAXIAS:
"MINHA TERRA"**

Denize Ramos Ferreira¹

No domínio público, a construção espacial da favela é uma composição de ruelas, becos, subidas, descidas íngremes que acompanham a forma construída pela natureza, com casas que não seguem o modelo arquitetônico tradicional da classe média ou alta, pois são amontoadas umas sobre as outras, em pequenos espaços de terrenos, que na maioria das vezes, não lhes pertencem.

Quando a área é plana, um arruamento pode tornar-se lemniscata² a cada conjunto de casas, que não estão em quarteirões ou esquinas projetadas em pranchetas dos urbanistas, mas surgem da necessidade fundiária que está atrelada à proximidade do emprego ou à facilidade para chegar até ele.

As favelas têm características que são comuns entre si; também têm as suas especificidades que tornam cada lugar único. Mas essa percepção só nos é possível se estivermos nesse espaço geográfico de alguma maneira. Fora isso, tenderemos a ver a favela como aglomerado da classe pobre, um lugar miserável, onde a desigualdade impera, já que a construção sobre a marginalidade das classes urbanas pobres não se limita a estereótipos populares, mas foi e é reforçada pelas próprias instituições oficiais responsáveis pela política das favelas, como o Estado, pela mídia e pelos valores burgueses da sociedade.

Optamos por contar como surgiu a Vila Operária e como se tornou favela a fim de explicarmos as relações de poder neste território no qual a posse da terra foi o grande elemento agregador e também provocador de conflitos e afastamentos.

O processo histórico pelo qual esse morro passou desmantela um dos mitos sobre o morador de favela, ou seja, que ele sempre é manipulado pelos que detêm o poder econômico e/ou político. Para compreender como esse comportamento dos moradores foi-se formando ao longo do tempo, analisamos as raízes da ocupação inicial.

Essa favela está dentro do bairro Parque Felicidade, no 1º Distrito (Centro) do município de Duque de Caxias.³ O morro, no qual a Vila Operária está localizada, foi ocupado no processo de expansão urbana, ocorrido na década de 50. Entre 1954 e 1958, quando os primeiros moradores chegaram, segundo os relatos orais de Maria do Carmo Portela e Ivete Assis Santos⁴, que fazem parte do primeiro grupo de ocupação, cada um se estabelecia no terreno de acordo com o espaço de que precisava. Afirmaram que, como era uma área desabitada, buscaram os melhores lugares para construir, como a Rua da Mina, justamente por ter uma fonte de água potável disponível, que acabou se transformando em poço artesiano.

¹Mestre em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora associada ao Grupo Poderes e Vulnerabilidades (UFRJ), pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDES) ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), faz parte do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (UFRJ) E-mail: denigaia.denize@gmail.com

²A lemniscata é uma figura geométrica em forma de hélice que é o sinal matemático do "infinito". Simbolicamente a lemniscata representa o equilíbrio dinâmico e rítmico entre dois pólos opostos. Dicionário Aurélio.

³MORAIS, Dalva Lazzaroni de. Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: ADS Gráfica Ed. Ltda, 1978.

⁴Entrevistas concedidas respectivamente em 23/03/2005 (Caderno de anotações) e 20/04/2005 (Caderno de anotações)

O casal Maria Dias Pereira e José Batista Pereira⁵ moradores locais, contaram-nos que os caminhos no morro eram muito estreitos, dificultando a passagem. Havia um grande capinzal, no qual pastavam cavalos e vacas e uma vacaria que vendia leite. Não havia casas de alvenaria, barracos de madeira ou calçamento, tão pouca divisão em terrenos, o que caracterizava um local sem donos para os primeiros moradores que ocuparam a região.

Nesse depoimento nossos colaboradores afirmaram que “O morro era abandonado. Não era de ninguém”. Justifica-se dessa maneira que não faziam nada ilegalmente. Não havia dono declaradamente para eles; portanto, apropriar-se de uma parte daquela terra não significaria cometer qualquer tipo de infração socialmente.

Esse relato está atrelado aos conflitos iniciais pelos quais os primeiros moradores passaram. Mas narrar esses conflitos, poderiam confirmar a ocupação ilegal de uma propriedade, o que atrelaria a um tipo de marginalidade: a dos que expropriam os bens de outrem. Poder-se-ia atribuir uma culpabilidade coletiva que acrescentaria à localidade, além da condição de pobres urbanos, mais um estigma: o de se “encontrarem permanentemente fora da sociedade, pois não participam dos valores comuns que definem a própria sociedade.”⁶ Eram trabalhadores migrantes, que deixaram parentes, mulher ou marido e filhos, emprego e vinham tentar um novo caminho, buscavam um lugar para construir uma moradia, portanto o seu estado de vulnerabilidade já criava muitas barreiras para serem transpostas.

Essa representação mnemônica do passado era uma forma de buscar a valorização em relação à sociedade em geral. Pollak afirma:

Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tomam (sic) difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflitos entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, a priori, por terem elementos constitutivos comuns em suas vidas, deveriam sentir-se como pertencentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória.⁷

Nós identificamos, portanto, uma memória coletiva na Vila Operária. “Uma memória que é uma recordação de uma experiência que foi vivida por uma coletividade e que fica do passado na vivência do grupo” .⁸ Essa memória começa quando o “eu” torna-se nós por proximidade afetiva, ideologia ou necessidade de lutar contra obstáculos que sozinho, não seria possível vencer.

Isso nos remete ao início desta pesquisa quando elaboramos fichas para que os moradores preenchessem com dados sobre a história inicial da Vila Operária. Chamou-nos a atenção o fato de que, nessas fichas, nossos colaboradores não escreveram que a ocupação inicial foi na propriedade de Genack Chadrycky, o legítimo dono perante a justiça, nem relataram os conflitos que existiram, mas sim que José de Jesus, um morador do bairro Parque Felicidade, no qual está localizado o morro, se fez líder a ponto de distribuir terrenos que não lhes pertenciam e que alguns novos moradores compraram suas propriedades de algum morador mais antigo ou do próprio José de Jesus.

Portanto há uma memória subterrânea na localidade. Ou seja, uma memória não dita, que está em silêncio e que, se trazida da escuridão do passado, despertará lembranças censuradas e talvez indizíveis até hoje.

⁵Entrevista concedida em 5/02/2005. Caderno de anotações.

⁶PERLMAN, Janice. **O Mito da Marginalidade. Favelas e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 288.

⁷POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-2012.

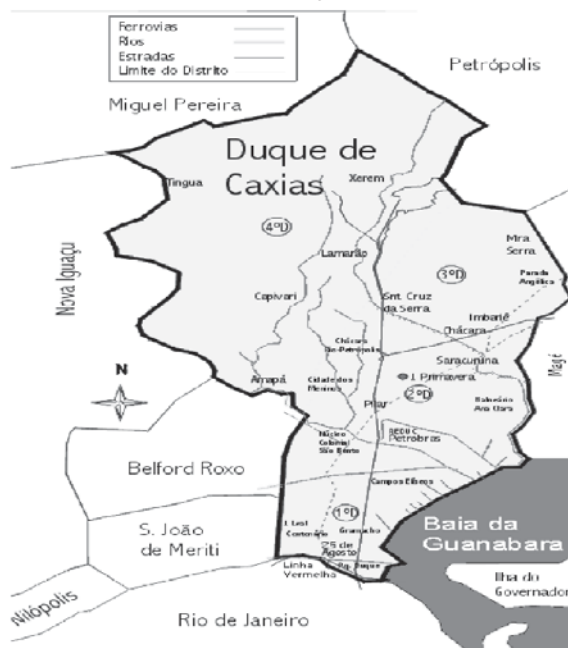
⁸HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice 1990.

⁹POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

Nesse caso, o trabalho de solidificação da memória¹⁰ foi tão importante que impossibilitou que outra narrativa aparecesse. Fomos buscar na memória do advogado da família Chadrycky, proprietária legal original da área da favela, dados para compararmos com a memória dos moradores e de Jane de Jesus, filha de José de Jesus, já falecido, que é citado nos relatos orais como o organizador da ocupação desse morro.

Nosso objetivo com essa comparação é identificar as vivências diferenciadas das realidades que encontramos nos relatos orais. Queríamos encontrar o fio condutor dessas memórias, fosse a individual ou a coletiva, a fim de compreendermos as relações de poder entre os desiguais. Nos relatos supracitados identificamos que esse fio condutor foi a terra para moradia e o estabelecimento de condições mínimas para habitá-la. Ela é o grande elemento agregador dos moradores, o que construiu as relações de proximidade entre eles, o que provocou lutas jurídicas e relações políticas clientelísticas, o que lhes deu nova identidade, mas também mudou a sua condição para favelado.

No mapa abaixo, ao sul do município de Duque de Caxias, está o 1º Distrito no qual se localiza o bairro Parque Felicidade onde a favela Vila Operária surgiu.



Mapa fonte: Google maps. Acesso em: jul 2012

Na imagem a seguir vemos a favela Vila Operária com seus contrastes e, ao fundo, o Cemitério Nossa Senhora das Graças, também conhecido como Tanque do Anil

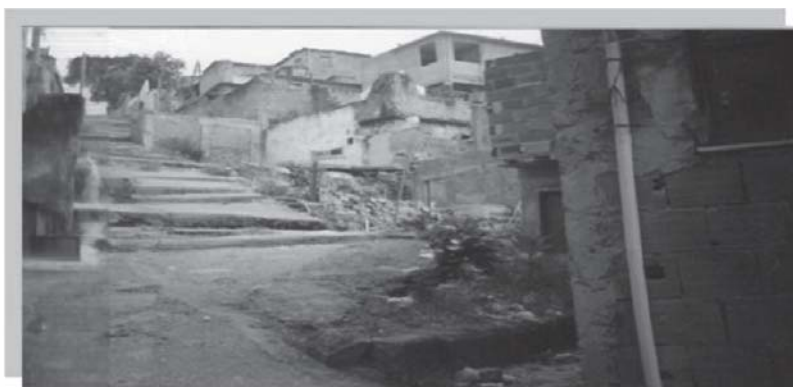


¹⁰POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 10-11

Abaixo, uma das últimas casas de alvenaria da década de 1960 que ainda existe. Está localizada na parte mais pobre da favela que os moradores chamam de “Buraco”. Uma *microárea* que marca as diferenças existentes no interior desta favela. Localiza-se em um beco lateral ao morro com uma única ruela que permite a entrada e saída dos moradores. Tal beco compõe-se de poucas casas e famílias com especificações próprias como a extrema pobreza, a dificuldade para obter água, um pequeno número de moradores, ausência de calçamento e falta de higiene. Ao fundo, lê-se na parede a sigla da facção criminosa que atuava na localidade no ano de 2005 e 2006.



Há diferenças de tamanho dos terrenos e alguns muros avançam sobre a rua dificultando o entendimento do que é público ou privado. A parede branca cerca uma casa que é praticamente a extensão do terreno. Não aparecem, na foto, postes de luz, nem fios, para levar eletricidade para as casas nesse trecho. Pode-se observar também a canalização instalada de maneira incorreta, como uma adaptação.



“ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba. **Um século de Favela. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 181-193.

Na fotografia acima notamos a ausência de muros cercando as propriedades; ou seja, como a própria parede da casa delimita o espaço que pertence a cada um, podemos entender que não há espaço suficiente para um quintal. Ou, se havia, um “puxadinho” ocupou este espaço para mais um familiar vir morar. A otimização do espaço físico disponível estabelece as características dessa ocupação urbana. Outra característica desse tipo de ocupação é a falta de privacidade. A proximidade das moradias cria um nível alto de intimidade, a ponto do limite entre o que é público e privado não ser claramente delimitado.

Há uma faixa à direita, no alto de uma casa, que anuncia a venda de um imóvel ou troca por outro bem. Não fica claro que tipo de troca pode ser realizada, mas a venda não é a única forma de se realizar este negócio. O escambo é aceito. A propriedade não tem só valor de mercado nesta favela, mas valor de troca também. Pode-se observar que o chão da viela é cimentado. Termina em uma escada que leva para a parte baixa do morro. Dessa forma, a acessibilidade fica garantida ao morador da parte mais alta. Vemos também um poste com luz de rua e cabos que levam a luz para as moradias, caracterizando uma regularização na obtenção da energia elétrica.

O texto escrito no muro: “Nenhum espelho reflete melhor a imagem do homem de que suas palavras.” É de Juan Luis Vives, um humanista do Renascimento italiano, que foi perseguido pela inquisição por ser judeu no século XVI¹². Não temos como saber se quem escreveu o texto conhecia sua origem; mas, provavelmente, sabia sobre sua intencionalidade. Tal fato nos alerta para que tomemos cuidado com as palavras, com aquilo que é dito pois elas refletem os valores sociais que o sujeito possui. Esse pensamento por extensão pode expressar que a proximidade geográfica das moradias, diminui a distância em relação à intimidade, e por isso comentar sobre a vida privada de outra pessoa, refletiria quem o sujeito realmente era; pois os que têm respeito pelo outro, não o fariam.

A terra foi elemento agregador para esses moradores pois, por não terem nenhuma infraestrutura na fase inicial de ocupação, organizavam mutirões, nos fins de semana, utilizando o modelo participativo. D. Belinha contou que os moradores construíram as habitações com madeira, zinco, sapê ou com alvenaria. Chegando à região em 20 de março de 1956, com seu pai e seis filhos encontrou muita formiga, cobras, aranhas e um grande brejo na parte que pôde ocupar. Isso caracterizava a região como insalubre, sem qualquer tipo de saneamento. O local era um beco. Mas ela ficou. Havia partido de Paraíba do Sul e não voltaria.

Irmã Beatriz, freira da Congregação Religiosa Irmãs Franciscanas de Dilligen de origem alemã, ajudava, com muita frequência, com cesta básica, aos moradores mais necessitados¹³.

Aplainaram as ruelas de barro com enxada e quem conseguia, puxava “bicos de luz”. Construíram a Igreja Católica de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que ainda existe no alto do morro, e a escola que, antes de a prefeitura assumir, funcionava com professoras voluntárias, segundo relato oral de Maria Luiza Brandão¹⁴ que foi morar em 1959 na localidade. Chamava-se Escola Municipal Itaperuna e hoje chama-se Escola Municipal Vila Operária. A prefeitura assumiu a escola, mas nossa colaboradora não soube precisar quando. O local era desprovido de tudo: água, luz, esgoto, arruamento, transporte, posto de saúde e escola. Não havia violência, tráfico de drogas ou crimes.

O modelo participativo adotado apontou para novas direções como a organização do Centro Pró-Melhoramento do Parque Felicidade, fundado em 12 de janeiro de 1959, por José de Jesus, cujo objetivo era buscar atender aos interesses coletivos dos habitantes do morro e do bairro no qual estava. Essa associação, na década de 1980, tornou-se a primeira Associação de Moradores, sendo liderada por Davino Miguel da Rocha, eleito pelos moradores. Obtiveram muitas conquistas com essa organização, dentre as quais água para o morro.

Jane de Jesus, filha de José de Jesus, que também foi um dos primeiros moradores, contou-nos que nesses mutirões na década de 1960, as mulheres faziam a comida (café, lanche, angu ou sopão) e os homens trabalhavam.

¹²Disponível em: www.cobra.pages.nom.br/fmp-vives.html (Acesso: 01 jul 2012)

¹³Depoimento de Florisbela Gonçalves in: Caderno de anotações – 19 de fevereiro de 2005

¹⁴Depoimento de Maria Luiza Brandão in: Caderno de anotações - 19 de fevereiro de 2005

Para entretenimento, havia o campo de futebol no qual os moradores jogavam pelada. Era o Campo dos Unidos, nome bem significativo para a realidade vivida naquele momento. No carnaval, saía o Bloco Sobe-Desce que, cruzando a favela, conseguia unir os moradores e trazer alegria diante das dificuldades vividas. O nome é referência ao percurso que o bloco fazia subindo e descendo as ruas do morro.

Eles eram migrantes da região sudeste, vindos do interior do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e Minas Gerais. Eram oriundos também da região nordeste do Brasil, em sua maioria dos Estados de Sergipe, Alagoas, Ceará e Bahia em busca de melhores condições de vida.

A Vila Operária não começou como uma favela, mas como uma área ocupada por pessoas que vivenciavam a pobreza urbana. As dificuldades enfrentadas por todos, criou uma unidade no morro. A solidariedade era a característica desses primeiros moradores.

Segundo o relato de José Correia da Rocha, advogado da família de Genack Chadrycky, o legítimo proprietário, não se sustentam as alegações dos primeiros moradores que ocuparam o morro. Eles afirmaram que o fizeram porque o local não tinha dono. Para ele, tal afirmação foi e é inverossímil. Esse proprietário era judeu russo, negociante de pedras preciosas no Brasil e extremamente rico. Não morava em Duque de Caxias, mas na cidade do Rio de Janeiro. Tinha muitas propriedades em diversos lugares. E o local no qual se encontra a Vila Operária e o cemitério Nossa Senhora das Graças pertencia a ele, mas, realmente não era ocupado nem cercado, era simplesmente um morro, como os moradores narraram em suas entrevistas.

Logo depois que as invasões começaram, precisamente em 1960, o proprietário contratou uma empresa imobiliária, cujo corretor do espólio era Geneciano Luz, que organizou o loteamento do morro e o transformou em Parque Genack Chadrycky. O preço era muito barato. Não havia critério para a venda, bastava morar no local ou querer morar. Aparece na planta do loteamento de 1975 o nome de Jorge A.S Luz como proprietário. Não encontramos dados para esclarecer tal fato.

O objetivo, ao vender os lotes para os invasores ou para qualquer pessoa que quisesse comprar, era que o proprietário não perdesse dinheiro, pois mesmo com o preço baixo, teria algum lucro.

Como vimos, o loteamento só começa a ser realizado em 1960, portanto, o relato mnemônico de quem chegou à localidade antes reproduz efetivamente o que viveu. Os que chegaram depois de janeiro de 1960 já encontravam na entrada do loteamento agentes imobiliários. Mas, nenhum dos nossos colaboradores cita esse fato, independente da data que tenham chegado ao morro para ocupá-lo.

As lembranças compartilhadas, as lembranças comuns “nos permitem afirmar que, na realidade, nunca estamos sozinhos”¹⁵, e isso corrobora para a construção de uma identidade social. Entendemos como uma cumplicidade de memória. Ela é estabelecida na medida em que o indivíduo percebe que o todo pode respaldar as suas ações. Há um deslocamento de ponto de vista, dependendo da necessidade implícita ou explícita em determinado grupo.

Essa unicidade mnemônica criou uma ideia de continuidade de ação por parte do morador da Vila Operária em relação àquele que tentava impedir a posse sobre a terra. A memória narrada através do depoimento oral demonstra que essa população não aceitava pacificamente a imposição de um pagamento para aquilo que julgava ser seu por direito. A luta foi de todos. Essa memória permanece até os dias atuais pois tem apoio externo¹⁶, ou seja, refere-se a um lugar socialmente marcado, como afirma Riccoeur.

Encontramos a planta desse parque, elaborada em 1975, por Rogério Mitraud, engenheiro da prefeitura. A data é posterior ao período da ocupação, mas ainda assim, representava os loteamentos da Vila Operária

Conversamos, então, com esse engenheiro, a fim de compreendermos por que os lotes, na planta, apresentavam terrenos com medidas tão diferentes entre si e com metragens que mal dariam para construir um cômodo. Chamou-nos a atenção, dentre tantos outros, um terreno com 6,95m X 2,5m X 6,95m X 3,5 e outro com 22 m X 39 m X 35 m X 29 m.

¹⁵ RICCOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: UNICAMP, 2007, p. 131.

¹⁶ RICCOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: UNICAMP, 2007, p. 131.

O engenheiro Mitraud¹⁷ contou-nos que elaborou a planta em 26 de setembro de 1975 para a prefeitura no governo do Coronel Renato Moreira da Fonseca¹⁸. O objetivo era delimitar o terreno do cemitério, uma vez que a prefeitura o havia ocupado ilegalmente para enterrar os mortos. Na época, esse prefeito cedeu à Funerária Duque de Caxias a concessão dos enterros.

O engenheiro também calculou as metragens das sepulturas para o melhor aproveitamento do espaço geográfico do local.

O advogado José Correia da Rocha disse-nos que a prefeitura cercou a área com arame farpado, ilegalmente, na década de 1960. Este processo afastava os cavalos, bois e vacas mas não os porcos, que passavam por baixo da cerca e fuçavam as covas, causando grande problema de insalubridade no local. Somente na década de 1970, o cemitério foi regularizado.

Solicitamos ao advogado José Correia da Rocha que nos explicasse por que tamanha disparidade na metragem dos terrenos em uma área de 180.000,00 m² que estava à venda sob a forma de loteamento. Disse-nos que o loteamento fora criado com autorização da prefeitura, após a ocupação dos moradores. Portanto, o que já estava feito, ficou. Por isso, as diferenças entre a metragem dos lotes. Alguns moradores ocuparam áreas maiores do que outros, por terem a família maior, por possuírem algum capital que poderiam utilizar para fazer a sua construção, ou por já estarem pensando em venda no futuro. O agente imobiliário, com a planta na mão, identificava o lote que o invasor ocupava e fazia a proposta de compra e venda.

Foram vendidos, aproximadamente, 50 a 60 lotes com outorga da escritura. Mas aí os problemas começaram. Muitos moradores foram para a justiça brigar pela posse da terra. Muitos políticos e líderes locais diziam para os moradores que não comprassem a propriedade, pois seria deles. Inclusive, ofereciam terrenos em troca de votos. Um desses líderes do local era José de Jesus.

Segundo este advogado, entre duas a três décadas atrás, ou seja, por volta de 1980 e 1990, os conflitos pararam. Antes ocorriam constantes manifestações nas ruas da Vila Operária em busca do que consideravam o seu direito, ou seja, a propriedade da terra sem o pagamento por ela.

Buscamos compreender por que julgavam ter esse direito. Entendemos que o medo de perder a terra os levou às manifestações constantes. Havia uma crise de legitimidade. As relações de poder, para o pobre urbano, e especificamente este da periferia da Baixada Fluminense, estavam atreladas à situação histórica de dependência. Aníbal Quijano escreveu:

Em todas as sociedades modernas e em cada momento observou-se a existência de uma categoria de pessoas mais ou menos permanentemente excluídas do núcleo principal do trabalho e que, devido as suas rendas insuficientes, não tinham acesso ao consumo de bens e serviços (...)¹⁹

Entendemos que, como já eram expropriados por pertencerem aos estratos mais baixos e não possuírem diversos direitos, havia um sentimento de estarem sendo explorados²⁰. Lutar pela terra seria uma forma de autoafirmação social. Habitavam, em sua maioria, construções sem licenciamento e em terreno de terceiros. Não tinham condições de pagar pela terra e ainda eram influenciados por políticos ou candidatos a uma vaga no parlamento e a não aceitar qualquer acordo que implicasse gasto. Esta relação política era “temperada por uma série de atividades e relações paralelas, desde o ensino das etapas burocráticas necessárias para conseguir documentos até conselhos (...). Uma espécie de recompensa pela exploração sofrida”²¹.

¹⁷ Entrevista concedida em 20 de julho de 2012 por telefone.

¹⁸ Segundo interventor do município de Duque de Caxias, pois em 1971 tornou-se Área de Segurança Nacional. Governou de 1975 a 1978.

¹⁹ QUIJANO, Aníbal, 1973, P. 141 apud PERLMAN, Janice. O Mito da Marginalidade. Favelas e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 703.

²⁰ SILVA, Luiz Antonio Machado da. A Política na Favela. Cadernos Brasileiros, Ano IX, nº 41, 1967, p. 703.

²¹ Idem, p. 706.

O advogado José Correia da Rocha atribui as manifestações à manipulação política na localidade. Entende que a Vila Operária era um “barril de pólvora”, por volta de 1960. Não compreende o morador como alguém capaz de agir por si mesmo, defendendo seu lugar de moradia, mas alguém que reage por ter sido induzido politicamente.

Consideramos dois pontos importantes, neste momento, que nos ajudam a compreender o que era, na verdade, o “barril de pólvora” que José Correia da Rocha nos cita. Um, que os moradores desejavam o título de propriedade, pois a perenidade de sua presença na área não lhes garantia que as autoridades, ligadas ao Estado, os deixaria ficar. Poderiam ser removidos, se não pagassem.

O outro ponto relevante foi a preponderância de algumas profissões no local. Moravam ou o frequentavam muitos ferroviários, que possuíam um sindicato forte, principalmente na década de 1950. Demistocliques Batista, o “Batistinha”, que era presidente do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, localizado na cidade do Rio de Janeiro, filiado ao Partido Comunista Brasileiro, visitava com muita frequência a Vila Operária. Mas, na própria região, morava Uberahy Gonçalves, líder ferroviário em Duque de Caxias, também filiado ao PCB.

Moravam nesse morro muitos estivadores do Cais do Porto, que também possuíam um sindicato forte e com muitos membros do PCB. Identificamos, também, rodoviários sindicalizados nos relatos de nossos colaboradores.

Não descartamos a manipulação ideológica de uma parte dos moradores por algum pretendo candidato a cargo público ou até pelo próprio Estado; mas limitar a ação dos moradores exclusivamente ao fato de que não possuíam consciência política, é negar efetivamente que a Vila Operária, independente da vontade de José de Jesus, que insistia no uso desse nome, era um lugar de trabalhadores, e de muitos com consciência política. Carone nos esclarece:

Nas cidades, a luta da classe operária vinha ampliando-se desde 1952. Com o crescimento do movimento sindical, a maioria dos sindicatos foi expelindo velhos pelegos que haviam dominado as organizações operárias durante o estado Novo. Toda uma geração recém-formada de líderes operários foi-se forjando, fazendo com que muitas organizações sindicais se tornassem fortes. (...)

A ascensão do movimento sindical se dava no entanto dentro de determinados limites. (...) Com exceção de determinadas categorias, que dependem do sindicato para trabalhar (estivadores e marítimos) ou de algumas outras mais politizadas (ferroviários da Leopoldina, por exemplo) a maioria dos operários ficou à margem da sindicalização.²²

Portanto, já havia uma construção política incipiente nesse morro. Entendemos que o relato de José Correia da Rocha traz à tona a categorização de seus moradores, a partir do olhar da burguesia, na medida em que reconhece que onde houver classe pobre, haverá manipulação. Na verdade, como diz Valla,²³ “há necessidade do controle político e da formação de bases eleitorais no seio de uma população com enorme potencial de luta, que é o favelado.” E nós ainda acrescentaríamos, no caso da Vila Operária, que ainda não era favela na década de 1960, não só o favelado, mas o pobre urbano em estado de vulnerabilidade social.

Uma das formas de controle desse grupo é justamente afirmar que perpetuarão a sua condição de classe inferior, pois a apatia e ausência de interesse político são seus traços marcantes.

Em 19 de janeiro de 1960, José Correia da Rocha moveria uma ação de desapropriação indireta contra o município sobre o cemitério e o morro. Após um acordo judicial feito na Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que é a maior instância do Estado, foi acertada que a prefeitura pagaria pela terra. Ele nos disse:

²² CARONE, Edgard. *Corpo e Alma do Brasil: O PCB (1964-1982)*. Rio de Janeiro: DIFEL, v.3, 1982, p. 36.

²³ VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação e Favela Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986, p. 47

Trinta e poucas parcelas de uns milhões de reais. Setecentos e poucos mil reais. O atual prefeito, José Camilo Zito dos Santos Filho, pagou algumas e não quis pagar mais. Então entrei, como prescreve a lei, com sequestro de recursos financeiros do município. Tem um mês que o sequestro saiu referente a 4 parcelas de setecentos e poucos mil cada uma. A prefeitura quitou a dívida com a família em uma escritura comum de compra e venda. Foi um processo pela justiça. A justificativa do município foi para fins sociais. Pode-se fazer este tipo de acordo para utilidade pública ou necessidade social. A prefeitura doou aos moradores a terra. Eu não sei se de forma oficial ou extra oficial²⁴

Portanto, fica comprovado, com esse depoimento, que o morro no qual está localizada a favela Vila Operária não pertence mais à família Chadriky. A prefeitura é a legítima dona da localidade, e tem como objetivo a manutenção do morador no local, já que alegou que a compra da terra da família seria para *fins sociais*, mas nos relatos orais que havíamos gravado ou anotado em nosso caderno de anotações, não era isso que os moradores nos diziam. Afirmavam que já eram donos da terra, pois haviam recebido os títulos de propriedade das mãos do prefeito Hydekel de Freitas Lima, na década de 1980.

Como utilizamos a história oral híbrida, fomos ao cartório do 5º ofício, no 1º Distrito do município de Duque de Caxias em 7 de novembro de 2001 e conversamos com Nelson Nunes Braga, oficial de cartório, sobre a documentação referente à propriedade da terra na favela em questão.

Nosso colaborador nos disse:

Não há documentação no cartório sobre a Vila Operária porque a área é posse. As pessoas vêm tentando utilizar o usucapião²⁵, mas a prefeitura de Duque de Caxias não autoriza. Em 1982, Hydekel de Freitas Lima deu títulos de propriedade, assinados por ele para alguns moradores, porém tais títulos não possuíam valor legal. Ainda hoje os moradores vêm ao cartório tentando obter o reconhecimento, pelo Estado, de seu imóvel. O atual prefeito²⁶ reconhece as benfeitorias realizadas pelos moradores.²⁷

Na memória dos nossos colaboradores, a propriedade já era uma realidade ao recebem o documento das mãos do prefeito. Porém, para a justiça, esse papel não tem valor legal. O advogado José Correia da Rocha esclareceu:

Se o morador chegasse com a sentença transitada e julgada de Usucapião, aí seria diferente, porque Usucapião é um título judicial.(...) Apenas um morador poderia entrar na justiça, menos aqueles que tinham título. Estes não precisam de Usucapião, pois já são proprietários. (...) Muitos registraram no cartório do 5º Ofício. Têm terrenos ali que já estão regularizados. (...) Eu não sei quantos, mas têm²⁸

Um detalhe interessante foi o fato de que 90% dos lotes foram vendidos para mulheres. A imobiliária afirmava que eram boas pagadoras. Entendemos também que pelo fato de desejarem deixar algum bem para os filhos, procuravam pagar corretamente para não perderem a terra.

²⁴Entrevista concedida em 25 de julho de 2012.

²⁵ – Usucapião Coletiva de Imóvel Urbano A Usucapião Coletiva, aplicável a imóveis urbanos, foi criada como remédio para a regularização das favelas e constitui instrumento cabível quando a área urbana com mais de 250m² for ocupada pelo prazo de cinco anos, por população de baixa renda, onde não seja possível identificar os terrenos ocupados pelos respectivos possuidores, com a finalidade de habitação ou trabalho, desde que esses possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural, consoante o artigo 10 do Estatuto da Cidade.

A peculiaridade dessa modalidade de usucapião não está só em função de que os sujeitos ativos são plúrimos, mas também, em função de que obrigam os contemplados por esse instrumento a constituírem um condomínio especial, indivisível. Assim, uma vez matriculada a área usucapta em nome dos possuidores, para individualização das áreas com matrículas autônomas, usar-se-á a regulamentação do Condomínio Edifício (Lei 4.591/64 e artigos 1.331 e seguintes do Código Civil)

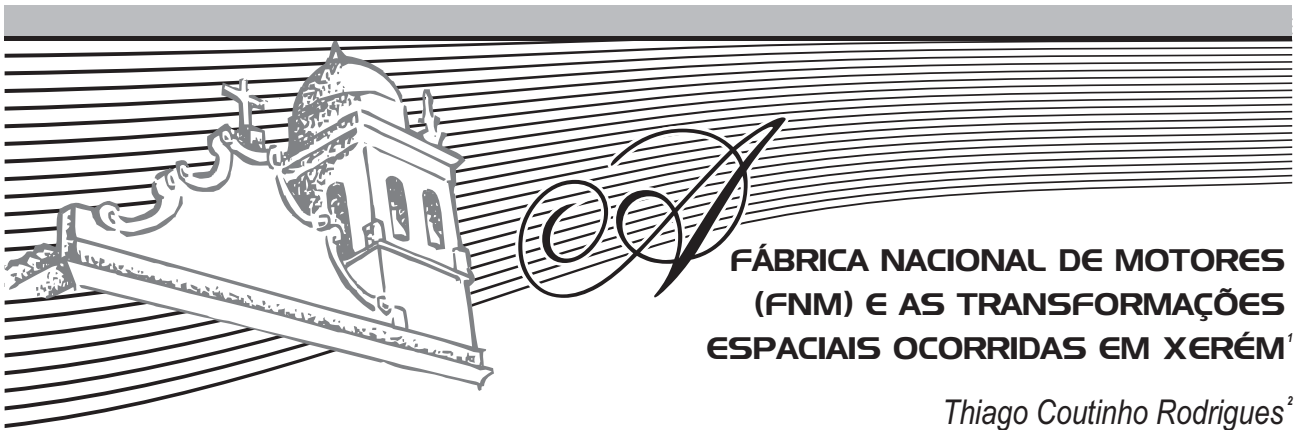
²⁶ Segundo mandato de José Camilo Zito dos Santos Filho (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)

²⁷ Caderno de anotações – 7 de novembro de 2001.

²⁸Entrevista concedida em 25 de julho de 2012 no município de Duque de Caxias. Transcrita.

Referências Bibliográficas

- BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BURGOS, Marcelo Baumann. “*Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro.*” p. 27 In: ALVITO, Marcos.; ZALUAR, Alba. **Um século de Favela. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERNANDES, Lenise Lima.; REGINENSE, Caterine. **Desigualdade e exclusão nas metrópoles brasileiras: alternativas para seu enfrentamento nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2006.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (Org). **Batistinha, o combate dos trilhos**. Rio de Janeiro, Centro de Memória Ferroviária - Amorj, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- KNOX, Winefred. **Representação, participação e poder local: um estudo das relações de poder de uma favela através de suas lideranças**. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia e Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Provocação, História Oral: desafios conceituais*. **Oralidades: Revista de História Oral/ Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, NEHO, n.1, ano.1, p.143, jan./jun. 2007.
- PERLMAN, Janice. **O Mito da Marginalidade. Favelas e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRADO, WALTER. **História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da cidade**. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- RICCOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “*A construção social da memória.*” In: **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- SILVA, Fabrício Pereira da. *Utopia Dividida A Crise do PCB (1979- 1992)*. **Revista de História**, São Paulo, nº 158, p. 221, 1º semestre de 2008.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. *A continuidade do “problema favela” in OLIVEIRA ,Lúcia Lippi. (Org) Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- _____. *A Política na Favela*. **Cadernos Brasileiros**, Ano IX, nº 41, 1967, p. 703.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed.34/ Edusp, 200, p.211-212.



FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES (FNM) E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS OCORRIDAS EM XERÉM¹

Thiago Coutinho Rodrigues²

Antes do início da construção da FNM, Xerém restringia-se a algumas fazendas, muitas áreas alagadiças onde havia grande proliferação da malária, grandes extensões de Mata Atlântica, mar de morros florestados e as áreas ao entorno das estações de trem. O atual quarto distrito de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, possuía como ligação ao então Distrito Federal (Rio de Janeiro) duas vias, a rodovia Rio-Petrópolis e a Estrada de Ferro Rio D'Ouro; porém Xerém está localizado a certa distancia do centro da cidade.

A localidade já era habitada quando se pensou em construir uma fábrica ali, entretanto, a maior parte das propriedades eram posses, a região era composta, em grande parte, por pequenos produtores rurais sem a documentação que garantisse a propriedade das terras ocupadas. Um fato marcante na história e na transformação espacial de Xerém foi à construção da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. Foram construídos reservatórios d'água na Serra do Tinguá para resolver o problema de abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, porém havia dificuldades para transportar os materiais de construção do Rio de Janeiro até as localidades onde seriam construídos esses reservatórios, a solução para este problema foi à construção de uma estrada de ferro. Então, em 1876 foi inaugurada a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, tendo suas obras terminadas em 1882 e sendo aberta ao público no ano seguinte, a Baixada Fluminense foi dividida em três sub-ramais, o de Tinguá, o de Jaceruba e o ramal de Xerém. A construção do sub-ramal Xerém iniciou-se em 1881 e terminou em 1911.

O sub-ramal Xerém pode ser considerado como o primeiro elemento de desenvolvimento dessa comunidade, pois possibilitou a implantação de um comércio com outras localidades que futuramente formariam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, além da estrada de ferro juntar novos povoados ao seu entorno e também ser um dos fatores que trouxe a Fábrica Nacional de Motores (FNM) para Xerém. Muitos dos trabalhadores que construíram a estrada de ferro acabaram ficando e se estabelecendo na localidade. Esse fato foi o primeiro movimento para o crescimento populacional da área.

Instalação da Fábrica

A implantação da FNM começou a ser pensada pelo brigadeiro Guedes Muniz no ano de 1939, quando se encontrou com o então Ministro da Viação, o General Mendonça de Lima. Muniz comprometeu-se com um projeto revolucionário para o Brasil, que visava à construção de motores de avião em nosso território. O Ministro conduziu a proposta para o Presidente Getúlio Vargas, que imediatamente formou uma comissão para dar seguimento ao projeto. Em julho de 1940 Vargas assinou o primeiro crédito para o início dos trabalhos. Guedes Muniz ficou encarregado de preparar o projeto final da fábrica, que deveria ser entregue ao governo estadunidense e à Fábrica

¹Este artigo é uma adaptação da Monografia de licenciatura em Geografia, defendida na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com o tema “As Transformações Socioespaciais Ocorridas em Xerém a partir da Construção da Fábrica Nacional de Motores (FNM)”, apresentada em 2010 sob orientação do Professor Álvaro Ferreira. ²Formado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pós-graduando em Políticas e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Wright, os quais ficaram com a responsabilidade de estudar e aprovar, ou não, a licença de fabricação dos motores, além de repassar as necessárias propriedades para a sua construção.

O Presidente Vargas para manter a construção sobre o seu comando preferiu designar apenas um engenheiro que ficou responsável perante o governo pela organização geral. Vargas não quis criar uma comissão responsável pela construção da fábrica e, desta forma, manteve o poder das decisões restritas a ele e ao brigadeiro Guedes Muniz, indicado pelo presidente para ser o “*único responsável*” de fiscalizar a obra. Segundo o Decreto de Lei Nº. 5.215, de 21 de Janeiro de 1943, que avalia de caráter fundamentalmente militar tanto a fábrica quanto a sua comissão construtora. Ou seja, além de ter o controle total da construção da FNM, o governo brasileiro também tem domínio sobre os funcionários que trabalham na construção e na sua produção, tratando-os com a mesma rigurosidade militar.

Escolha do Local para a Instalação

O local onde seria implantada a fábrica de motores foi motivo de muitas discussões. Governantes do Estado de Minas Gerais desejavam que a FNM fosse construída em seu território, por todos os benefícios que uma indústria nos moldes que a fábrica estava sendo planejada poderia trazer àquela região. Porém o fato do Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, que possuía forte ligação com Vargas, ambicionar oferecer à Baixada características industriais e extinguir os focos de malária que havia na região, foi um dos fatores vitais para a escolha desta localidade. Mas, o ponto determinante para escolha de Xerém como sede da Fábrica Nacional de Motores, foi o fato de que a fábrica só deveria ser instalada ao nível do mar. Pois, desta forma, amorteceria os custos da produção, por conter temperatura e pressão ideal para a construção dos motores. Deste modo, não seria necessária a construção de “*câmaras fechadas*” para simular essas condições.

Outros fatores fizeram de Xerém a melhor escolha para sediar esse novo empreendimento que o Brasil se propunha a desenvolver. Por exemplo, o território oferecia posição estratégica para a implantação da fábrica, um local que obtinha fácil acesso, por contar com a Rodovia Rio-Petrópolis e a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, o que facilitava o contato com a capital federal, a chegada de técnicos e funcionários e o transporte de equipamentos. O terreno possuía uma das melhores águas potáveis do Estado do Rio de Janeiro, oferecidas pelas adutoras de Mantiqueira e Xerém. Os rios Capivarí, Mato Grosso e Saracuruna cortavam o terreno, gerando assim, a água industrial necessária para abastecer a FNM. Além disso, neste momento ocorria a Segunda Guerra Mundial e Xerém fica em uma região de mar de morros florestados além de estar próxima à escarpa da Serra do Mar, o que gerava certa camuflagem para a fábrica, que tinha fins militares e a protegia de ataques aéreos; também havia terrenos planos para a construção de um campo de pouso. Podemos concluir que para a escolha do lugar aonde seria sediada a fábrica de motores ou qualquer outra empresa nos moldes estruturais em que a FNM estava sendo construída, os fatores geopolíticos foram de fundamental importância para auxiliar na tomada de decisão da comissão de construção.

Projeto de Construção

No decorrer da Segunda Grande Guerra Mundial foi estabelecida a FNM, em sua gênese projetada para produzir motores de avião, tendo sido inaugurada, embora não possuindo seus equipamentos, “*em 13 de junho de 1942, em uma grande festa que coincidiu com o aniversário do Brigadeiro Antônio Guedes Muniz e com o dia de Santo Antônio – padroeiro da Fábrica e nome da Escola construída e mantida por ela*” (PAIVA, 2004, p. 122). Os primeiros motores entraram em funcionamento em 1946 e o primeiro avião equipado com um motor produzido na fábrica de motores decolou de Xerém em 19 de Agosto de 1946. A entrega oficial dos primeiros aviões à FAB aconteceu em 1947.

Ribeiro (1945) esteve na FNM, conversou com o brigadeiro Guedes Muniz e com outros responsáveis pelas obras, produção e funcionamento da fábrica. Em seu texto escrito para a *“Revista do Serviço Público”*, retrata os planos de construção da cidade industrial da FNM, como foi descrito pelo chefe do Departamento de obras e Fiscalização, o engenheiro Horacy Legey de Assis Silva. Esses planos, na verdade, foi o projeto inicial de construção da cidade, muitas das obras nem saíram do papel. O projeto de construção das vilas da FNM segue o plano da *“cidade industrial”* do arquiteto e urbanista francês Tony Garnier, sua proposta urbanística é caracterizada pela setorização, desta forma a cidade industrial contaria com áreas separadas para a indústria, habitação, lazer, cultura, administrativo. Estas áreas seriam instâncias bem delimitadas no espaço de sua cidade.

A comissão de construção da fábrica de motores e, principalmente, Guedes Muniz planejava construir as vilas operárias com habitações individuais, sendo que a primeira ideia foi de casas onde o operário possuísse seu quintal pequeno, de forma que o morador se sentisse detentor da habitação em que fosse residir. Porém a comissão consultou o urbanista Atílio Correia Lima, que deu a sugestão de não se construírem as casas individuais, esta foi uma crítica ao modelo de casas com quintais para o operário que morasse em uma cidade industrial. O modelo sugerido era o defendido por Le Corbusier, no qual a moradia unifamiliar é substituída por blocos de apartamentos. Um dos arquitetos da fábrica deu um livro de Le Corbusier para o brigadeiro Muniz, que concluiu que poderia abrigar uma maior quantidade de trabalhadores numa mesma área de terreno adotando a construção de unidades coletivas, com *“apartamentos modernos e confortáveis. Em lugar do quintalzinho sujo e pequenino, os operários poderiam ter à sua disposição grandes parques com piscinas, jardins, campos de esporte e recreio”* (MUNIZ, 1945, p. 128 e 129 apud RAMALHO, 1989, p. 50).

Uma das vantagens deste tipo de empreendimento sugerido por Atílio é a economia gerada na construção e manutenção das habitações obtida com a moradia coletiva, com isso, a FNM economizaria em serviços, como: esgoto, calçamento, limpeza urbana, abastecimento de água, entre outros. Porém na proposta de Atílio para a cidade operária também continha a construção de residências unifamiliares para os funcionários mais graduados. Também foi apresentada a proposta para a diminuição do número de ruas com a construção de lajes que ligariam um bloco ao outro. Neste tipo de construção sugerida, no qual é diminuído o alcance da rua, neste caso, a rua não deve ser compreendida só como o local de circulação dos veículos, mas sim, a via como inteiro, com suas calçadas que permite um contato maior entre os moradores, uma unidade entre a vizinhança. O comércio deveria ser implantado a uma distância máxima de 400 metros do consumidor. Os locais destinados ao lazer seriam divididos de acordo com a idade do usuário, *playlot* para crianças de até cinco anos, *playground* para crianças de até 14 anos e *playfield* para adultos.

Além disso, Atílio também defendia tipos habitacionais distintos que levariam em consideração a posição do morador na hierarquia fabril e o número de membros da família:

Dependendo de seus salários, os funcionários teriam acesso a casas diferenciadas em termos de acabamento e conforto: padrão A para pessoal da administração; B para mestres e mecânicos de longo tirocínio; C para operadores, chefes de equipe, ajudantes de mecânico, etc; D para serventes e trabalhadores braçais (CORREIA, 1999, p. 8).RJ).

As habitações de tipo B, C e D seriam feitas em apartamentos situados no centro da cidade, enquanto as de Tipo A seriam casas unifamiliares com jardins, em lotes amplos e com um recuo mínimo da rua de 10 metros, as mesmas seriam construídas em áreas periféricas nas encostas de morros. Os tamanhos dos apartamentos também apresentariam distinções de tamanho em consideração ao número de membros da família, ou seja, famílias com maior número de membros receberiam apartamentos com tres quartos, indicada para famílias com cinco membros. Para os solteiros foram pensados alojamentos, aos melhores situados na hierarquia da fábrica seriam destinados os tipos A e B, em que seriam levados para um hotel com quartos de 10 m², banheiros para cada dois quartos e sala de estar. Aos funcionários considerados menos influentes hierarquicamente na FNM, os alojamentos seriam de tipos C e D, para

estes os dormitórios seriam divididos para duas e quatro pessoas com sanitários coletivos. Com a morte de Atílio um novo projeto, concluído em 1945 para a cidade operária da fábrica de motores, foi formulado pelos arquitetos Paul Lester Wiener e Josep Lluís Sert.

A cidade foi totalmente planejada para dar conforto e ser funcional, fazendo com que os funcionários-moradores não precisassem sair dos domínios da fábrica para nada, fazendo com que eles vivessem em função e para a FNM. Porém, algumas dessas obras ficaram no papel, como a implantação dos 65 blocos e da grande infraestrutura que cada quarteirão iria receber. Havia também a preocupação por parte do brigadeiro Guedes Muniz, quando projetou a FNM, em transformar a fábrica no núcleo central e fundador de uma cidade, que pudesse se auto-sustentar, que produzisse seus próprios alimentos e tivesse seu próprio comércio, além de atendimento médico e formas de lazer. Foram criadas áreas para a implantação de lavouras, aviários, pocilga e abatedouros, este “jeito empresarial de ser da FNM mantinha cerca de 200 colonos envolvidos em atividades diversas tais como aviário, pocilga, pecuária e plantações em geral”. (O OBSERVADOR, 1946 apud PAIVA, 2004, p. 229)

O comércio insipiente criado pela gestão da fábrica se resumia ao armazém, farmácia, alfaiataria, sapataria, tamancaria e barbearia. Os operários descontavam o que compravam em folha, fazendo com que eles mantivessem sempre um vínculo devedor com a fábrica. Esses serviços podem ser considerados poucos, mas eram essenciais para uma cidade que acabara de nascer e que possui difícil acesso para os funcionários, esta distancia acaba impossibilitando a ida dos funcionários aos centros comerciais. Posteriormente, foi fundada uma cooperativa que sustentava um comércio onde os produtos excedentes ao consumo da FNM eram negociados.

Construção dos Primeiros Acampamentos

Para os trabalhadores que vieram trabalhar na construção da fábrica de motores foram construídos dois acampamentos. O primeiro acampamento a ser construído, o “*Velho Acampamento*”, que se situava na entrada de Xerém na Rodovia Rio-Petrópolis, e o segundo acampamento, o “*Novo Acampamento*” foi construído no alto de um morro, onde hoje se encontra a Vila Santa Alice (Vila do Sase), próxima ao hotel dos engenheiros. Diariamente dormiam no acampamento 1.200 operários, a grande maioria composta pelos funcionários solteiros, os casados dormiam fora da FNM, eles eram levados em caminhões no final do expediente. Outra forma de locomoção era a estação ferroviária com sentido de Belford Roxo. Terminada a construção, a FNM custeou a vinda de operários de várias partes do Brasil. Inicialmente foram trazidos os piauienses e em seguida os maranhenses, também vieram operários de outras partes do Brasil como: Minas Gerais, Sul do Brasil, Espírito Santo, Rio de Janeiro e etc. Todos esses funcionários foram recrutados nas escolas técnicas de seus respectivos estados e possuíam uma formação profissional básica.

Em 16 de janeiro de 1946, no governo de José Linhares, foi assinado o Decreto Lei nº 8699, que transformou a FNM em uma Sociedade Anônima, uma companhia que possuía um capital misto, a FNM S.A. No governo de Dutra é tomada a decisão de negociar com a Isotta Fraschini (fabricante de veículos italiana) a aprovação dos direitos para a fabricação e nacionalização, pela FNM, do projeto de um modelo para a construção de caminhões; a negociação é concretizada em janeiro de 1949. As primeiras unidades de caminhões produzidas em Xerém e no Brasil foram os FNM-D-7300 e ficaram prontas no final do ano de 1949. No mesmo ano da assinatura do contrato, a Isotta Fraschini abre falência na Itália. No ano seguinte, o governo italiano indica a Alfa Romeo, então estatal, para dar continuidade aos compromissos assumidos por parte da Isotta Fraschini. Foi com a produção de veículos que a fábrica viveu seus melhores momentos. “*Documentos da própria empresa consideram a segunda metade da década de 1950 como o período do seu ressurgimento em termos de desenvolvimento industrial*” (RAMALHO, 2007, p. 123).

A Infraestrutura Criada pela FNM

Com a morte de Atílio Correia Lima, um novo projeto para a cidade operária foi elaborado pelos arquitetos Paul Lester Wiener e Josep Lluís Sert, sendo concluído em 1945. Mesmo seguindo as idéias sugeridas por Atílio, o novo projeto demonstra modificações importantes, como o rígido conceito de separação das funções da cidade.

Dependendo de seus salários, os funcionários teriam acesso a casas diferenciadas em termos de acabamento e conforto: padrão A para pessoal da administração; B para mestres e mecânicos de longo tirocínio; C para operadores, chefes de equipe, ajudantes de mecânico, etc; D para serventes e trabalhadores braçais (CORREIA, 1999, p. 8).RJ).

O fim da Segunda Guerra Mundial denotou uma modificação radical das instalações da fábrica, e ainda, culminou com o cancelamento do acordo de cooperação entre os governos do Brasil e dos EUA. Com os problemas mencionados houve outras mudanças no projeto da cidade operária, dessa forma, as propostas urbanas formuladas por Atílio Correia Lima e por Wiener e Sert, que seguiam uma linha parecida, foram deixadas de lado. Na década de 1940 começou a construção das duas vilas operárias – a Vila Santa Alice, também conhecida como Vila Sopapo e a Vila Nossa Senhora das Graças, de uma vila dos engenheiros, do hotel, além de equipamentos de infraestrutura e serviços complementares, como escola, mercado, armazém, farmácia, postos médicos, entre outros.

Ao contrário do que foi proposto pelos arquitetos que pensaram a construção da cidade operária da FNM e do projeto de cidade industrial sugerido por Tony Garnier e Lê Corbusier no momento da construção das vilas operárias, as mesmas, foram implantadas com casas unifamiliares com terreno no fundo, acolhendo ao gosto predominante da época. Diferenciando-se assim, de tudo que já havia sido proposto para a construção das habitações dos operários, lembrando que, segundo os projetos de construção da cidade operária as casas unifamiliares nunca foram abominadas, ao contrário, pensava-se sim em construir estas casas. Porém só os mais graduados dentro da hierarquia da fábrica iriam ocupar estas moradias, enquanto os operários iriam viver em habitações coletivas. A edificação dessas habitações nas vilas operárias coincide com a transformação da fábrica em sociedade anônima e posteriormente com o momento em que está começando a segunda fase da FNM (a fase automobilística), nesta fase as moradias têm como objetivo manter sob controle um setor do operariado que dava segurança ao bom andamento da produção.

As duas vilas operárias ficaram prontas no decorrer da década de 1950 e posteriormente foram erguidos alguns blocos de apartamentos. A relação que a fábrica mantinha com as vilas operárias e com os seus habitantes sugerem o controle exercido pela direção sobre seus funcionários, isso ocorria tanto dentro, quanto fora da fábrica, quase todas as atividades feitas pelos funcionários era fiscalizada. Essa fiscalização do trabalhador que residia nas vilas era responsabilidade da Prefeitura da FNM S.A. *“A função da prefeitura era cuidar da conservação das casas, manter a ordem, prestar assistência social, além de decidir sobre a alocação de pessoas nas casas das vilas ou nas terras da fábrica”* (RAMALHO, 2007, p. 128). Os regulamentos das vilas eram bastante rígidos, não era permitido alugar as casas, modificar as estruturas e qualquer conserto era feito pela FNM.

Havia além das vilas operárias uma vila luxuosa, conhecida como a Vila dos Engenheiros com 13 casas, que foi destinada a ser ocupada pelo alto comando da FNM. Situava-se no alto de um morro e a certa distância das vilas operárias. A fábrica deu início à urbanização de Xerém com a implantação dessas vilas para os funcionários, que juntas somavam mais de trezentas moradias e abrigavam os moradores selecionados pela fábrica; havia ainda um admirável hotel para os engenheiros solteiros. Ao final da década de 1950, foram construídos, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), ao lado da Vila Nossa Senhora das Graças, cinco blocos de apartamentos que continham em torno de duzentas unidades de moradia para os operários e que recebeu o nome de Ministro Salgado Filho.

No início desta mesma década foi construída a Escola Santo Antonio, a construção foi feita em parceria da FNM S.A. com os seus funcionários. Logo após, um ginásio foi montado nas dependências da mesma escola (onde hoje se localiza o Colégio Estadual Barão de Mauá) e posteriormente foi criada a Escola Círculo Operário. A fábrica também mantinha um cinema o “Cine FNM”, que foi inaugurado em dezembro de 1955 e possuía 240 lugares, e um clube esportivo (Clube Piauí).

A Diferença de Vida dos Moradores das Vilas e das Localidades do Entorno

A seguinte afirmação feita por Paiva (2004, p. 173) nos demonstra que muitos dos equipamentos construídos pela fábrica de motores além de serem utilizados pelos moradores da cidade industrial, também foram disponibilizados para a população que se instalou no entorno dos terrenos da fábrica, aos colonos da FNM e pessoas que vinham de outras cidades. *“Na época de seu auge, era muito comum a vinda de pessoas de outras cidades para fazerem uso dos recursos assistenciais mantidos pela FNM, com grande destaque para a assistência médica e educacional”*.

Apesar das melhorias oferecidas com a implantação da Fábrica Nacional de Motores em Xerém, as condições de vida encontradas pelos moradores do entorno da cidade industrial não eram as melhores. Segundo o Sr. José de Paula, que começou a trabalhar na fábrica no dia 11 de outubro de 1946 e reside na Vila Santa Alice desde 16 de junho de 1957, as condições de vida na cidade industrial eram boas, *“havia um pequeno comércio, na área de saúde nós tínhamos todo o atendimento pela fábrica, tinha os médicos, as enfermarias, as ambulâncias, tinha tudo lá, era muito boa a parte de assistência médica”*.

As pessoas que trabalhavam na fábrica e moravam no entorno e a população que não trabalhava na FNM, mas vivia no seu entorno também desfrutava de alguns equipamentos dispostos pela fábrica. Na entrevista com o Sr. José de Paula, conta-nos ele que estas pessoas *“eram atendidas pelos médicos... mandavam ambulância ir buscar... e podiam utilizar o Cine-FNM”*, mas o entrevistado alerta-nos para o fato de que a época a qual se refere precede a passagem da fábrica para o domínio privado, *“pois depois que ela passou para os italianos a coisa continuou, mas em escala menor”*.

Ainda fomos informados, pelo mesmo, que havia diferença entre as duas vilas construídas para os operários, *“na Nossa Senhora das Graças às casas tinham mais espaço, tinha mais infra-estrutura. A Vila Aliança era conhecida como vila sopapo, pois as primeiras casas foram feitas a pau-a-pique...”*. Porém toda a cidade industrial era provida de abastecimento de água, luz elétrica e esgoto, mas no início das habitações as ruas eram de barro. Havia grande diferença nos padrões de vida dos habitantes da cidade industrial e das pessoas que residiam em seu entorno. Enquanto os moradores das vilas tinham diversos tipos de assistências promovidas pela FNM, as localidades do entorno estavam abandonadas pelo poder público.

Desta forma, fica claro que na mesma localidade estavam sendo construídas duas cidades diferentes, segundo Piquet (1998, p. 35) *“os desníveis no padrão habitacional, na infra-estrutura e nos serviços, entre o núcleo planejado da empresa e os demais núcleos urbanos, tornam-se notórios”*. Então, acabou se formando em Xerém dois padrões de construção, uma planejada nos mínimos detalhes, com todo o conforto que os moradores necessitavam, ou seja, luz elétrica, água, sistema de esgoto e lazer. Eram planejadas também as localizações do casario e as ruas mesmo que não fossem calçadas no início, eram largas e com as vias para os pedestres. A outra cidade não contava com nada que foi descrito na primeira, pois a cidade que surgiu ao entorno não contou com nenhum planejamento, foi uma cidade espontânea, construída por pessoas que buscavam uma vida melhor sendo ou não trabalhadores da FNM.

A Privatização da Fábrica em 1968

Na década de 1960, o Brasil passou por uma grande instabilidade política e a Fábrica Nacional de Motores sofreu com os efeitos dessa instabilidade, a queda na produção, a má administração e, principalmente, o endividamento com o BNDES (RAMALHO, 2007, p. 124) geraram um grande mal-estar dentro da fábrica. Várias pessoas do governo criticavam a importância e o funcionamento da fábrica e um dos assuntos mais discutidos era a participação do governo na gestão da empresa, que possuía o capital misto, mas com a maior parte das ações pertencentes ao governo brasileiro. Essas pessoas defendiam a sua privatização.

No final da década de 1960, no governo de Costa e Silva, sendo “acusada de fazer parte de uma quadrilha de empresas estatais, provocadoras dos déficits públicos, a FNM foi levada à venda” (PAIVA, 2004, p. 182). A fábrica de motores foi dividida e suas vilas operárias passaram para o Banco Nacional de Habitação (BNH). Os trabalhadores estáveis foram dispensados, os equipamentos sociais da cidade industrial foram desativados e somente o prédio da fábrica com todo o seu maquinário foi oferecido para a venda. A fábrica de motores não possuía mais o apoio dos militares, que foram seus fundadores e nem podia contar com a adesão da opinião pública para continuar a funcionar, estes já mantinham uma imagem desgastada da fábrica de motores devido à grande investida contra a mesma, que estava sendo feita por pessoas ligadas ao governo. A “cidade dos motores” sem os seus funcionários e sem os seus equipamentos sociais ficou irreconhecível. Desta forma, no ano de 1968, a Fábrica Nacional de Motores S.A foi vendida para a empresa italiana Alfa Romeo.

Xerém teve seu crescimento populacional ligada a uma ação controlada devido à construção da FNM e sua cidade industrial. Entretanto nas áreas que margeiam a fábrica a ocupação ocorreu como em grande parte do município de Duque de Caxias. A desigualdade no desenvolvimento dos bairros em Xerém foi marcante e os únicos lugares que possuíam infraestrutura eram os construídos para abrigar funcionários e instalações da fábrica, enquanto os bairros que cresciam no entorno da cidade industrial não eram providos das mesmas; até a água que é abundante dentro do distrito não chegava até estas pessoas, mesmo passando, em muitas vezes, em frente a casa delas. Os moradores não possuíam a permissão para utilizar a água dos canos que tinham como destino o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, então precisavam fazer ligações clandestinas para obter água.

Em algumas áreas da FNM a fiação era embutida ao chão, não havendo desta forma poluição visual e em outras áreas da localidade em que a fábrica não dominava não havia luz elétrica e as pessoas necessitavam de lamparinas para iluminar suas residências. A localidade passou por dois momentos distintos e simultâneos na sua colonização: de um lado um lugar que contava com todas as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da localidade e ao mesmo tempo, Xerém era um lugar de exclusão, com bairros não planejados, sem o mínimo necessário para a sobrevivência humana, onde os moradores dependiam dos equipamentos de saúde e educação de outros lugares.

Segundo Lefebvre (2006, p. 8), de acordo com o processo histórico da industrialização, a indústria localizada fora dos núcleos urbanos deveria “produzir seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais”. Até o seu fechamento e venda, a FNM procurava manter essas ideologias, tenta confirmar seu centro fundador de um núcleo urbano. A cidade industrial era considerada por quase a totalidade de seus moradores como um paraíso para eles e suas famílias, o lugar onde se encontra a segurança perdida nas cidades, com habitações de qualidade que fugiam do padrão nacional, além dos equipamentos que a fábrica dispunha para os seus funcionários.

É possível perceber que a instalação da chamada “cidade do motor” foi de essencial importância para o desenvolvimento de Xerém, com os seus equipamentos urbanos utilizados para manter o título de cidade planejada. A fábrica deixou marcas profundas na localidade, que o tempo ainda não conseguiu apagar. O período retratado no texto que vai de quando a fábrica começou a ser pensada (1939), até a sua privatização (1968) destaca um dos momentos mais importantes de transformação espacial pelo qual a localidade passou e que ajuda a configurar a morfologia que atualmente o quarto distrito possui.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto-Lei N° 5.215**, de 21 de janeiro de 1943.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 8.699**, de 16 de janeiro de 1946.

CORREIA, Telma de Barros. “*O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da FNM de Atílio Correa Lima.*” In: **III Seminário Docomomo Brasil**, 1999, São Paulo. Anais do III Seminário Docomomo Brasil, 1999.

LEFEBRVE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006 – 4ª edição.

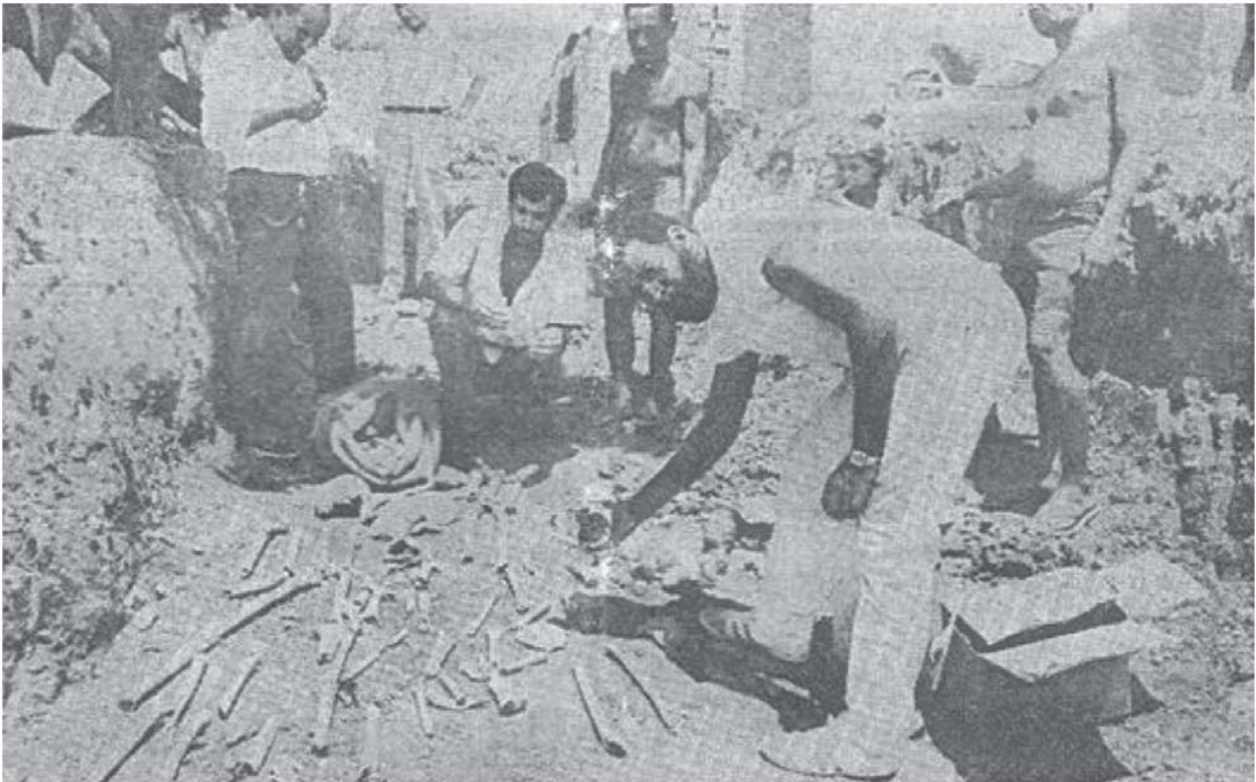
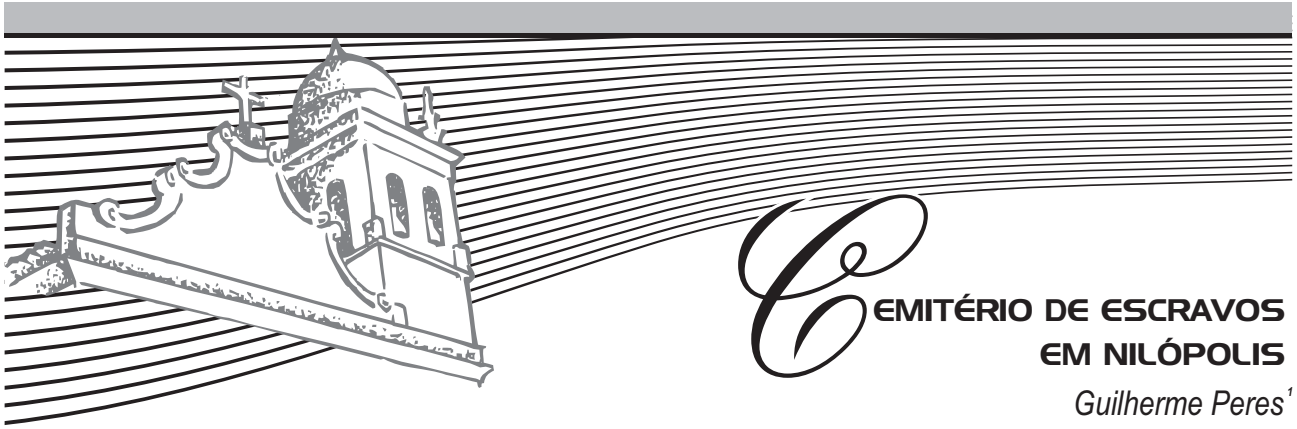
RAMALHO, José Ricardo. **Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. “*Estado Novo, industrialização e a formação do trabalhador brasileiro: o caso FNM.*” In: **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 119-134, 2007.

RIBEIRO, Adalberto Mário. *A Fábrica Nacional de Motores*. Rio de Janeiro: Revista do Serviço Público, Imprensa Nacional, 1945.

PAIVA, Eduardo Nazareth. **A FNM e a Indústria Automotiva no Brasil: uma análise antiética do ponto de vista da teoria ator-rede**. Tese de Doutorado submetida ao corpo docente da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro – Novembro de 2004.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.



O Dr. Cláudio de Oliveira (à esquerda) e o historiador Marcus Monteiro (abaixado), examinam os ossos do cemitério. (Foto: Jornal "O Dia")

Em 1987, durante as escavações para as obras de restauração da capela São Matheus, no centro de Nilópolis, os pesquisadores Cláudio Oliveira, presidente do Centro de Memória e Dados de Nilópolis, e Marcus Monteiro, historiador e autor do livro: "A Fazenda São Matheus", encontraram pouco abaixo da superfície do solo, um dos mais interessantes achados arqueológicos da Baixada Fluminense: um cemitério de escravos.

Situado em torno da velha capela, dezenas de crânios, tíbias, costelas, e arcadas dentárias, foram aparecendo à flor da terra a cada ação das cavadeiras, comprovando a passagem das epidemias que assolaram a Baixada Fluminense à partir de 1855, e dizimaram centenas de escravos, fazendeiros e demais ocupantes de velhas fazendas, que ocupavam essa região.

¹Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB. Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

História

Fundador em 1634 da fazenda São Matheus, o fidalgo português João Álvares Pereira também construiu a capela São Matheus em 1637, *“como se divisa pela memória gravada na verga da porta principal da mesma capela”*, diz monsenhor Pizarro em sua visita pastoral em 1794.

As obras foram realizadas pelos índios Jacutingas, naturais da região, e a capela conservada por mais de 200 anos servindo aos fies. Após esse surto epidêmico surgido na metade do século XIX, as fazendas foram aos poucos sendo abandonadas. O capoeirão invadiu as moendas. O clima de desolação estendeu-se até o final daquele século.

Durante o período em que a fazenda começou a ser retalhada pra loteamento no início do século XX, a capela já se encontrava em fase de ruínas, aumentando o saque e a depredação. Foram furtadas de seu interior: duas cruzes, o sino e a pia batismal.

Na reforma de 1988, a porta principal estilo cedro foi recolocada. Uma parede lateral reconstruída com cerca de sessenta centímetros, coberto todo o telhado com telhas coloniais e novos bancos foram assentados em seu interior. O altar e os nichos foram refeitos conforme os existentes, recebendo de volta o orago com suas imagens seguindo os padrões originais. A capela está situada numa área de 2.500 metros quadrados, sendo que destes, 122 metros fazem parte do prédio da igreja. De sua estrutura, as paredes construídas de adobe, e a argamassa (areia misturada com óleo de baleia e mariscos triturados, material que substituiu o cimento), foram mantidas. *“A Fazenda ficou 220 anos nas mãos da mesma família”*, até sua venda em 1855 para José Francisco de Mesquita, o visconde de Bonfim, época da chegada do cólera-morbo. *“Só na São Matheus foram acometidos 51 escravos... a fazenda recém adquirida transformou-se num desastre”*. Os mortos que eram escravos, foram sepultados no cemitério entorno da capela *“em grandes valas, envoltos apenas em uma mortalha, bastante parecidos com sacos de estopa, de cor roxa”*.

A posse da terra fazia-se presente com o cultivo da cana de açúcar. Salpicada de engenhos fumegantes tocados pelo braço escravo, cultivava-se também a mandioca para os engenhos de farinha, além de feijão, arroz, milho, frutas e legumes, assim como a criação de animais domésticos destinados ao abastecimento da fazenda e do mercado.

“A São Matheus era das poucas fazendas que não possuía porto fluvial”, encaminhando sua produção no lombo de burros (tropas), *“através de uma estrada chamada São Matheus, e que se iniciava onde hoje se encontra a Praça Paulo de Frontin no centro de Nilópolis, passando pela cancela de Ignácio Serra, Tomazinho e São Matheus (posteriores), em direção ao porto da Pavuna”* diz Marcus Monteiro em *“A Fazenda São Matheus”*.

Devastação

A galera portuguesa “Defensor”, chegando ao Rio de Janeiro, Capital do Império, em 1855, trazia em seu interior, uma epidemia de cólera-morbo, que se espalharia para o interior, ceifando milhares de vidas em sua passagem por essa Província, inclusive, nas vilas de comércio da Baixada Fluminense. Iguaçú, Jacutinga, Meriti, Estrela, Magé e Sto. Antônio de Sá tiveram seus movimentos comerciais reduzidos com essa tragédia que enlutou lares de ricos fazendeiros e seus escravos. Atingindo no início *“quase que exclusivamente aos pretos, cabras, caboclos e pardos”*, não demorou a infectar indiscriminadamente toda população.

Na Vila de Iguassú, segundo o relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo presidente da Comissão Sanitária, Dr. Francisco de Paula Cândido, *“um escravo empregado na cabotagem entre aquela Vila e esta Corte, retornando a viagem, sentiu na altura da Ponta do Galeão - Ilha do Governador – as primeiras ameaças do cólera, e foi morrer ao chegar à Vila. Outros companheiros foram em seguida*

afetados... a epidemia declarou-se em diferentes pontos”.

No mesmo Relatório, o Dr. Francisco relata ao “*Exmo. Sr. Ministro do Império*” sua visita a Vila, descrevendo-a como um “*novo teatro de devastação*”, e relatando “*a grande importância de médicos dedicados e inteligentes, de autoridades que cumprem gloriosos deveres de cidadãos. Os jovens doutores Luiz Alves de Souza Lobo, J. A. Gomes, Saião Lobato, um aluno da Escola de Medicina, o Subdelegado Nascimento Faria e numerosos cidadãos da Vila, haviam em harmoniosa e exemplar cooperação, tomado mui profícuas e acertadas medidas*”.

Por esse tempo, levado a Iguçu desta Corte, ou de outros lugares, difundia-se também a epidemia por “*Macacu, Magé, Marapicú, Jacutinga e Merity*”, especialmente nas fazendas da Cachoeira (Mesquita) e São Matheus (Nilópolis) ambas do visconde de Bonfim.

No início de setembro de 1855, Bento Rodrigues Viana, fazendeiro da Vila, assiste um de seus escravos “*que se torce em dores com os olhos esbugalhados*”, ser atingido com o mal que se espalhava por toda a região. “*Os grandes casarões de sobrados, os armazéns alpendrados e o colorido das casas, já não são palco do reboliço, da agitação nervosa, do estonteante comércio de Iguçu. Tudo é sossego, tudo é tristeza. De 11 a 24 daquele mês, 41 escravos morem atacados de cólera-morbo*”, diz o Professor Ruy Afrânio Peixoto em “*Imagens Iguçuanas*”.

Apesar do pronto atendimento médico com a chegada também do acadêmico Francisco Potella, acompanhado de “*três irmãos da Congregação do Santíssimo Coração de Maria*,” só na Vila “*de 11 a 24 de setembro, 41 escravos haviam pagado com a morte o seu tributo ao mal*”, registra Mattoso Maia Forte.

A extensão da epidemia trouxe em consequência a ameaça de fome, com o abandono do porto e das lavouras fazendo com que o governo imperial providenciasse a remessa de víveres para serem vendidos a preço de custo em todas as freguesias da Baixada, “*acompanhado do Dr. Paula Cândido, a fim de verificar a extensão do mal*”.

O Dr. Souza Lobo ofereceu sua residência “*para nela instalar-se um hospital*”. Mobilizaram-se os comerciantes locais se cotizando a favor da pobreza, tendo à frente “*o presidente da Câmara Municipal de Iguassú, Ignacio Antônio de Souza Amaral*”.

A chegada a São Matheus e Cachoeira do então acadêmico de medicina Luiz de Queiroz Mattoso Maia, “*onde ocorreram 51 casos, sendo 21 graves além de nove mortos*” veio minorar o sofrimento daquela gente. Mesmo assim, registrou-se em todo o município “*338 casos, dos quais 121 fatais*”.

Nessas fazendas, os mortos foram sepultados no cemitério junto à capela São Matheus (Nilópolis), “*devido a quantidade e por serem escravos, foram sepultados em grupos, em grandes valas, envoltos apenas por uma mortalha bastante parecida com sacos de estopa, de cor roxa, conforme pesquisa arqueológica de 1987*”, diz Marcus Monteiro em “*A Fazenda São Matheus*”.

Nessa ocasião, foram registrados em Meriti e Jacutinga “*mais de 64 óbitos*” e em Marapicú “*mais 46*”, todos vitimados pelo cólera. Segundo o Dr. Couto Ferraz: “*foi nos barcos e margens dos rios onde primeiro fez explosão a moléstia. A esclarecedora dedicação das autoridades, o exemplar comportamento dos médicos, e a rigorosa execução das medidas tomadas para extinguir o excitador epidêmico, acabou ali repentinamente com a mais ameaçadora calamidade. O rio entretanto, foi o caminho*”.

No porto de Iguçu diminuiu a navegação. Barcos vazios balançavam ao sabor das ondas enquanto os trapiches estavam abarrotados de café, “*acumulando-se mais de 30.000 arrobas*”. A ausência do braço escravo devido as mortes ou doenças fez-se sentir durante o resto daquele ano. No porto dos Saveiros à margem do rio Iguçu, a epidemia “*acometera dois terços dos escravos empregados no serviço fluvial*”, finaliza Maia Forte.

Referências Bibliográficas

GÓES, Hildebrando de Araujo. **Relatório da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense**. RJ: 1934.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. **Imagens Iguaçuanas**. Edição do autor

BARROS, Ney Alberto Gonçalves. **Estrada de Ferro Rio D'Ouro**. RJ: Apostila, 1999.

GERSON, Brasil. **O Ouro, o Café e o Rio**. RJ: Editora Brasileira, 1970.

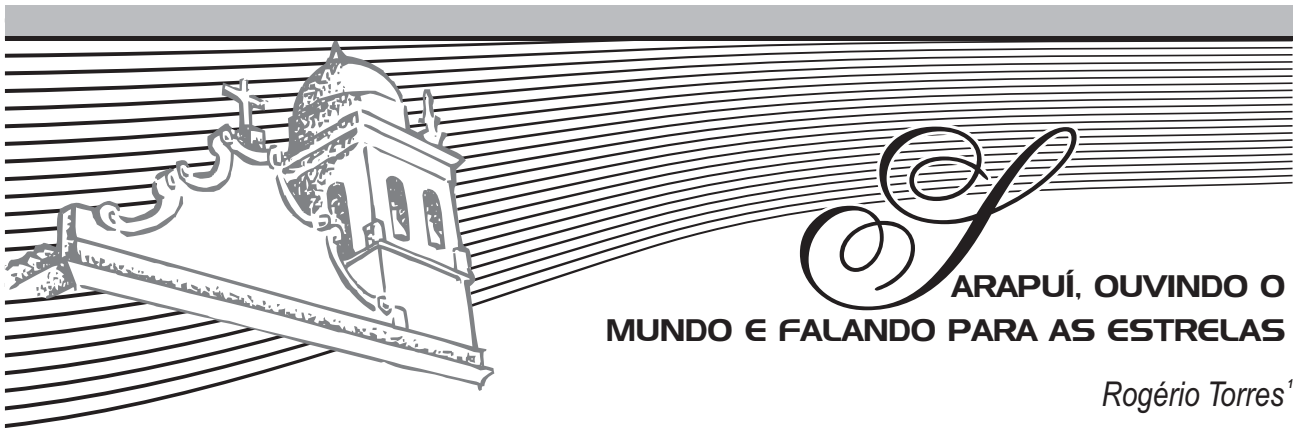
MAIAFORTE, José Mattoso. **Memória da Fundação de Iguazu**. RJ: Tip. Jornal do Comércio, 1933.

MAIA FORTE, José Mattoso. **Vilas Fluminenses Desaparecidas**. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984.

PEREIRA, Waldick. "*Endemias em Iguazu*." In: **Revista News**, Ano II, N. 15, RJ: 1970.

MONTEIRO, MARCUS. **A Fazenda São Matheus**. RJ: Ed. Autor, 1987.

RIO DE JANEIRO. **Relatório da Província**. Pres. Luiz Antônio Barboza. Niterói, 1855.



ARAPUÍ, OUVINDO O MUNDO E FALANDO PARA AS ESTRELAS

Rogério Torres¹

Até a década de 80, quem atravessasse a ponte sobre o Sarapuí, no Gramacho, em direção ao São Bento, e olhasse para a esquerda, veria ao longe uma construção imponente e moderna, que lembrava a famosa Pampulha, projetada por Oscar Niemeyer. Atualmente ela não pode mais ser vista, foi escondida pelas habitações precárias construídas nas margens do Sarapuí.

Poucos caxienses sabem que ali funcionou a Radiotransmissora do Departamento dos Correios e Telégrafos. Mas o que ela representava para o Brasil, sabe-se menos ainda. Naquele momento, final dos anos 50, a Radiotransmissora do Sarapuí, era o que havia de mais avançado em tecnologia de telecomunicações. Além disso, ela simbolizava uma das faces da “feroz” luta nacionalista travada pelo controle das telecomunicações.

Sarapuí fora escolhido para sediar a Radiotransmissora por ser local excepcional para a recepção em ondas curtas. Não custa lembrar também que ali, bem junto da estrada Rio-Petrópolis, se localizava a “radio-escuta”, uma repartição governamental que tinha como objetivo descobrir emissoras pró-nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. Mais além, no quilômetro 8, ficava o Núcleo Colonial de São Bento, nele estava sediada a Rádiorreceptora do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT). Como se pode ver, Duque de Caxias sediava um importantíssimo complexo de estações rádiotelegráficas. Todo e qualquer telegrama, obrigatoriamente, passava por nosso município.

Contava João do Caio, antigo funcionário do Ministério da Agricultura, que os moradores do Núcleo Colonial foram os primeiros a saber do término da Segunda Guerra Mundial, informados pelos rádiotelegrafistas que no momento operavam os aparelhos de ondas curtas. A Radiotransmissora e a Rádiorreceptora eram tão importantes para a “segurança nacional” que qualquer obnubilação do panorama político ou social, no país, levava o governo a enviar tropas do Exército para as duas repartições do DCT. Essas medidas visavam impedir que as comunicações fossem interrompidas por possíveis atentados ou sabotagens. Quando morei no Núcleo Colônial, vi, pelo menos, por três vezes, desembarcarem dos caminhões do Exército dezenas de soldados que, ato contínuo, cercavam o edifício, “art déco”, em pó de pedra, que abrigava os pesados receptores RCA-Victor.

Mas deixemos a Rádiorreceptora nas brumas do esquecimento e vamos voltar para a sua coirmã do Sarapuí. A Radiotransmissora do Sarapuí fora construída para atender às disposições do Plano Postal Telegráfico, num momento em que o Brasil procurava recuperar o atraso vivido por suas telecomunicações.

Independente de outros fatores, esse atraso fora agravado pela guerra. As empresas estrangeiras, que forneciam equipamentos de telecomunicações, haviam se voltado para as necessidades imediatas geradas pelo conflito e, além disso, muitas delas foram destruídas ou desativadas.

¹Professor e historiador. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias. Colunista da Revista “Caxias Magazine”. Sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias e autor de vários livros, fotografias e vídeos voltados à cultura e à história da Baixada Fluminense.

Mas a guerra também trouxera para o Brasil o aumento das exportações de produtos primários e da própria produção de manufaturados para o consumo interno. O Brasil crescia, mas sem manter correspondência com as telecomunicações. Na impossibilidade de se importar equipamentos para suprir as necessidades ensejadas pelo desenvolvimento econômico, íamos solucionando o problema com ações improvisadas. Assim, o que restara dos nossos equipamentos de telecomunicações foi sendo deteriorado, sucateados. Agravava ainda mais o problema as restrições impostas pela política econômica adotada no país, além das tarifas postais defasadas.

Ao final dos anos 50, as telecomunicações viviam, aqui, uma situação que beirava o caos. O Departamento de Correios e Telégrafos era uma instituição completamente desacreditada. Sobre a “eficiência” dos seus serviços corriam as mais variadas piadas. A imprensa não se cansava de divulgar notícias que beiravam o absurdo. Na edição do dia 4 de março de 1957, da Folha da Cidade, na página 4, podia se ler a seguinte manchete: “*O doente já estava enterrado quando chegou o telegrama a São Paulo*”. O tal telegrama levava quatro dias para chegar, comunicando a morte do infeliz. Na edição de 27 de outubro de 1957, do mesmo jornal, estava escrito: “*Telegrama demorou 12 dias para chegar a Niterói*”. Quando se desejava um serviço que merecesse confiança só havia uma solução: apelar para a Western.

Mas sem uma infraestrutura confiável nas telecomunicações, como atingir o binômio: desenvolvimento e industrialização, tão perseguido pelos planos econômicos de então (SALTE, governo Dutra e Metas de Juscelino Kubitschek)?

Devemos lembrar que o momento político vivido no Brasil dos anos 50 era de quase xenofobia econômica. As empresas estrangeiras eram vistas com desconfiança. Assim, a aplicação de capitais multinacionais no setor das telecomunicações, considerado prioritário para a segurança nacional, não parecia ser uma solução adequada para o momento. Mas, por outro lado, o governo não tinha condições, naquele momento, de solucionar o problema com recursos próprios.

Como complicador, tínhamos ainda uma legislação conflitante e contraditória. Vários ministérios detinham algum tipo de atuação na área das telecomunicações.

Outra questão para ser resolvida era a tecnológica. Apenas as Forças Armadas detinham alguma tecnologia capaz de nos permitir caminhar, mesmo claudicantemente, com os próprios pés. E eram elas que entendiam ser as telecomunicações essenciais para a segurança nacional.

Efetivamente, as primeiras preocupações do governo com a defesa da segurança nacional do Estado tem suas raízes plantadas no fim dos anos 20, com a criação do Conselho de Defesa Nacional (Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927). Este Conselho foi constituído pelo Presidente Washington Luís e seus Ministros de Estado; tinha como objeto coordenar a produção de conhecimentos sobre questões de ordem econômica, financeira, bélica e moral, relacionadas com a defesa do Estado.

No período varguista (1930/1945), mais que em momentos anteriores, cuidou-se de erigir uma estrutura jurídica e institucional que garantisse a legalidade e efetividade das ações destinadas à salvaguarda do Estado. Assim, em 10 de janeiro de 1933, é criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, através do Decreto 22.332. Em 4 de abril de 1935, foi promulgada a primeira “Lei de Segurança Nacional” e, como consequência dela, o Tribunal de Segurança Nacional (1936), diretamente subordinado à Justiça Militar.

O fim da Segunda Guerra Mundial, com o conseqüente advento da Guerra Fria, fará aumentar a preocupação dos militares com a segurança nacional, diante do bicho-papão do comunismo. Dessa forma, o Brasil procura se identificar com os interesses hegemônicos dos Estados Unidos. Oficiais brasileiros passam a frequentar cursos ministrados em escolas militares norte-americanas: *National Security People, National War College e Industrial College of the Armed Forces*.

Entre as principais estratégias para a execução de uma política que garantisse a segurança nacional - sempre tutelada pelos militares -, as telecomunicações ocupavam lugar de destaque. Mas, na prática, elas continuaram precárias. O governo Dutra, com o Plano SALTE (saúde, alimentação, trabalho, energia), pouco ou nada fez pelo setor. Aliás poucos foram os benefícios trazidos por esse Plano que acabaria sendo abandonado. No segundo governo de Vargas a situação pouco se modificou.

O salto qualitativo das telecomunicações no Brasil terá início no governo JK, através do “Código Brasileiro de Telecomunicações”. O Código (Lei 4.117) - cuja elaboração e discussão se iniciara no governo de Juscelino, mas seria promulgado pelo Congresso Nacional em 1962, no governo de João Goulart – era o documento legal que consolidava e regulamentava o setor das telecomunicações e radiodifusão no Brasil.

A Radiotransmissora do Sarapuí seria inaugurada num momento em que o Brasil, embalado pelo “desenvolvimentismo” do governo JK, se lançava, num esforço hercúleo, para avançar 50 anos em 5.

Em sua edição de 1º de setembro de 1956 (1º caderno, página 5) o jornal “A Noite” trazia a seguinte chamada: “3 Milhões de Telegramas por Dia”. A informação divulgada pelo jornal, afirmava que, quando estivesse pronta, a Estação Rádio-transmissora do Sarapuí poderia permutar até 3 milhões e duzentos mil telegramas diários com os seus correspondentes de todo o Brasil. Elogiava o edifício, considerado moderno, belo e funcional, plantado sobre uma área pantanosa de 1 milhão e 600 mil metros quadrados. Ao final, a reportagem esclarecia que: *“Para execução dessa tarefa, que é a de colocar o DCT em condições de cumprir seus múltiplos encargos, foi criada, por portaria ministerial de 1949, a Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico, formada por um órgão deliberativo, três escritórios (Telecomunicações, Postal e Administração) e uma Seção de Construção Civil”.*

No dia 10 de dezembro de 1957, uma terça-feira, o Presidente Juscelino Kubitschek se deslocava do Palácio do Catete em direção a Duque de Caxias. Vinha inaugurar, às 18 horas e 30 minutos, aquela que seria a maior Rádio-transmissora as Américas Latina e uma das maiores do mundo, com capacidade para transmitir 1 milhão e 66 mil mensagens por dia.

“O Semanário”, jornal dirigido por Oswaldo Costa, com posições intransigentemente nacionalistas, na edição de 26 a 2 de janeiro de 1958, apresentava num “box”, na primeira página, a seguinte chamada: *“A Central de Sarapuí é a resposta aos derrotistas empenhados em só encontrar soluções alienígenas para os problemas brasileiros.”* Coronel Alberto Bittencourt.

Juscelino, no mesmo tom nacionalista e otimista, afirmava: *“Um dos passos mais avançados que dá o Brasil no seu sistema de comunicações”.*

Abrindo a grande reportagem, os redatores de “O Semanário” escreveram:

Referimo-nos em nosso número anterior, à inauguração da Central de Sarapuí, no Município de Duque de Caxias, dissemos que o Brasil havia dado, com ela, um passo gigantesco na solução do seu problema de telecomunicações. No momento em que trustes estrangeiros – ou mais precisamente, a International Telegraph & Telephone Corporation, controlada pelo Grupo Morgan – tentam apossar-se desse sistema, através de manobras da Western Telegraph Company, o acontecimento a que aludimos se reveste da maior importância e por isso deve ser saudado com efusão por todos os brasileiros. Dêle se ocupou, na Câmara, o deputado Sérgio Magalhães, chamando a atenção de seus pares para o fato digno de nota, desse empreendimento estatal coincidir, felizmente, com o andamento, naquela casa do Congresso Nacional, do Código de Telecomunicações.

E o redator, em seu texto, desmentia a frase de Oswaldo Aranha, que dizia ser o Brasil um deserto de homens e idéias. O vigoroso nacionalismo que se propagava por todo o país vinha desmentir parte dessa assertiva pessimista. Enaltecia o Presidente JK pela escolha do coronel Alberto Bittencourt para dirigir o Departamento de Correios e Telégrafos, não só por sua capacidade, mas pela crença do ilustre militar no poder de realização do Estado brasileiro. Também lembrava que a Central do Sarapuí fora inteiramente planejada e construída por técnicos brasileiros. Mais adiante, reportou as palavras do deputado Sérgio Magalhães em discurso na Câmara, quando dizia que outros serviços, como o dos telefones, deveriam estar a cargo do departamento especializado dirigido pelo coronel Bittencourt; pois, se assim fosse, estariam em perfeito funcionamento.

Em sua fala o coronel Bittencourt lembrou a promessa do Presidente Kubitschek em relação às telecomunicações:

Se eleito Presidente da República, convocarei uma equipe de técnicos nacionais e estrangeiros para no período de seis meses estudar o II Plano Postal Telegráfico e uma completa remodelação de métodos e serviços no Departamento de Correios e Telégrafos. Farei questão de dar à minha velha casa de trabalho (JK foi telegrafista dos Correios, o grifo é nosso) uma atenção carinhosa e de garantir ao Brasil um serviço de comunicações a altura das necessidades do seu progresso.

Finalizando o seu discurso, o coronel Alberto Bittencourt pedia ao Ministro Lúcio Meira para que solicitasse ao Presidente Juscelino dar início à inauguração da Central Radiotransmissora do Sarapuí. Em rápidas palavras o Presidente congratulou-se com todos os telegrafistas do país, considerados como “companheiros de luta”, pois também exercera essa profissão.

A leitura deste texto pode dar a ideia que as obras da Rádio-transmissora do Sarapuí tiveram início no governo de JK. Consultando o Diário Oficial da União de 26/11/1953, podemos observar que nele existe, em nome daquela repartição do DCT, um edital de concorrência pública para a construção de uma estrada que desse acesso às instalações do conjunto arquitetônico. Também na página 10 de “A Noite”, edição de 16 de agosto de 1952 (cinco anos antes da inauguração, ainda no governo de Vargas), já se falava da Rádio-transmissora como “pedra angular” para a execução do Plano Postal Telegráfico. A reportagem informava ainda que as obras estavam sendo chefiadas, pessoalmente, pelo engenheiro Píndaro Camarinha, Diretor de Material do DCT. Como se vê, o grande mérito de JK, tudo indica, foi o de dar continuidade e celeridade à obra, iniciada no governo anterior.

Mas todo esse esforço para se construir a maior Central Rádio-transmissora da América do Sul não resultou no que se esperava. O sistema de transmissão em ondas curtas estava com os seus dias contados. Em breve, os satélites artificiais dominariam os espaços e logicamente as telecomunicações. Os soviéticos com o seu Sputnik (satélite, companheiro de viagem), lançado no dia 4 de outubro de 1957, aproximadamente dois meses antes da inauguração da Transmissora do Sarapuí, haviam dado início a uma nova era. O Sputnik era uma esfera de aproximadamente 58,5 cm. Pesando 83,6 kg. Sua função básica era transmitir um sinal de rádio intermitente (bip) que podia ser sintonizado por qualquer radioamador. No auge da Guerra Fria, isso era algo inadmissível nos Estados Unidos. Mas ali estava a pequena lua soviética passando 15 vezes por dia, com o seu “irritante” bip, bip, sobre a cabeça dos norte-americanos.

Curiosa e paradoxalmente, o sinal do Sputnik, que parecia anunciar o curto reinado da maior radiotransmissora da América do Sul, era captado em Caxias por um radioamador da rua Capitão Damasceno, segundo Folha da Cidade na edição de 13/10/1957:

“Ouvido em Caxias sinal do satélite. *Radio-amador Francisco Ponce, de Caxias, captou os sinais emitidos pela “lua mirim” lançada ao espaço pela Rússia – Um dos (radioamadores N. do A.) mais antigos do Brasil – A Rússia tomará conhecimento.*”

Duas questões ainda persistem: Quando a Radio Transmissora do Sarapuí encerrou definitivamente as suas atividades? Quem foi o arquiteto que projetou o seu moderno e funcional edifício?

Não sei, exatamente, a destinação que foi dada à edificação, sei apenas que ela ainda pode ser vista do Google Earth. Diziam alguns que havia sido invadida. Outros afirmavam que fora depredada. Vista do Google, a Radiotransmissora parece abandonada, sepultada numa favela paupérrima, dormindo o sono dos mortos. Mas tudo poderia ser diferente se o Prefeito Renato Moreira tivesse conseguido vencer a pesada burocracia oficial. Quem explica o fato é o professor e historiador Stélio Lacerda, na época, seu Secretário de Educação:

Quando era diretor do Departamento de Educação e Cultura da municipalidade, acompanhei o prefeito Renato Moreira da Fonseca (1975-79) em jornada de trabalho a escolas municipais do 2º distrito, especialmente no Parque Fluminense e Parque Comercial, que integravam o programa de reforma de prédios escolares – corria o ano de 1976.

No retorno daquela visita de inspeção às obras, na altura de Sarapuí, o prefeito resolveu conhecer as dependências da Estação Radiotransmissora do outrora Departamento de Correios e Telégrafos. Soubera que era um dos símbolos da modernidade tecnológica dos anos 1950, quando as comunicações não se realizavam via satélite, e que se encontrava praticamente desativada.

Assim que a viatura oficial estacionou no pátio da estação, um funcionário veio receber os visitantes – era o zelador daquele patrimônio público. Receptivo, mostrou as instalações e áreas adjacentes, ainda razoavelmente conservadas. Era uma construção de grande porte, localizada relativamente próxima ao centro de Duque de Caxias, e cujo desuso levaria à degradação.

Impressionado com o que vira, o prefeito comentou que se o governo federal concedesse à prefeitura – por este ou aquele instrumento legal – aquele patrimônio, ali instalaria a sede do Executivo. Assim, a administração municipal evitaria a dispersão de seus departamentos e demais órgãos como vinha ocorrendo à medida que a cidade crescia - era preciso agrupar os órgãos públicos municipais de modo a propiciar mais eficiência na prestação de seus serviços.

Além disso, diante da proximidade ao centro, haveria facilidade de acesso à administração e, com os setores ali concentrados, rapidez no atendimento aos pleitos comunitários. Sabia o prefeito, porém, que seria uma empreitada de longo prazo, sujeita à burocracia das esferas de governo. Infelizmente, para a cidade, foram infrutíferas as tentativas de conseguir a cessão de uso da antiga Estação Radiotransmissora do DCT à municipalidade.

Fica o registro daquele episódio, guardado no fundo da memória. Decorridas quase quatro décadas fica a pergunta: o que foi feito daquele grandioso acervo público, testemunha da época anterior à revolução tecnológica nas comunicações?

Teresópolis, janeiro/2013



DUQUE DE CAXIAS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURA MATERIAL COMO POLÍTICA PARA UM TURISMO SUSTENTÁVEL.

Fábio Silva Gonçalves¹

A cidade de Duque de Caxias fica localizada na Baixada Fluminense e abriga uma população de aproximadamente 855.010 habitantes, segundo dados do IBGE de 2006. Tem um território de 467,619 quilômetros quadrados e tem a sua história ligada diretamente ao crescimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Apesar dessa relação quase umbilical, Duque de Caxias possui uma identidade cultural própria, ampla e diversa com um enorme potencial turístico, patrimonial e cultural, o que propicia um amplo aspecto de possibilidades para o desenvolvimento de uma ação econômica baseada num turismo sustentável que valorize seu rico patrimônio cultural e ambiental.

As demandas de um setor consumidor emergente findo de uma nova “nova classe média”, fruto do recente crescimento econômico nacional, exige das cidades um planejamento de como investir no turismo como fonte de geração de renda e emprego, como forma de gerenciar esse setor em franco crescimento e ao mesmo tempo tratá-lo como uma ferramenta de construção da identidade do munícipe e instrumento de uma política de preservação de tradições, heranças e lugares de Memória e História ameaçadas pela modernidade.

Em muitas cidades do Brasil e de exterior foi a massificação e a intensificação turística que permitiu a valorização da cultura material e imaterial do lugar e da região mas, é preciso lembrar, que a mesma massificação, dependendo do resultado final, pode levar a destruição do verdadeiro sentido do turismo histórico patrimonial, como exemplo tem acontecido em algumas importantes cidades mineiras. Alguns pesquisadores como José Newton Coelho Meneses analisam as cidades do circuito colonial mineiro como um bom exemplo da ação contraditória da massificação do turismo quando essa não considera as peculiaridades do lugar e não promovem um planejamento turístico que salvaguarda os moradores do local da fúria predatória do turismo de ocasião.

Nosso município, mesmo eclipsado para centralidade da cidade do Rio de Janeiro, possui um diverso “espaço cultural” abrindo margens para potenciais abordagens turísticas. Podendo assim, por exemplo, ser trabalhado o Turismo Ambiental junto a Reserva Biológica do Tinguá, as Áreas de Proteção Ambiental do Morro da Caixa D'Água em Jardim Primavera e do São Bento e do Parque Municipal da Taquara, locais que proporcionam uma diversidade de interpretações e estudos sobre a fauna e a flora, onde o Ecoturismo e o Turismo de Lazer podem ser plenamente explorados em suas diversas trilhas e cachoeiras.

No que diz respeito ao chamado Turismo Histórico e Patrimonial, a cidade e a região apresentam um enorme potencial ainda subexplorado no que diz respeito as políticas de sistematização e ação de um planejamento turístico. O primeiro passo, que já foi realizado por pesquisadores da História Local e regional ao longo dos últimos anos, foi localizar os locais de memória coletiva, criando um mecanismo que desse uma relevância histórica à cidade. Uma dimensão dessa estratégia foi feita, por exemplo, com a

¹Graduado em História pela FEUDUC. Especialista em História da Baixada Fluminense pela Universidade Unigranrio. Trabalhou como pesquisador do Instituto IDEAS no inventário turístico de Duque de Caxias. Trabalha atualmente no Centro de Referência Patrimonial e Histórico da Cidade de Duque de Caxias – CRPH e no Museu Vivo do São Bento – DC atuando como guia do percurso. Professor de História no Colégio Alfa.

inclusão do território de Duque de Caxias como trajeto da circulação da produção aurífera das Minas Gerais, e entre as ramificações de caminhos que terminariam nas regiões mineradoras.

Essa produção ao longo do século XVIII era transportado no lombo de burros ou nas costas dos escravos, perpassando por morros, estradas esburacadas e barrancos até a chegada no Porto do Pilar por onde eram embarcados para a cidade do Rio de Janeiro e em seguida para Portugal. Os marcos históricos que delimitam os “Caminhos do Ouro” conhecidos por muitos, como Estrada Real, passaram a fazer parte do cotidiano e do imaginário popular. Alguns ainda podem ser vistos na entrada do município de Magé, na antiga Rodovia Rio – Teresópolis².

Dentre caminhos trilhados na época e que hoje despontam como potencialidades de um turismo histórico e patrimonial, podemos destacar, aquele que ficou conhecido como Caminho do Couto ou de Garcia Pais ou Caminho do Pilar.

Esse caminho foi aberto a partir do crescimento da produção aurífera, que exigiu o aumento do controle fiscal. O governador Artur de Sá e Menezes deixa a incumbência de abri-lo a Garcia Pais³, com o intuito de encurtar as viagens, o que também facilitaria a circulação de mercadorias e o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, propiciando um melhor fluxo de pessoas para as Minas Gerais.

No ano de 1699, Garcia Pais daria início as atividades de abertura do caminho, que somente seria concluído em 1704. Este trajeto receberia várias denominações, tais como: Caminho de Garcia Pais, Caminho do Guaguassu ou Goagoassu e Aguassu, Caminho do Pilar de Aguassu; sendo aberto do norte para o sul, indo em direção ao litoral cruzando o rio Paraíba passando pelo Ribeirão de Lucas até Cavarú; em seguida Ubá, cruzando o Rio Sant’Ana, até o alto da Serra do Couto, o que trouxe a ascensão e possibilitou a ocupação e construção de hospedagens, sítios e vilas, no entorno destes caminhos.

O “Caminho do Couto” passava pelo sítio de Manoel do Couto, partindo da Praia do Peixe e a ribeira de São Bento; sendo necessário utilizar dois tipos de embarcações (barcos e saveiros), o que dificultava a utilização deste caminho, culminando com a sua decadência.

“... Desde que vai a cachoeira do pé da Serra, em pousadas e ranchos e daqui se sobe a Serra que são duas boas léguas o descendo o cume se arrancha nos pousos que chamam frios no dito cume faz um tabuleiro direito no qual se pode formar um grande batalhão...”⁴

Outro fator determinante para a sua decadência foi a subida íngreme que a tornava por vezes perigosa, além da grande distância. O Sítio de Manoel do Couto ou Parada da Mantiqueira, era a última parada antes da subida da Serra, neste local ocorriam as refeições, e onde também servia de abrigo para os tropeiros que iriam atravessar a serra. Este caminho ganhou grande importância em alguns fatos históricos tais como a Guerra dos Emboabas⁵ possibilitando a circulação de soldados e armas no século XVIII. O governador da capitania do Rio de Janeiro, D. Fernão de Lencastre, em março de 1709, partiria desta cidade com as forças militares para derrotar os revoltosos atravessando este caminho. Outro episódio importante da história do Brasil ocorreu no período da invasão do corsário Francês Du Guaytruin, em 12 de Setembro de 1711, pois possibilitou a rápida chegada de reforços vindos das Minas Gerais.

²PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: Os Caminhos do Ouro*. RJ, Gráfica Register, 1993.

³Idem ao 2.

⁴TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense – A construção de uma história*. Rio de Janeiro. IPAHB, 1996.

⁵A Guerra dos Emboabas foi um confronto travado de 1700 a 1709, pelo direito de exploração das recém descobertas jazidas de ouro, nas regiões da Minas Gerais, no Brasil. O conflito contrapôs, de um lado, os desbravadores vicentinos, grupo formado pelos Bandeirantes paulistas, que haviam descoberto as regiões das minas e que por esta razão reclamavam a exclusividade de exploração; do outro lado um grupo heterogêneo composto de portugueses e imigrantes das demais partes do Brasil.

Por estas estradas também circularam Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”⁶, designado em 1781, para comandar a patrulha do “Caminho Novo”⁷ e mais tarde faria a sua última viagem, sendo preso como um dos líderes da Inconfidência Mineira, e encaminhado para o Rio de Janeiro onde ficaria encarcerado até o seu enforcamento e esquartejamento.

Em 1722, um segundo caminho é aberto na região ficando conhecido como “Caminho do Proença” por ter sido construído pelo sargento-mor Bernardo Soares de Proença que atravessava a Serra da Estrela, passando pela Fazenda do Córrego Seco, hoje Petrópolis, alcançando daí o planalto mineiro.

Dada à importância histórica desses caminhos, criou-se um relativo significado para a memória, e inseriu a cidade nestes caminhos, resultando numa busca identitária, culminando com um passado no qual o patrimônio memorialista é uma fronteira entre história e turismo. Levando este a transformar-se numa invenção de atrativo lendário, popular e metodológico, dando o verdadeiro valor significativo à memória e ao passado da cidade.

Outra possibilidade, já explorada como roteiro decorrente desses marcos coloniais na região são os que os grupos de pesquisa locais rotulam de “Caminhos da Fé”, no qual se pode trabalhar a fé, a religião em suas várias vertentes arquitetônicas e patrimoniais, percorrendo e resgatando a importância da religião católica e principalmente do papel da Igreja como instituição para a formação das Vilas e arraiais nos séculos XVII e XVIII.

A administração eclesiástica dividiria sua ação em distritos, sendo que a sede de uma freguesia seria caracterizada pela Igreja Matriz existente.⁸

A igreja teria entre suas atividades a realização de batizados, o registro de nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos e visitas pastorais. As igrejas da cidade de Duque de Caxias possuem uma ampla variedade de estilos, arquiteturas e estruturas, passando do Barroco pelo Clássico. Como exemplos, temos: Igreja Nossa Senhora do Pilar (Pilar), Igreja Santa Rita da Posse (Igreja Velha de Xerém), Igreja São João Baptista de Trairaponga (atual Igreja Santa Terezinha - Parque Lafaiete), Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Bento), Igreja Nossa Senhora do Rosário da Imaculada Conceição (Taquara), e igrejas mais contemporâneas, e com relevância histórica, tais como Igreja Santa Rita (Xerém), Igreja Nossa Senhora da Graças e Catedral de Santo Antônio.

A Igreja Nossa Senhora do Pilar (Pilar), surgiria da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, sendo considerada uma das mais antigas do Recôncavo da Guanabara, representa o Barroco na Baixada Fluminense. Ela seria fruto de uma doação de sesmarias a Gaspar Sardinha, em 1571. Seus descendentes construíram a ermida em 1612, que daria origem a Igreja Nossa Senhora do Pilar. Esta freguesia teria um período de ascendência com a criação do porto, feito este ocorrido no ciclo do ouro. Neste porto o ouro seria recebido e despachado para o Rio de Janeiro, sendo construído um local dedicado ao registro para a fiscalização do mesmo.

No seu interior existia uma imagem do século XVIII, em madeira entalhada, policromada e dourada que representava Nossa Senhora do Pilar, tendo o menino Jesus sentado em seu braço esquerdo. Havia também as imagens de Maria com o divino filho sobre o seu joelho esquerdo e outras imagens que teriam sido dadas pela Irmandade do Santíssimo, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Conceição São Miguel e Almas. Existindo um altar mor que possivelmente foi entalhado por Francisco Xavier de Brito.⁹

⁶A Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira foi uma tentativa de revolta de natureza separatista abortada pela coroa portuguesa em 1789, na então Capitania de Minas Gerais, lutando contra a execução da derrama e o domínio português. Tiradentes o “Conjurado” de mais baixa condição social, foi o único condenado a morte por enforcamento, tendo a sentença executada publicamente em 21 de Abril de 1792 no Campo da Lampadosa.

⁷Todo recém aberto era considera como Caminho Novo.

⁸CRUZ, Ubiratan. *Família da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Mohabi. Estruturas Sociais e padrões de sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro) 1759-1793*. Universidade Severino Sombra, Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Coordenadoria do Programa de Mestrado em História. Vassouras, Rio de Janeiro. 2005.

⁹Ibiden

Em 1647, seriam doadas as terras para a Irmandade de Nossa Senhora do Pilar que ficaria responsável pela edificação da igreja. Seus doadores, Manoel Pires e Catherine de Senae, assim como os seus descendentes receberiam covas perpétuas; sendo sepultados na capela mor, no altar ou o mais próximo possível dele.

A Capela de Santa Rita da Posse ficava localizada próxima à subida de Petrópolis, em Xerém, foi fundada no século XVIII. O capitão Francisco Gomes herdou a fazenda e a administração da capela. Seu herdeiro, o capitão Luciano Gomes Ribeiro, a vendeu para o capitão Manoel José Moreira que passou a ser o dono da fazenda, administrador da capela e da fábrica de açúcar.

A construção foi feita em pedra e cal, tendo suas paredes, cantarias, portas e cornijas, arco cruzeiro, com a presença de mariscos, (possivelmente dos sambaquis existentes nas regiões próximas), óleo de baleia, ainda existindo um cemitério que lhes dava uma posição de destaque na região.¹⁰

A Igreja São João Baptista de Trairaponga seria edificada em 1747, às margens do rio Meriti. Teve sua origem da ação cristianizadora da região de Meriti a partir de 1647, durante a prelazia do padre Antônio Martins Loureiro, a cruz de cristo, erguendo no povoado a igreja de São João Baptista de Trairaponga. Esta capela seria sede da Matriz em 1660, tendo com o passar do tempo o seu prédio destruído. Em 1708, é construída por João Correia Ximenes, a nova capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, em Pavuna.

Com o crescimento da Vila de Meriti seria construída uma capela em pedra e cal na qual seria transferida a pia batismal. Esta região seria importante porque o porto escoava a produção agrícola de milho, mandioca, arroz, feijão, legumes, açúcar e aguardente, além de receber os produtos importados da Europa. Sendo assim, um grande entreposto comercial, o que possibilitou o desenvolvimento e a montagem de uma infra-estrutura na região com a construção de armazéns, trapiches, vendas e hospedarias. Por este local passariam: móveis, azulejos, pedras, ornamentações das igrejas e fazendas, esculturas em mármore e madeira e etc.

Com a construção da capela em 1747, a freguesia passa a ser conhecida como São João Batista de Meriti. O templo de São João Baptista de Trairaponga de Meriti passa a ser conhecido como Igreja de São João Baptista de Meriti. Neste local, funciona hoje a Igreja Santa Terezinha, no bairro Parque Lafaiete, Duque de Caxias.¹¹

Uma das possibilidades criadas por este atrativo é analisar este objeto pelo seu contexto social ligando-o ao cotidiano presente, tentando sensibilizar o espectador da importância da preservação do monumento transformando em realidade as possíveis e necessárias revitalizações arquitetônicas que estariam atreladas e seriam resultado necessário da prática do chamado Turismo Sustentável.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário da Imaculada Conceição fica localizada no bairro da Taquara, terceiro distrito do município de Duque de Caxias, tendo sua construção iniciada em 1742 e concluída em 1745. Ela fazia parte da freguesia Nossa Senhora de Anhum Mirim. A mesma seria fundada em 1697, tendo como sede a Igreja Matriz que levava o mesmo nome nas margens a direita do rio Inhormirim, atual Bongaba.¹²

Em suas terras passava o Caminho do Proença, trecho do “Caminho do Ouro”, ligando a Baía de Guanabara às regiões mineradoras, este seria um fator de desenvolvimento da localidade. Em 1854, o Barão de Mauá constrói a estrada de Ferro D. Pedro II, o que culmina com a sua decadência desse último. A Igreja seria fruto de uma pequena capela, sendo construída por escravos que trabalhavam na fazenda na qual se localizava a igreja. No seu entorno existia um cemitério, onde eram enterrados os escravos.¹³

¹⁰MENEZES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

¹¹Memória em Cartão: Educação e Cidade, Arquivo do CRPH (Centro de Referência Patrimonial e Histórico da Cidade de Duque de Caxias).

¹²Ibidem

¹³Ibidem

O Casarão Beneditino seria construído em anexo à Capela entre os anos de 1754 e 1757, transformando-se num mosteiro para abrigar os padres em descanso ou afastados do sacerdócio. Sendo também considerada a sede da fazenda.¹⁴ Sua principal atividade era a fabricação de farinha de mandioca e tijolos. No ano de 1921, a fazenda seria desocupada para abrigar o Núcleo Colonial Agrícola São Bento.

A capela apresenta uma construção de 1645 a 1648, lembrando o Barroco. Possuía assoalho em pinho de Riga, imagens barrocas esculpidas em madeira, em terracota, policromadas, com douração em ouro, datadas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Diferentemente do que ocorre nas cidades mineiras, como: Tiradentes, São João Del Rei, Ouro Preto e Mariana, não há uma política preservacionista adotada como política pública pela municipalidade. Mundo a fora como em Ávila, na Espanha os governos procuram fazer o contrário, elaborando projetos que visem à preservação patrimonial dos monumentos, como promoção de melhorias no entorno das cidades, transformando num turismo auto sustentável que possibilite a geração de renda não apenas para as regiões turísticas mais como para todas as cidades no seu entorno.

A falta de comprometimento do poder público na elaboração de projetos estruturais e planos diretores que possibilitem a preservação acaba levando muitas vezes a depredação, deteriorização, roubos e furtos, deixando os patrimônios a mercê de atitudes criminosas, como: incêndios misteriosos, atos de roubo e ações de vandalismo com as pichações.

Em outros casos destroem-se construções e edificações que marcaram época, ou que possuem alguma relevância histórica patrimonial para erguer outros mais modernos em seu lugar. Cumprindo muitas vezes o objetivo de determinados seguimentos da sociedade de apagar um passado que não lhes convém ou simplesmente atendem as demandas imediatas e predatórias da lógica imobiliária.

O fenômeno de “apagamento do passado” ocorre ao longo de tempos sendo uma manifestação de rompimento ideológico, tendo na destruição um elemento fundamental para a construção de outro em seu lugar; assim o verdadeiro sentido é a tentativa de destruir as memórias que são mais cultuadas. Temos o exemplo da destruição das estátuas de Lênin ao fim da URSS, dos Budas Gigantes do Afeganistão por obra da intolerância talibã e no nosso âmbito local a destruição do Colégio São Francisco e a Fábrica de tecidos União. Muda-se o local mais as intenções e as atitudes permanecem as mesmas, sendo o passado desprezado como elemento norteador para a discussão da construção de um presente e de um futuro mais dignos.¹⁵

Analisando a História podemos ver que desde o Renascimento já havia a preocupação em considerar o passado elemento fundamental para a construção do presente e do futuro. Sendo assim, vê-lo desaparecer seria algo impensável. Vale lembrar que o vigor criativo do Renascimento via na Antiguidade Clássica o seu elemento de inspiração para ações daquele período.

A França possui um exemplo de musealização, na qual as construções do passado se contrapõem com a modernidade industrial; marcando uma época que é preservada como documento de seu tempo. A Inglaterra (berço da Revolução Industrial) preserva a tradição não industrial através de um passado que se torna parte do cotidiano de sua população.

A Revolução Industrial possibilitou um turismo moderno, o qual não se limitou apenas a análise das inovações tecnológicas, mais também as transformações dos meios de transportes, comunicação e sociabilidade influenciando no estímulo e no fluxo da atividade turística.

Esta sociedade aproxima cidade e campo num processo de revigoração do qual surge uma divisão social do trabalho, culminando com horas livres, levando a população a utilizá-las para realizar atividades de lazer e entretenimento.¹⁶

¹⁴SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense\Departamento de História. 2002. Dissertação de Mestrado.

¹⁵Idem ao 10.

¹⁶Ibidem

Este modelo pode ser “encontrado” em Duque de Caxias na “experiência” da antiga FNM (Fábrica Nacional de Motores) atual Ciferal e em seu entorno que era denominado pelo governo federal como “cidade do motor” dos anos quarenta e cinquenta. A fábrica, a vila operária, o conjunto habitacional, a igreja, o cinema e o mercado agregavam um cenário coordenado pelo estado brasileiro.

Entre 1943 e 1944, em meio a Segunda Guerra Mundial, seria erguida em Xerém a Fábrica Nacional de Motores, com fins de produzir motores de avião para os aliados. A fábrica mudaria a rotina da localidade rural, passando a abrigar vilas de operários e de engenheiros. Com o final da guerra passou a fabricar tratores agrícolas e outros veículos de transporte (caminhões e automóveis), transformando-se na primeira indústria automobilística do país.

Em 1968, a FNM é privatizada para a Alfa Romeo (fábrica italiana). No ano de 1974, a FIAT também italiana assume a fábrica, sendo que em 1981 ocorre uma greve de 42 dias contra as demissões. Assim, em 1982 a fábrica é fechada e transferida para Betim, em Minas Gerais. Atualmente neste local funciona o parque fabril da Ciferal. Fundada em 1955, um ano após o senhor Fritz Weissmann chegar ao Brasil, com Know-How, de principal construtor de carruagens do imperador Francisco José, primeiramente instala-se em Ramos, no Rio de Janeiro, sendo o pioneiro no fabrico de ônibus em Daraluminio em 1992, transfere-se para o município de Duque de Caxias.

Esta localidade foi projetada e estruturada de acordo com a demanda da fábrica. Na década de cinquenta surgiria o conjunto arquitetônico da Vila dos Operários, tendo como finalidade abrigar os trabalhadores com melhores condições financeiras. No mesmo período surgiria o Conjunto Arquitetônico da Vila do Supapo¹⁷ construções estas que abrigariam os trabalhadores mais modestos da fábrica. Também seria erguido o Hotel e a Vila dos Engenheiros italianos, no caso do hotel seria fechado em 1960. Abrigaram nas décadas de 40 e 50 os técnicos e engenheiros que vinham da Europa supervisionar a produção de veículos da FNM. Hoje nas instalações funciona o Centro de Treinamentos do Fluminense Futebol Clube.

Outras construções seriam erguidas tais como os Hangares da F.A.B., o Clube dos Rapazes dos Solteiros, o cinema e mercado.

Os Antigos Hangares da F.A.B. tinham como finalidade servir de complementação à pista de aviação, sendo importante na recepção dos técnicos e engenheiros que chegavam da Europa. Nestes hangares ficavam guardados os aviões que fariam o transporte dos engenheiros. Toda essa estrutura seria construída graças à evolução industrial e desenvolvimentista do Brasil da época.

Outro local que merece destaque é o Clube dos Rapazes Solteiros, obra da década de 50, serviu de abrigo para os rapazes solteiros que trabalhavam na fábrica, seguindo os moldes de outras cidades que atrelam moradia ao local de trabalho, mais tarde iria transformar-se num local de lazer para os funcionários da fábrica, assim como o cinema, já que havia poucas opções de lazer em Xerém. Hoje o cinema abriga a Biblioteca Municipal. Ao seu lado funcionava o mercado onde eram comercializados os produtos produzidos nas terras da FNM (aves, porcos vegetais e legumes). Cada localidade receberia um nome de acordo com a produção realizada. Restando a Igreja Nossa Senhora das Graças, ser o centro das movimentações políticas e religiosas de Xerém.

Fica claro que esses interessantes elementos patrimoniais podem fazer da antiga FNM, um modelo a ser implementado do chamado Turismo Histórico Industrial, seguindo as exitosas experiências da França e da Inglaterra. Cabe ressaltar que a cidade dispõe ainda de duas regiões com potencial para a implementação deste modelo, sendo elas contemporâneas, mas de extrema importância dentro desse modelo.

A primeira é a Companhia de Tecidos Nova América, que fica localizada no bairro da Taquara, tendo suas origens ligadas precisamente ao ano de 1925, na Cidade do Rio de Janeiro. Possuindo uma economia diversificada, fruto do crescimento econômico, logo desenvolve-se, ganhando mercado e transformando-se numa das maiores e mais tradicionais fábricas de tecido do Brasil. Em 1991, a fábrica

¹⁷Conjunto arquitetônico de casas colônias, feitas de pau a pique, pelos trabalhadores da FNM.

seria desativada passando suas atividades para Fonte Limpa na Taquara. Esta mudança viria graças ao potencial hídrico da região. Seguindo o mesmo modelo de outras regiões fabris, também possui Conjunto Arquitetônico de Casas coloniais, assim como escolas e local de comercialização da produção. Atualmente a fábrica encontra-se desativada restando apenas às ruínas de um passado de glória.

E uma segunda área, pensando em trabalhar um turismo de inovações tecnológicas, tem na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) um local de destaque para ocupar esse inovador papel.

O complexo industrial da refinaria é distribuído numa área de aproximadamente 13 quilômetros quadrados, sendo responsável por cerca de 4,8 bilhões de reais por ano em arrecadação de impostos pagos ao governo, fabricando um total de 52 produtos comercializados, dentre estes: óleos básicos para lubrificação, diesel, gasolina, GLP, nafta, querosene de aviação, parafina, óleo combustível e aguarrás.

Uma das primeiras ações a serem realizadas para que uma cidade almeje uma ação turística contundente e sistemática, é a realização de um Inventário Turístico, que possibilite mapear, cadastrar e identificar os locais possíveis de serem potencializados, assim como detectar as dificuldades encontradas na cidade tais como a ausência ou carência de hotéis, pousadas, restaurantes e transportes, visando saná-las proporcionando um conforto maior aos turistas para que visitem os locais e implementar os projetos em fase de execução como o caso em nossa cidade do primeiro Museu de Percurso da Baixada Fluminense que é o Museu Vivo do São Bento.

Para finalizar cabe uma última reflexão. Em muitas cidades quando o turismo não sistematizado se torna a base da economia pode ocorrer uma transformação perversa no cotidiano da população. Perde-se o convívio diário com os vizinhos, na medida em que a ação especulativa imobiliária transfere os moradores para áreas menos nobres, e assim os costumes, os fazeres e os saberes tradicionais dissolvem-se nessa dispersão social. Os moradores passam a sofrer com as tentações diárias de comerciantes tentando comprar as suas casas, entretanto aqueles que aderem as tentações acabam mudando para as periferias, deixando os costumes de lado, assim como festas e ritos religiosos, perdendo o seu sentido original. Para aqueles que permanecem e resistem às tentações, logo ficam com um sentimento de solidão, por ver seus vizinhos e amigos partirem e por não mais se identificar com o local onde moram, além de ter a sua rotina alterada em prol do turismo.

Ao evitarmos esses males o Turismo cria possibilidades de crescimento para as regiões, gerando volumosos investimentos que pode culminar com a melhoria das condições de vida e de autoestima para aqueles que merecem os resultados diretos de sua prática que é a população do local visitado verdadeira herdeira dos valores culturais e patrimoniais que se fazem valer visitar.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Nielson Rosa. **Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – Século XIX**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese de Doutorado em História, Niterói. UFF, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. CORDEIRO, Jeane. SOUZA, Marlúcia Santos de. *Os Caminhos do Ouro*. In: **Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense**. Ano 6, nº7. Duque de Caxias: IH CMDC/ASAMIH, 2007

BRAZ, Antonio Augusto. ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010.

CRUZ, Ubiratan. **Família da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Mohabi. Estruturas Sociais e padrões de sociabilidade (Capitania do Rio de Janeiro) 1759-1793**. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005.

LACERDA, Stélio e TORRES, Rogério. **Pelos Caminhos que a História Deixou – Passeios Culturais aos Principais Sítios e Monumentos Históricos de Duque de Caxias e Municípios Circunvizinhos (1992-1994)**. Duque de Caxias, RJ: Renascer, 2004.

LE GOFF, Jaques. *Documento\Monumento*. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MATTOS, Theóphilo Antônio da Rocha (Org.) **História de uma Nova Igreja – Jubileu de Pratada Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti (2006)**. Duque de Caxias, RJ: Renascer, 2006.

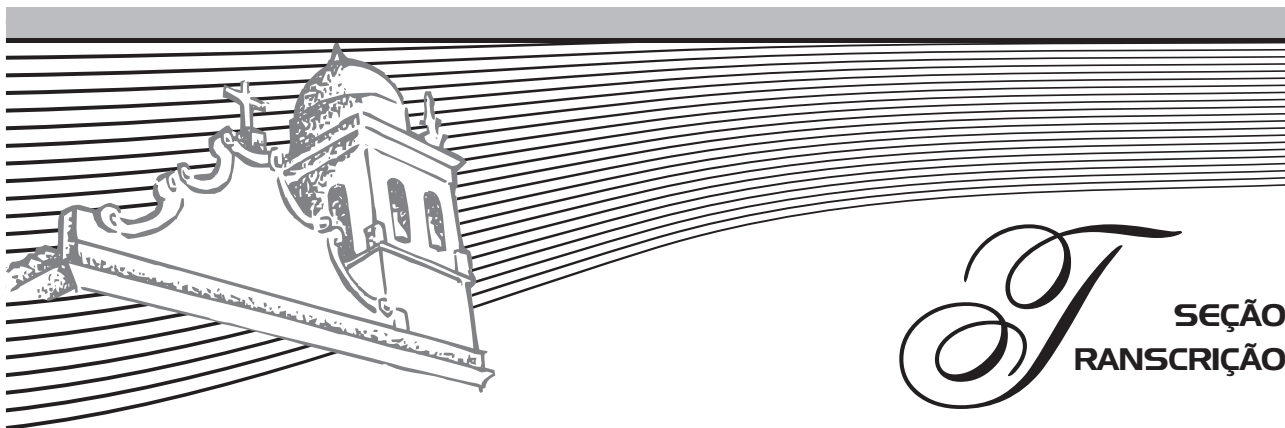
MENEZES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Ercília Coelho de. *A Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti: Um Projeto de Igreja*. In: **Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense**. Ano 4, nº 6. Duque de Caxias: IH CMDC/ASAMIH, 2006.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Baixada Fluminense: Novos Estudos e Desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.

PERES, Guilherme. **Baixada Fluminense: Os Caminhos do Ouro**. Rio de Janeiro: Gráfica Register, 1993.

ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro**. Nilópolis / RJ: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.



Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹
Antônio Augusto Braz²

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram ao acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e demais instituições que abrigam documentação, visando à preservação das informações das fontes primárias - documentos sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”

Transcrevemos, abaixo, a Lei nº 2300, de 16 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Tombamento de Bens Materiais e Imateriais no município de Duque de Caxias.



¹ Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores-ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

² Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra - Vassouras. Diretor do CRPH. Professor da Feuduc e da rede municipal de ensino. Sócio fundador da Associação de Professores e Pesquisadores de História – APPH-Clio. Sócio fundador e Vice Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

LEI Nº 2300, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Dispõe sobre o Tombamento de Bens Materiais e Imateriais que constituem o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Duque de Caxias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Constituem o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Duque de Caxias os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico e cultural manifestados em:

- I. formas de expressão;
- II. modos de criar, fazer e viver
- III. criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. obras, objetos, documentos e edificações; e
- V. os conjuntos edificados e sítios urbanos e rurais.

CAPÍTULO II
Da Competência

Art. 2º. O Poder Público Municipal promoverá, garantirá e incentivará a preservação e conservação dos bens protegidos com base nesta Lei através do tombamento, da fiscalização, da execução de obras ou serviços que assegurem sua integridade e valorização.

§ 1º Compete ao Poder Público Municipal promover a conscientização da população da população para a conservação e valorização do Patrimônio Cultural.

§ 2º. Compete à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a implementação de políticas de proteção e valorização do Patrimônio Histórico e Cultural e, no que couber, o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO III
Do Tombamento dos Bens Materiais

Art. 3º. O Município procederá ao tombamento de Bens imóveis ou Móveis, de relevante valor histórico, artístico e cultural, que ficam então sob a especial proteção do Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. A mesma proteção de estenderá, de ofício, aos bens tombados nas Esferas Federal Estadual.

Art. 4º. O procedimento de tombamento será iniciado a pedido de qualquer interessado, seja um cidadão, uma organização ou representante do Poder Público, através de requerimento à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo que instituirá o processo com as informações necessárias e com parecer técnico, encaminhando-o ao Conselho Municipal de Cultura num prazo de 30 (trinta) dias, ocasião em que o

proprietário ou titular do domínio do bem será notificado da existência do mesmo, sendo convidado a se manifestar num prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Cultura dará parecer sobre o pleito no período de 45 (quarenta e cinco) dias a partir do recebimento do processo.

§1º. As partes interessadas terão um prazo de 30 (trinta) dias para se manifestarem sobre o parecer.

§2º. Transcorrido o prazo, havendo a indicação para a tutela do bem, o processo será encaminhado ao Chefe do Executivo Municipal que decretará o tombamento definitivo.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo manterá 4 (quatro) Livros de Tombo ou de Registro de Bens Culturais, nos quais serão inscrito os bens protegidos por esta Lei, a saber:

- I. Livro de Tombo de Bens Arqueológicos e Antropológicos;
- II. Livro de Tombo de Bens Materiais e Imobiliários de valor histórico, arquitetônico artístico, quer sejam conjuntos urbanos ou rurais;
- III. Livro de Tombo de Bens Materiais Móveis – de valor histórico, artístico ou cultural, incluindo-se objetos, acervos coleções, arquivos e documentos, de propriedade pública ou privada; e
- IV. Livro de Tombo de Bens Imateriais – integrado por tradições, modos e formas de fazer, criar e viver.

Art. 7º. O ato de Tombamento poderá ser anulado ou revogado pelo chefe Executivo Municipal nos casos em que se manifestar ilegalidade ou por exigência indeclinável do interesse público, sendo averbado o destombamento no Livro de Tombo respectivo.

Art. 8º. A tutela do Poder Público sobre os bens imóveis tombados se dará em duas categorias: Preservação Arquitetônica Integral ou Parcial.

Parágrafo Único. A classificação em cada uma das categorias será justificada no parecer que recomenda o tombamento e definirá o nível de intervenção e de incentivos à preservação definidos nesta Lei.

Art. 9º. O Poder Público Municipal providenciará automática e obrigatoriamente, no caso de Tombamento de bem imóvel, o assentamento do mesmo no Registro de Imóveis, e no caso de bem móvel, o assentamento no Registro de Títulos e Documentos.

CAPÍTULO IV

Do tombamento dos Bens Imateriais

Art. 10. O Poder Público Municipal procederá ao Tombamento, através do registro dos bens de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade de acordo com o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 11. O Tombamento dos bens imateriais consistirá no registro dos saberes, das celebrações, das formas e expressão, dos sítios e espaços onde se concentrem práticas culturais coletivas.

§ 1º. O Tombamento terá sempre como referência a continuidade histórica do bem imaterial e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da Cultura da Cidade.

§ 2º. O registro, incentivo e apoio aos bens imateriais tombados será custeado com recursos do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 12. O Tombamento dará ao bem o título de Patrimônio Cultural da Cidade de Duque de Caxias.

CAPÍTULO V

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 13. O Poder Público Municipal tomará as medidas administrativas e judiciais cabíveis à proteção dos bens sujeitos à sua tutela.

Art. 14. O bem material tombado não poderá ser destruído, demolido, mutilado, desmontado ou abandonado.

Art. 15. Caberá à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, analisar e aprovar projetos e serviços de reparação, pintura e restauração ou qualquer obra ou intervenção nos bens imóveis tombados, bem como na sua área de entorno, competindo àqueles órgãos realizar fiscalizações periódicas, indicando obras e serviços que devem ser executados para a manutenção da integridade do bem.

Parágrafo Único. Os proprietários ou responsáveis pelos bens tombados e os localizados em suas respectivas áreas de entorno não poderão criar impedimentos e obstáculos à inspeção, sob pena de multa, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 16. A intenção da transferência de propriedade dos bens móveis e imóveis deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, assegurada a preferência da aquisição à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

Art. 17. No caso de deslocamento dos bens móveis tombados, deverá o proprietário obter a prévia autorização da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, comprovando condições de segurança, guarda e seguro desses bens.

Parágrafo Único. O bem móvel tombado só pode sair do Município, sem a transferência de domínio, para fins de intercâmbio cultural ou restauração.

Art. 18. No caso de extravio, furto ou dano acidental de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência do fato.

Art. 19. No caso do descumprimento dos artigos procedentes, os bens serão apreendidos provisoriamente, pelo Poder Público Municipal, que manterá sua guarda até que sejam resolvidas as questões que produziram a apreensão.

Art. 20. Os imóveis tombados terão área de entorno, ambiência ou vizinhança tuteladas, para a proteção da unidade arquitetônica e paisagística, na qual não será permitida a execução de construção, obra ou serviço que interfira na estabilidade ou visibilidade do referido bem.

Art. 21. O entorno do bem tombado poderá variar de 50 a 500 metros, tendo sua proposta de delimitação apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no processo inicial, devendo ser explicitado no Decreto de Tombamento.

CAPÍTULO VI

Das Intervenções

Art. 22. As intervenções permitidas nos imóveis tombados serão classificadas segundo as seguintes categorias:

- I. Preservação Arquitetônica Integral: Intervenção destinada à preservação ou restauração,

conservando as características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas do imóvel em apreço;

- II. Preservação Arquitetônica Parcial: Intervenção destinada à conservação ou restauração das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel.

Parágrafo Único. Os casos de desabamento ou iminente risco à segurança pública deverão ser objeto de ação emergencial por parte do Poder Público, buscando uma solução técnica que mantenha as características originais do imóvel.

CAPÍTULO VII Dos Incentivos à Preservação

Art. 23. O Poder Público do Município incentivará as intervenções de preservação através da concessão da isenção de taxa para licenciamento de obras.

Art.24. Os imóveis tombados terão isenção de pagamento do IPTU, desde que mantidos em bom estado de conservação, obedecendo aos índices abaixo discriminados.

- I. 100% (cem por cento) para os imóveis tombados; e
- II. 75% (setenta e cinco por cento) para os imóveis com preservação parcial.

Parágrafo Único. A isenção do pagamento do IPTU será concedida anualmente, mediante solicitação do proprietário ou sem representante legal, podendo ser renovada ou não, com base em vistoria técnica da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, comprovando a boa conservação do imóvel.

CAPÍTULO VIII Das Penalidades

Art. 25. Constitui infração, para efeito desta Lei, qualquer ação ou omissão do proprietário ou de terceiros, que importe na inobservância de seus preceitos, bem como aos do regulamento e demais normas dela decorrentes.

Art. 26. As penalidades pelas infrações previstas nesta Lei não excluem a tomada de medidas e a aplicação de outras sanções pelas autoridades das demais esferas do governo, inclusive com a comunicação ao Ministério Público para as medidas judiciais, civis e criminais cabíveis.

Art.27. Sem prejuízo das demais normas, os infratores sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- I. Multa;
- II. Embargo;
- III. Cassação da licença de obra;
- IV. Demolição de obra ou remoção de acréscimo incompatível com o imóvel;
- V. Interdição, suspensão e remoção de atividades incompatíveis com o uso do imóvel;
- VI. Obrigação de reparar e indenizar os danos que forem causados, independente da existência da culpa ou dolo;
- VII. Perda ou restrição dos incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público.

Parágrafo Único. A multa de que trata o Inciso I deste artigo corresponderá ao percentual em UFDC baseado no valor do patrimônio cultural, determinado no ato do Tombamento, e diretamente proporcional ao prejuízo causado, tendo como destinação o Fundo Municipal de Cultura.

Art.28. As multas serão impostas mediante auto de infração pela autoridade competente, devendo conter:

- I. nome do infrator e seu domicílio;

- II. local e data da lavratura;
- III. menção do fato que constituiu a infração e do dispositivo legal violado;
- IV. notificação ao infrator para pagar a multa devida ou apresentar a defesa nos prazos previstos

§ 1º. A assinatura do atuado não constitui formalidade essencial à validade *[sic]* do auto, não implica em confissão e nem a recusa agravará a pena.

§ 2º. O prazo para a apresentação da defesa contra a interposição de multa é de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação.

Art. 29. A intimação será feita pelo órgão competente e comprovada com a assinatura do intimado ou de preposto seu ou, no caso de recusa com declaração escrita, de quem fizer a intimação.

Parágrafo Único, A autoridade poderá optar por intimação por via postal ou telegráfica com aviso de recebimento ou, caso não seja encontrado o intimado, por edital publicado em Boletim Oficial, considerando-se como feita a intimação 20 (vinte) dias após a data da publicação.

Título II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

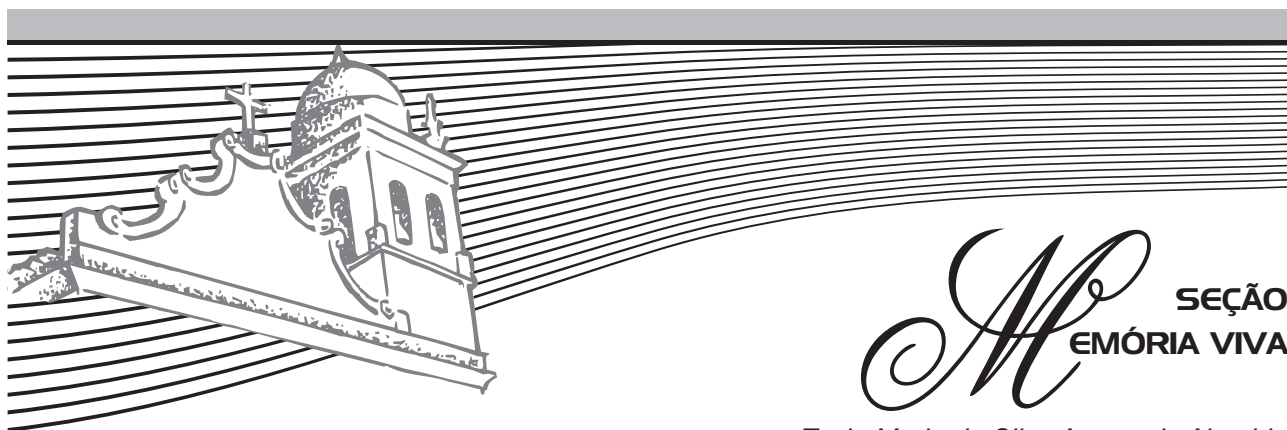
Art. 30. Para o licenciamento de novas obras no entorno de bem imóvel tombado, deverá o postulante apresentar previamente cópia do EIA/RIMA à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 31. Revogam-se as disposições em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em 16 de dezembro de 2009.

JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO
Prefeito Municipal



Tania Maria da Silva Amaro de Almeida¹
Alexandre dos Santos Marques²

Nesta edição, recebemos a colaboração da ativista e produtora cultural iguaçuana Giordana Moreira, a quem muito agradecemos. Seu depoimento vem de encontro à proposta de nossa publicação, contribuindo para que possamos vislumbrar a riqueza do cenário cultural da Baixada Fluminense.

**UM LUGAR AONDE IR:
 A PISTA DE SKATE COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DA
 JUVENTUDE NA BAIXADA FLUMINENSE**

Giordana Moreira³

Sempre que eu ouvia Nirvana* gravado em fitas K7, na minha casa em Rosa dos Ventos, Nova Iguaçu, eu ficava com a sensação de que estava em busca de alguma coisa, mas não sabia bem o quê. Eu não gostava de ir para a igreja, nem tinha a mínima vontade de dançar pagode ou funk na pracinha. Minha única atividade era ir para a escola, a Escola Municipal Presidente Costa e Silva e, mais tarde, o Colégio Estadual Prof^a Evangelina Soares de Moura, ambas próximas à minha casa.

¹ Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Unigranrio. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Licenciada e bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores-ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

² Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra - Vassouras. Professor da Feuduc e da rede municipal de ensino. Sócio fundador da Associação de Professores e Pesquisadores de História – APPH-Clio. Sócio fundador e membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

³Ativista e produtora cultural iguaçuana que atualmente faz parte dos coletivos Roque Pense!, Let's Pense! e da produtora cultural Terreiro de Ideias: Arte, Comunicação e Cultura. Sua trajetória se desenrola pelo cenário da cultura alternativa, em especial na Baixada Fluminense, atuante no movimento cultural Hip-Hop, no agito do rock and roll da região e os movimentos antissexistas, ou seja, de enfrentamento a discriminação pelo sexo. Com a cabeça Hip-Hop e o coração Rock and Roll participou de intercâmbios internacionais de cultura e direitos humanos, foi condecorada como Membro honorário da cultura urbana pela LUB – Liga Urbana de Basquete, criou projetos como Grafiteiras pela Lei Maria da Penha, é produtora do Festival Espaço do Rock e Festival Roque Pense!. Recentemente escreveu para o livro “Perifeminas”, idealizado pela Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop, e apresenta a Roque Pense! Radio Web.

Antes mesmo de saber o que buscava eu encontrei. Como já tinha 17 anos precisava arrumar um emprego, e, para facilitar, comecei a estudar à noite. Ao me transferir para o Instituto de Educação Rangel Pestana, ganhei dois tickets diários de transporte para ir e voltar do centro da Cidade de Nova Iguaçu, onde ficava o Instituto. Com o vale transporte eu poderia, então, conhecer a famosa Praça do Skate, também no Centro, em frente ao viaduto Padre João Mush. Eu tinha notícias que lá haveriam skatistas, roqueiros, fanzineiros* e pessoas bacanas que não apareciam no meu bairro, mas que, como eu, ouviam aquelas músicas.

A Praça do Skate de Nova Iguaçu emanava uma energia que atraía as pessoas adeptas da então chamada cultura alternativa, curiosas por ideias vanguardistas e com comportamentos não convencionais. Na década anterior a do meu nascimento, antes mesmo da sua construção, já existia a Associação Skateboard Nova Iguaçu, reunindo a galera acostumada a praticar nas poucas ruas asfaltadas da cidade. Presidida pelo skatista Sérgio Alexandre Gomes Pereira, o China, o grupo solicitou a Prefeitura na época a construção de uma pista igual a que viam somente em revistas. Inaugurada em 4 de dezembro 1976, projetada pelo engenheiro Henrique Reina e por China, não imaginavam a importância que a pista teria mais tarde.



Foto de Karla Perreli - década de 1990

A primeira pista pública de skate da América Latina sediou o primeiro campeonato de skate em pista do país, dando base às regras dos campeonatos até hoje, recebendo os pioneiros do skate que começavam um novo esporte no Brasil, como o lendário Cesinha Chaves: “Lembro muito bem quando vi pela primeira vez a tal pista! Depois desse dia, decidi que o Skate seria definitivamente parte da minha vida.” Escreveu em seu livro “A Onda Dura - 2 décadas de Skate no Brasil”, 2000.



Foto de Karla Perreli - década de 1990

Já eu, que nunca tive pretensão alguma de subir em um skate, também me lembro de quando cheguei lá pela primeira vez. Encontrei uma roda de violão e pedi para tocarem Nirvana. Então comecei a ir antes ou depois da aula, pois havia, enfim, um lugar em que eu queria estar.

Lá a galera ia andar de skate, óbvio. Mas se encontravam para conversar, tocar violão, fazer rimas improvisadas e, claro, namorar. Como não havia essa relação com a internet nos moldes atuais a troca de informações, K7, vinis, Cds, revistas, fanzines e ideias era a principal atividade. Da pista marcávamos para sair para as raras festas que apareciam. Ou organizávamos as nossas quando negociávamos alguma casa vazia que estava para alugar. Saíamos dali para os esporádicos bares que aceitavam os roqueiros. Geralmente botecos bem pequenos e humildes, que por alguma razão permitiam que alguém organizasse shows ao vivo. A notícia corria, o público aumentava, não cabiam mais no bar e lotavam a rua. Os vizinhos reclamavam, chamavam a polícia e ela vinha. Ou mesmo as roupas pretas chamavam a atenção de gangues que gostavam de brigar nos bailes (não vou aqui chamar arruaceiros de funkeiros). E o bar acabava com as noites de rock. Voltávamos todos para a Praça do Skate, sem lugar pra ir.

De 1997 para cá eu achei vários lugares para ir, desde a Bunker, antigo reduto underground do Rio, O Garage na Praça da Bandeira, a Lapa do Zoeira Hip Hop, o projeto Na Mosca em Belford Roxo, o Mate com Angu em Duque de Caxias, e aqueles que eu mesma organizava. Na chegada do 1º Encontro Nacional de Hip Hop, criei a primeira mostra de cultura Hip-Hop da Baixada Fluminense, o Baixada na Pista, de 2003 a 2006 no SESC Nova Iguaçu. Com a cabeça Hip-Hop e o coração rock and roll eu queria ser livre para organizar o 2º Encontro de Grafiteiras Fluminenses, em 2008, ao lado do skatepark da Via Light, na Praça dos Direitos Humanos, desenvolver o projeto Grafiteiras Pela Lei Maria da Penha, a primeira exposição coletiva de mulheres grafiteiras fluminenses "Minas do Graffiti", fundar o grupo Artefeito e, mais tarde, o Let's Pense! um projeto de comunicação urbana para uma educação não sexista. Eu encontrei muitas coisas que nem sabia que existia.

Iguais a mim jovens de diversas gerações da Baixada Fluminense que procuravam um lugar pra ir, alguém que ouça o mesmo som e tenha os mesmos anseios encontraram uma Pista de Skate. Desta forma há décadas a história da cultura alternativa na Baixada Fluminense se entrelaça com as pistas de skates. Assim foi com os diversos skate parks* que surgiram na Baixada. A pista de São João de Meriti e a de Nilópolis eram um refúgio bem como em Nova Iguaçu. Mais tarde, em 2000, a Via Light recebeu a galera que, depois de mim, ainda não tinha um lugar para onde irem.

Mas ali não tinha nada além daquele bowl* de concreto, não tinha eventos, nem movimento além de nós e os moradores, exatamente como na esquina de Rosa dos Ventos não tinha nada. Só as pessoas. Mas essas pessoas é quem faziam a diferença.

Usar uma camisa preta da sua banda preferida, um cabelo azul - no meu caso rosa - era mais que uma forma de busca e expressão da identidade própria, tão comum na adolescência. Na Baixada isso revela uma certa rejeição a ociosidade da esquina, a gravidez na adolescência, a violência e a marginalidade banalizada. Mas também, por questões econômicas e sociais, é completamente distinto do comportamento, semelhante na aparência, dos jovens da capital, mesmo que esta esteja a apenas 45 minutos.

A conhecida a precariedade da região na falta de equipamentos públicos de cultura, o desinteresse escrachado na formação de platéia, o difícil acesso do cidadão aos bens e produtos culturais, ainda mais os locais, feitos por produtores e artistas que trabalham-lutam para fazer cultura na região, o estigma de região violenta e miserável contribuindo com a baixa auto-estima, cai mais pesada para a cultura alternativa. Uma marca profunda e histórica da Baixada Fluminense, sem qualquer fomento, atenção ou investimento essa vertente se desenvolveu á margem, nos bares, nas ruas, no improvisado. A inquietação juvenil avança as iniciativas próprias que dependem muito da vontade, do tempo livre e da disposição, e ajuda muito para se virar num mar de carencias e faltas, onde músicos e curtidores carregarem caixas de som e sacos de gelo para fazerem suas próprias noites, seus próprios graffitis, seus próprios filmes, sua própria cultura.

A clássica Passarela do Rock ficava do lado oposto da pista de skate de Mesquita, divididas pela estação de trem. Como todos começou em um bar e foi para a rua, em pouco tempo tomou toda a passarela. Pequenos comercios se fortaleceram com o tanto de gente de todo o canto que chegava em Mesquita: metaleiros, góticos, hardbangers, emos, rappers, malabaristas, cosplays, e mais um diversidade de subgrupos abarcados pelo rock and roll. A multidão vestida de preto e o som alto das bandas que tocavam na carroceria de um caminhão assustavam os transeuntes que tinham de atravessar ali, andando rápido e se benzendo, era até engraçado. Ruim mesmo foi quando o Poder público nao interferiu. Com a hostilidade da população a Passarela do Rock resistiu durante três anos, revelando, com eventos lotados, um publico potencial, mesmo com o problema da formação de plateia muito discutido por gestores da região. Transferida para um local fechado, sem levar em conta aquela juventude, que também é moradora e cidadã, o maior encontro de rock semanal do Estado do Rio de Janeiro simplesmente acabou.

Quando os encontros nas praças e pistas de skate aglutinam muitos jovens, os bares lotam e invadem as ruas e passarelas, e suas roupas, sons e atitudes passam a ser visíveis na Cidade, o entendimento desse fenômeno não é positivo. Pivetes e pequenos traficantes enxergam ali uma marginalidade que pode lhe ser úteis, cidadãos comuns se incomodam com os beijos entre pessoas do mesmo sexo, o poder público se omite á uma questão que não chega nem mesmo aos jornais. E daí o espaço é desfeito.

No entanto, se levamos em conta a conjuntura da própria cidade, da juventude que a assumirá em poucas décadas, dos cidadãos que experimentam um desenvolvimento econômico veloz, e dos movimentos que lutam para que este desenvolvimento seja também social, podemos ter outros entendimentos deste processo da cultura alternativa na Baixada, que está conectado ao processo da própria cidade em que todos vivemos.

Nos últimos anos a região está em um crescente desenvolvimento econômico, com grandes investimentos imobiliários e maior demanda por serviços qualificados. Especificamente em Nova Iguaçu o Centro está, de forma acelerada, mudando de cara. Serviços personalizados, franquias nacionais, apartamentos de alto luxo, carros, fumaça, trânsito, dinheiro, surgem com mais rapidez na Baixada.

Tradicionalmente, a cultura alternativa já conta com um reconhecimento, no meio específico, da qualidade dos seus artistas, e a grande quantidade de um público particularmente interessado, com novas faces, como o circuito cineclubista. A tecnologia interferiu na dificuldade de deslocamento do público, na divulgação das atividades e na articulação entre pessoas e grupos.

Nas festas, shows e eventos promovidos há uma diferença sutil entre a juventude do final do século, para essa do novo milênio, como a Geração Delírio. Diferentemente dos grupos mais limitados pelo território a Geração Delírio era composta de músicos, poetas, palhaços, atores e atrizes da Baixada e também do Rio de Janeiro. Promoveu festas intensas e genuinamente independentes em Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Duque de Caxias e na Lapa, com ampla capacidade de formar redes de amigos e agregar entusiastas recebiam bandas do selo musical Transfusão Noise Records, que são produzidas com equipamentos possíveis do quarto e do quintal meritiense do músico Lê Almeida, consagrado da cena indie nacional no estilo *lo fi*, onde a sonoridade precária por conta da necessidade gerou um estilo barulhento e particular adotado por diversos músicos pelo país. Foram despreziosamente muito além de “festas para se fumar maconha”, como classificaram alguns gestores culturais.

Apesar de hoje os skatistas ganharem seus skates dos pais e acompanharem competições e atletas mundiais sem sair do estado, do rock tocar na TV de plasma do barzinho, do grafiteiro ser contratado para decorar o quarto do adolescente no apartamento de classe média, nossa história ainda não é contada e o reconhecimento não existe. Um cabelo azul ainda é uma atitude desafiadora lá em Marapicu ou em Três Corações, rende até surra do pai em plena Praça da Telemar em Mesquita. Também existem diversas redes, organizações e instituições que trabalham junto aos jovens. Mas poucas são aquelas criadas e geridas por estes, no papel e nos “plenos poderes”. Assim aquilo que querem fazer vão

até onde podem fazer. Se a banda quer tocar pode até rolar um espaço, mas é onde, como e quando alguém que tem o pleno poder decide. Pois se for valer a vontade dos jovens seria toda sexta-feira na praça ou todo dia nas ruas.

A Praça do Skate de Nova Iguaçu continua lá, como refúgio. As sextas-feiras reúnem cerca de 500 pessoas, sem qualquer evento. Os cabelos e roupas tem novas tendências, bem como os comportamentos. Os jovens hoje tem mais liberdade quanto a sua orientação sexual, seja ele de qualquer tribo cultural. E quando se reúnem querem mais é ser como são, sem precisar se esconder. Homo e lesbofobia agora também fazem parte da cartela de discriminações dos jovens roqueiros e roqueiras. Mas como sempre a galera ainda não encontra nada lá que queiram estar e fazer.

Com uma potencialidade latejante a cultura alternativa não tem suas potencialidades exploradas pela ausência de entendimento, pela sociedade, da sua importância, para a juventude, para a identidade cultural local e para a própria população.

Em busca desse reconhecimento, aliado as ferramentas e instrumentos que acumulei em minha trajetória e herdada dessa história desconhecida pelos próprios, surgiu, no final de 2011, o Circuito Roque Pense!. Depois alguns anos de trabalho como produtora, ativista cultural e em direitos da mulher, desenvolvendo através de projetos culturais a questão de gênero na cultura voltei à Praça do Skate na pretensão de elevar a cena rock da Baixada através das mulheres. Contar com a vontade das guitarristas, skatistas, grafiteiras e produtoras, somada á vontade dos homens, para enfrentar, mais uma vez, a mesma realidade. Um ano depois da experiência magnífica da 3ª edição do Festival Espaço do Rock, realizado por um coletivo de produtores culturais formados e instrumentalizados, com minha participação baixadense e apaixonada, o circuito aconteceu com o equipamento da Radio Rua que também fortalecia o cineclube Buraco do Getúlio, que somou com a bateria da banda Cretina, que somou com o apoio da Transfusão Noise Records, que somou a mais pessoas e grupos. Com a área de skate como palco, junto com o público as bandas das garotas se reuniram para passar o som enquanto alguém ligava para a polícia, apesar dos circuitos acontecerem em celebração dos 5 anos da Lei Maria da Penha e no dia 25 de novembro, dia internacional da não violência contra as mulheres. Com cartazes feitos de colagens ao estilo fanzine, o DJ e o VJ com um repertório exclusivamente de bandas com mulheres o Roque Pense! foi rolando, gerando fanzines, rádio web, oficinas, bate papos e colaboradores.

O Festival anual veio em junho de 2012, contemplado por edital público cultural, e recebeu rockers de quatro estados diferentes para treze shows em quatro dias de rock e cultura antissexista. Um painel de graffiti com referências femininas enfim teve seu lugar na Praça depois de muita negociação pelo direito de ocupar os muros. Pela primeira vez uma competição exclusivamente feminina aconteceu no local, o "Girls In Ação" foi organizado pela skatista Maryjane, referência para o skate feminino e moradora de São João de Meriti. E as garotas não precisaram pedir licença para andar durante o aquecimento, e foram muito gentis dividindo a área com os skatistas.

A mídia noticiou sem muita empolgação diferentemente do público. O blog alcançou 3000 visualizações dos shows transmitidos ao vivo, algumas meninas proibidas de irem à um show de rock pelos pais acompanharam de casa. Quem viu pela internet foi no dia seguinte para comprovar que era mesmo na Praça do Skate. Quem não tinha dinheiro da passagem foi a pé, e quem andava de skate ou frequentava a praça há décadas pode acreditar que naqueles dias havia algo para se fazer no único lugar que tinha para ir.

Coisas boas continuam, e ruins também. O Marquinhos da banda Genomades organiza shows instantâneos em 2012 do mesmo modo que fazíamos em 1997. Ele, como todos nós, esbarram em um conceito ultrapassado de um rock sem futuro, taxado por quem ignora essa história toda, seja um morador do entorno da Praça, um jornalista do caderno local, o presidente de uma indústria da cidade ou um gestor público que não entende que cultura não é evento, muito menos que rock é brasileiro e existe uma multidão que quer ouvir e ser ouvida. Centenas de garotos e garotas de cabelo colorido e que ouvem Black Keys vão para a praça. Alguns encontram outros lugares para ir. Mas como lá continua como a esquina de seu bairro, onde nada acontece, muitos só chegam até ali, e não tem o privilégio de saber que é possível

sonhar e realizar a liberdade cantada naquelas letras roqueiras.

As pistas de skate se consolidaram como um espaço cultural possível para a cultura alternativa na Baixada Fluminense. Mas a adolescente que nasceu e foi criada em Austim e ainda não tem aonde ir. Minha contribuição é para que ela participe de um dos maiores festivais antissexista do país, e que veja a história de milhares iguais a ela contada a partir de sonhos realizados. Mas sabemos que há ainda muitas bandas para tocar e muitos sonhos para serem sonhados por essa juventude que insiste em ir para a Praça.



Festival Roque Pense! - 2012



Festival Roque Pense! - 2012

Notas explicativas:

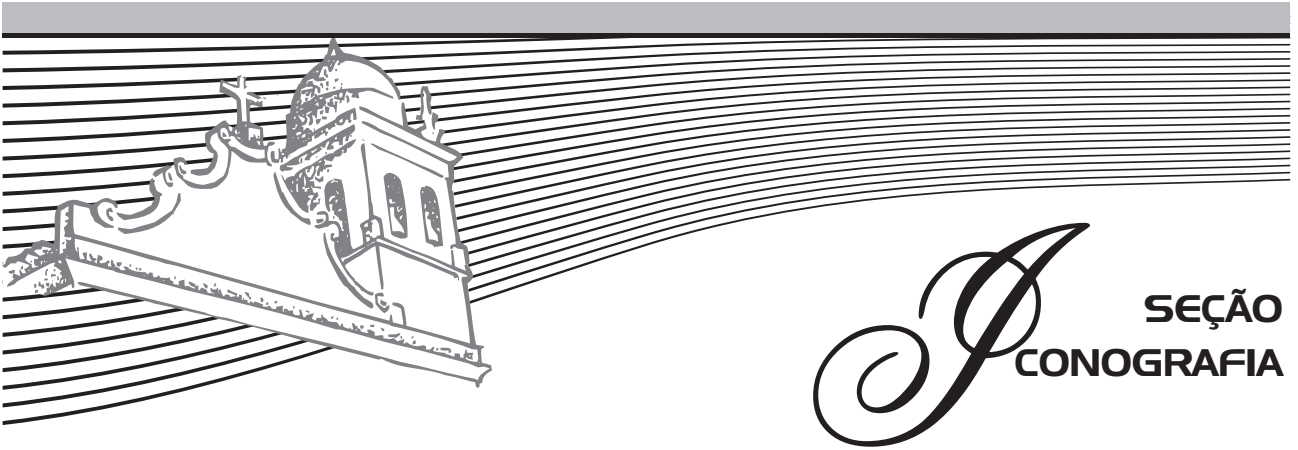
Nirvana – Uma das maiores bandas de rock dos anos 90;

Fanzineiros - De Fanzine, publicação independente produzido por colagem e reproduzido em cópia avulsa.

Bowl – bacia; pista de concreto em formato de bacia para a prática do skate;

Hillos Rock – Festa com shows de rock ao vivo que aconteceu na década de 90 em Nova Iguaçu.

Skate parks – área destinada à prática do skate.



*Esta seção tem como objetivo
divulgar os documento que integram
o acervo do Instituto Histórico e das
demais instituições que abrigam
esse tipo de documentação*

Museu Vivo do São Bento

Situação



Planta fornecida

Museu Vivo do São Bento

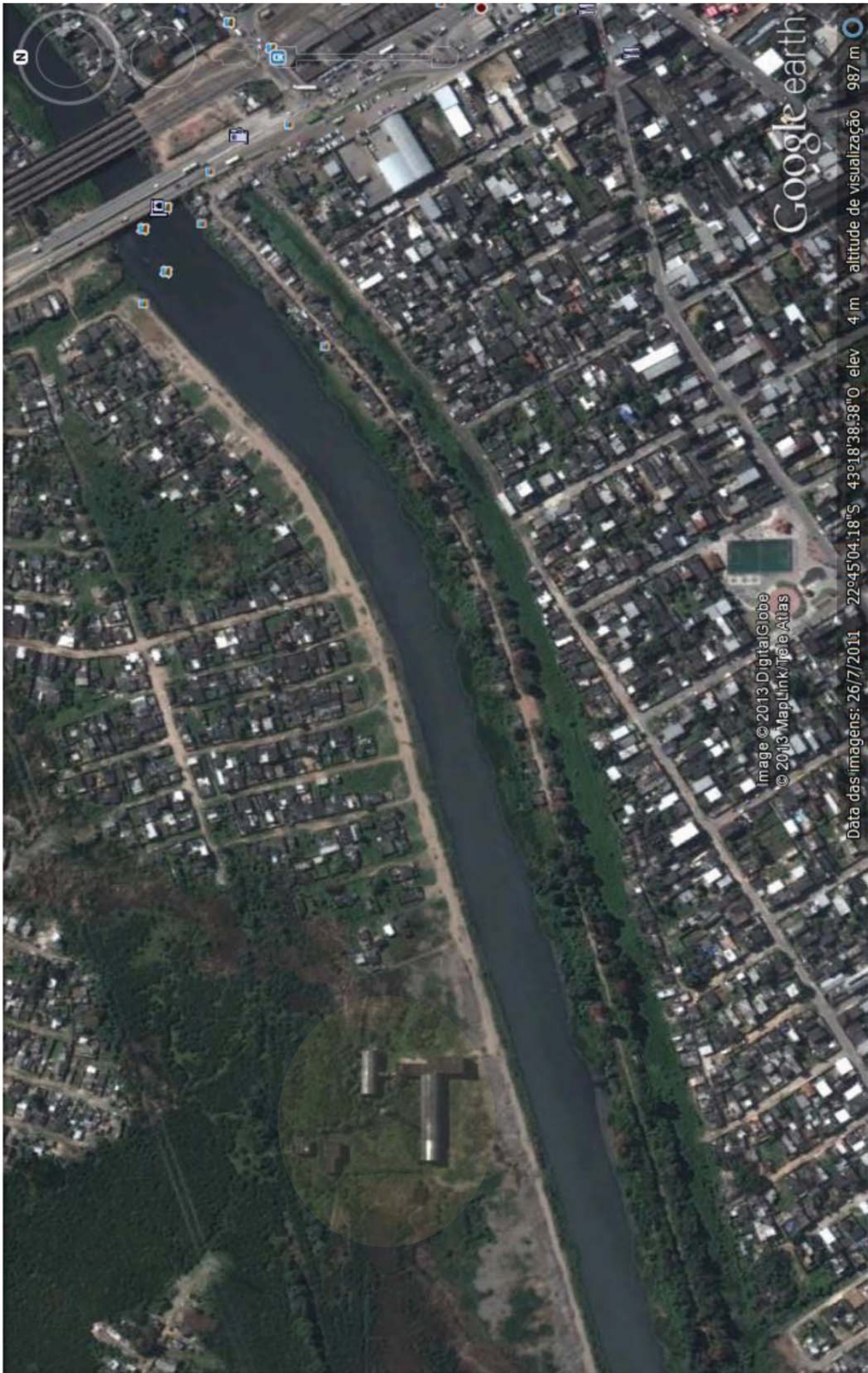
Situação

1. Pórtico de Entrada
 2. Casa do Administrador
 3. Moto Clube Veneno de Cobra
 4. Armazém Cultural
 5. Antigo Renascer
 6. Fazenda São Bento
 7. Antigo Correios e Telégrafo
 8. Sede do CRPH
 9. Casa do Colono
 10. Mirante Morro do Céu
 11. Centro Comunitário
 12. Clube São Bento
 13. Parque Municipal São Bento
 14. Sambaqui
 15. Centro Panamericano de Febre Aftosa
 16. Igreja N. Sra. do Pilar
 17. Pórtico de Saída
- a. Escola Municipal Nisia Vilela Fernandes
 - b. FEUDUC
 - c. Escola Diocesana

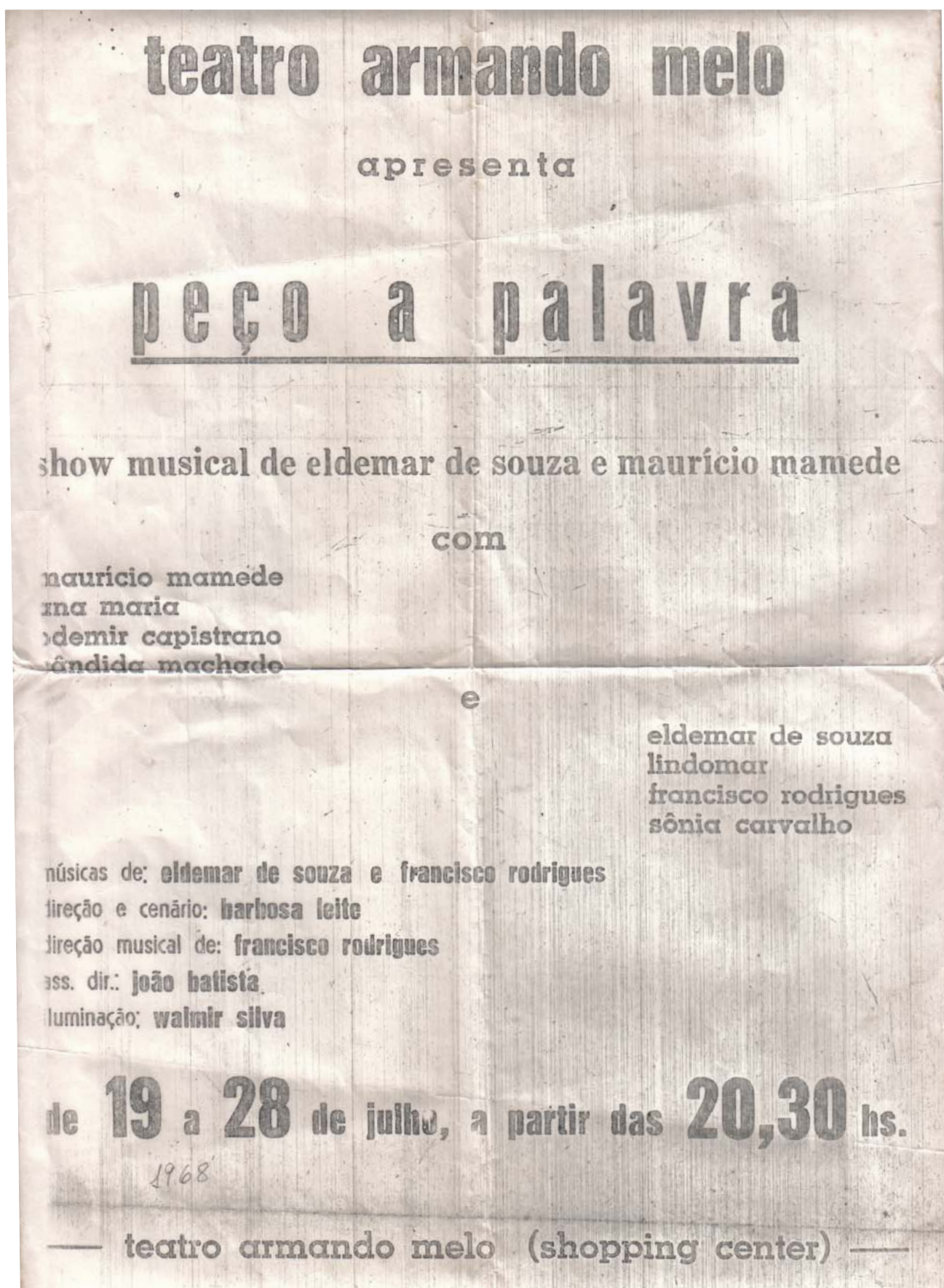
- Rodovia Washington Luis
- Av. Presidente Kennedy
- Linha Férrea



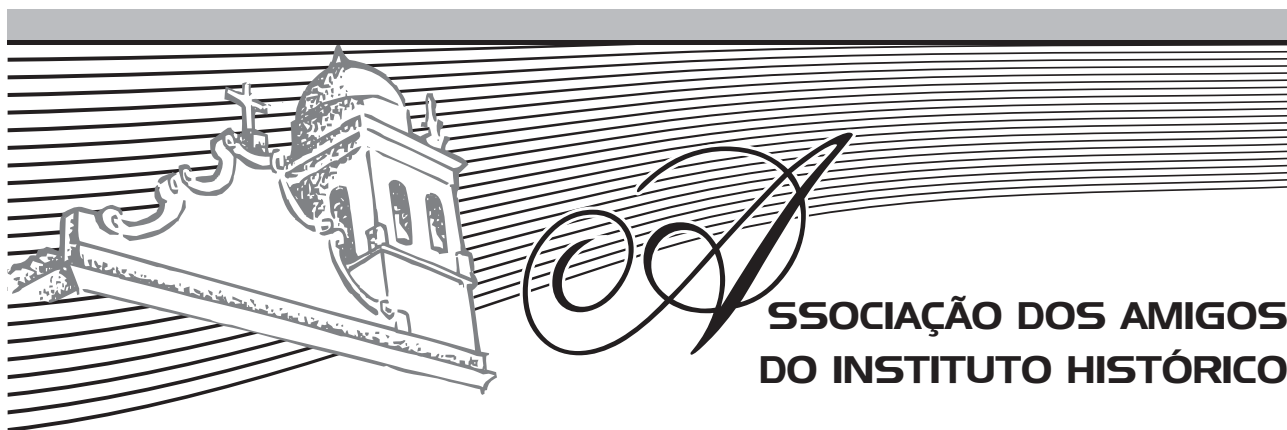
- Locais pertencentes ao Museu Vivo que não sofrerão intervenção
- Locais pertencentes ao Museu Vivo que sofrerão intervenção
- ➔ 15. Centro Panamericano de Febre Aftosa



Radiotransmissora do Sarapuí. Fonte: Google Earth



Cartaz da peça "Peço a Palavra", na inauguração do Teatro Armando Melo, Shopping Center - Duque de Caxias. Informação da Professora Cândida Helena Machado.
Direção de Francisco Barboza Leite - 19 de julho de 1968.
Doação ao acervo do Instituto Histórico por Cândida Helena Machado.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

A **Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias** surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e estimular a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

A Asamih foi contemplada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 2008, sendo considerada, desde então, um Ponto de Cultura, com o projeto "Tecendo as ações no Presente. Construindo a cidadania do Futuro".

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO
ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!**

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

CONSELHO 2013-2014

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

PAULO MAINHARD **Presidente**
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ **Vice-Presidente**
GENESIS TORRES
GILBERTO SILVA
GUILHERME PERES
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAURY DE SOUZA VILLAR
ROGERIO TORRES
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
NEWTON MENEZES
AGRINALDO FARIAS

Suplentes

ALEXANDRE MARQUES
BETO GASPARI
ANDRÉ OLIVEIRA
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL
STÉLIO LACERDA
JOSUE CARDOSO
ALEXANDRE BARROS DO ROSÁRIO
ELISANGELA CORTES BRAGA

Eduardo Moreira da Silva (membro nato: Presidente da CMDIC)
Secretário de Cultura (membro nato)
Secretária de Educação (membro nato)

CONSELHO FISCAL

Efetivos

MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
DAYANE DA SILVA LOUREIRO

Suplentes

CARLOS DE SÁ BEZERRA
JOSÉ ROGÉRIO OLIVEIRA
FERNANDO RAMOS

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário TAÍS FERNANDA NORONHA
Tesoureiro MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA
(Diretora do Instituto Histórico – membro nato)



SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
 ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
 ANA MARIA MANSUR DIAS NUNES
 ANTENOR GOMES FILHO
 CLEINA MUNIZ COSTA
 EDELSON GAMA DE MENEZES
 GILSON JOSÉ DA SILVA
 GILVAN JOSÉ DA SILVA
 HABACUQUE BRIGIDO DOS SANTOS
 INGRID JUNGER DE ASSIS
 JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
 JOSÉ CARLOS CRUZ
 JOSÉ CARLOS SILVA
 LAURECY DE SOUZA VILLAR
 LAURY DE SOUZA VILLAR
 LIGIA MARIA DE LUNA
 LUZIA LUZIETE DE OLIVEIRA LUCAS
 MAGDA DOS SANTOS JUNGER
 ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
 ROBERTO LIMA DAVID
 ROBSON GAMA
 ROSELENA BRAZ VEILLARD
 ROSELI LOPES GOMES SOUZA
 SÉRGIO LOCATEL BARRETO
 SILVANA CARVALHO DE BARROS
 SONIA CRISTINA NOGUEIRA DE SOUZA
 TELMA TEIXEIRA DE LIMA
 WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
 ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPCÃO
 ADILSON MOREIRA FONTENELE
 ALEX DOS SANTOS DA SILVEIRA
 ALEXANDER MARTINS VIANNA
 ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
 ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
 ÁLVARO LOPES
 ANA LUCIA DA SILVA AMARO
 ANA LUCIA SILVA ENNE
 ANA MARIA DA SILVA AMARO
 ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
 ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
 ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
 ANILTON LOUREIRO DA SILVA
 ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ

ANTÔNIO JORGE MATOS
 ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
 ANTÔNIO MENDES FREIRE
 ARISTIDES FERREIRA MULIM
 AUZENIR GONDIM E SOUZA
 CARLOS DE SÁ BEZERRA
 CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
 CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
 DALVA LAZARONI DE MORAES
 DINA SILVA GUERRA
 DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
 EDIELIO DOS SANTOS MENDONÇA
 EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
 EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
 ELISETE ROSA HENRIQUES
 EMIDIO DA SILVA AMARO
 ERCÍLIA COÊLHO DE OLIVEIRA
 ERUNDINO LORENZO GONZALES FILHO
 EUGÊNIO SCIAMMARELLA JÚNIOR
 EVANDRO CYRILLO MARQUES
 EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
 FÁBIO MARTINS RIBEIRO
 FÁBIO PEREIRA
 FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
 FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
 GÊNESIS PEREIRA TORRES
 GILBERTO JOSÉ DA SILVA
 GILSON RAMOS DA SILVA
 GUILHERME PERES DE CARVALHO
 HERALDO BEZERRA CARVALHO
 HERMES ARAUJO MACHADO
 IRANI FONSECA CORREIA
 ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
 IVON ALVES DE ARAÚJO
 JOÃO HERCULANO DIAS
 JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
 JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
 JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
 JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
 JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
 LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA
 LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
 LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA

**SÓCIOS FUNDADORES**

MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MESSIAS NEIVA
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FELIX
NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMANCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUENTES

ADENILDO DANIEL DA SILVA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ALEXANDRE BARROS DO ROSÁRIO
ALINE COSTA DOS SANTOS
ALINE FERNANDES PEREIRA
ANA PAULA FELÍCIO CIRQUEIRA
ANDREZA PEREIRA DE ANDRADE
ANGELA MARIA SANT'ANNA FIGUEIREDO
ANGELO MARCIO DA SILVA
CARLA DE OLIVEIRA
CARLOS GUSTAVO COSTA MOREIRA
CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
CENTRO CULTURAL CASA DE PEDRA /
JORGE LUIZ DOS SANTOS BAZÍLIO
CLAUDIO DE PAULA HONORATO
COSME RAMOS DO NASCIMENTO
CRISTIANO CAMPOS AZEREDO
DAYANE DA SILVA LOUREIRO
DENAIR DE SOUZA CORRÊA DE MORAES
DIANA JUSTO KELIM
DIEGO LUCIO VILLELA PEREIRA
DIEGO THIELE CANUTO
EDGAR DE SOUZA CARVALHO
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
ELIANE PONCIANO DE LIMA
ELIAS DA SILVA MAIA
ELISANGELA CORTES BRAGA
ELIZABETH CASTELANO GAMA
EMANOEL CLEMENTE
ENILDO JOSÉ BONIFÁCIO
FERNANDO RAMOS PEREIRA
GABRIEL SALLES DE MELO
GERALDO COSTA FILHO
GIANIS HANS MARTINS PETRAKIS
GUSTAVO GUIMARÃES MOTTA FILHO
HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA
HELLENICE DE SOUZA FERREIRA
INDIOMAR GUARACIABA GOMES DA SILVA
INSTITUTO N S DA GLÓRIA /
REGINA C S LOPES
IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA
JADIVAL OLIVEIRA
JORGE BASTOS FURNAN
JOSÉ CARLOS LEAL
LÉO MANSO RIBEIRO
LEONARDO SIMEÃO DA SILVA
LUIZ FELIPE DOS SANTOS JÚNIOR
MAÍZE DE OLIVEIRA GONDIM
MARIA CELESTE FERREIRA
MARIA HELENA JACINTHO
MARIZA GONZAGA DA SILVA
NATÁLIA EXPOSITO FILGUEIRAS
NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
NOEMI REBELLO DOS SANTOS
PAULO DA SILVA
PAULO SÉRGIO DA SILVA
RICARDO DA FONSECA IGNEZ
ROBERTO LIMA DOS SANTOS
RUBENS DE ALMEIDA
SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
SERGIO BRABO DE ABREU
SIDNEY DE OLIVEIRA SILVA
TAÍS FERNANDA NORONHA
THIAGO SCHUBERT LOPES
UBIRAJARA SILVA DE SOUZA
VALERIA MOREIRA COUSAQUIVITI
WALDEMAR ALVARENGA LAPOENTE



**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS****17ª Legislatura - 01/01/2013 a 31/12/2016**

EDUARDO MOREIRA DA SILVA (Eduardo Moreira) – **Presidente**

JULIANA FANT ALVES (Juliana do Taxi) - **1ª Vice Presidente**

MARCUS VINICIUS DE MORAES GUIMARÃES (Boquinha) - **2º Vice Presidente**

SERGIO ALBERTO CORRÊA DA ROCHA (Serginho Samuquinha) - **1º Secretário**

ADEMIR MARTINS DA SILVA (Ademir Martins) - **2º Secretário**

AILTON ABREU NASCIMENTO (Chiquinho Caipira)

ALLAN SOARES NUNES (Allan Macarrão)

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (Carlos de Jesus)

CARLOS AUGUSTO PEREIRA SODRÉ (Carlinho da Barreira)

CELSO LUIS PEREIRA DO NASCIMENTO (Celso do Alba)

CLÁUDIO DE OLIVEIRA THOMAZ (Claudio Thomaz)

DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO (Mazinho)

DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR (Junior Reis)

FABRÍCIO DE SOUZA CORDEIRO (Fabricio Cordeiro)

FRANCISCO DOS SANTOS (Chico Borracheiro)

JOAQUIM JOSÉ QUINZÉ SANTOS ALEXANDRE (Quinzé)

JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA (Josemar Padilha)

MARCELO FERREIRA RIBEIRO (Marcelo do Seu Dino)

MARCOS FERNANDES DE ARAUJO (Marquinho Oi)

MARCOS PAULO BARBOSA TAVARES (Marcos Tavares)

MARGARETE CONCEIÇÃO DE SOUSA (Gaete)

MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA (Fatinha)

MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE (Leide)

MAURÍCIO GUIMARÃES NASCIMENTO (Dr. Maurício)

MOACIR ANSELMO DOS SANTOS (Moa)

OSVALDO FERREIRA LIMA (Osvaldo Lima)

SANDRO RIBEIRO PEDROSA (Sandro Lelis)

THIAGO RIBEIRO BARRETO (Thiago Barreto)

WENDELL OLIVEIRA DO NASCIMENTO (Wendell)

Diretor Geral da CMD: LAURECY DE SOUZA VILLAR



Município de Duque de Caxias



RIO DE JANEIRO